

caderno de diálogos

VOLUME 10 | ABRIL/2025

ISSN 2764-6319

**A sua Revista
acadêmica.**



FACULDADE
famart
GRADUAÇÃO | PÓS-GRADUAÇÃO EAD



REVISTA ACADÊMICA CADERNO DE DIÁLOGOS
Volume 10 – Número 1 – Abril/2025
Periodicidade: Quadrimestral

As opiniões emitidas em artigos ou notas assinadas são de responsabilidade dos respectivos autores.

FACULDADE FAMART

DIRETOR EXECUTIVO

Wanderson Clayton Fontella Francisco

DIRETOR ADMINISTRATIVO

Paulo Henrique da Silva Junior

ACADÊMICO

Andrezza de Cássia Soares Torres
Dara Cristina Fernandes Gonçalves
Douglas dos Santos Borges
Lucas Eustáquio de Paiva Silva
Luciano Borges Muniz
Raissa Fernandes Guedes
Tábata Fernanda Gomes
Talita Fernanda de Moraes Lima
Welliton Glayco da Fonseca

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Thainan Rodrigues Ribeiro

CONSULTORIA E PROJEÇÃO EM MARKETING

Camila Aparecida Marques de Almeida
Marcelo Henrique Guimarães

CONSELHO EDITORIAL

Lucas Eustáquio de Paiva Silva
Luciano Borges Muniz
Welliton Glayco da Fonseca

ASSESSORIA EDITORIAL

Andrezza de Cássia Soares Torres
Dara Cristina Fernandes Gonçalves
Raissa Fernandes Guedes

ASSESSORIA CIENTÍFICA

Aracele Maria de Souza
Karina Leão de Mello
Lucas Eustáquio de Paiva Silva
Luciano Borges Muniz
Mailson Santos de Queiroz

EDITORIAL

A 10ª edição da *Revista Acadêmica Caderno de Diálogos* chega com a proposta de ampliar conversas e provocar reflexões sobre os desafios e transformações na educação, na saúde, na gestão e em outras áreas que impactam diretamente a nossa sociedade. Reunimos produções de estudantes que, por meio da pesquisa, mostram como o conhecimento pode — e deve — ser colocado em movimento.

Essa publicação é fruto do trabalho conjunto do Setor Pedagógico da Faculdade Famart, que atua na curadoria e orientação à produção acadêmica, promovendo o *diálogo* entre diferentes áreas. A revista dá voz às ideias, vivências e investigações desenvolvidas por especialistas de várias regiões do Brasil, sempre com foco em temas que despertam reflexões e geram impacto real na vida das pessoas.

Agradecemos ao Diretor Acadêmico, Prof. Dr. Lucas Eustáquio de Paiva Silva, pela participação no Conselho Editorial, e ao supervisor Welliton Glayco da Fonseca, pelo suporte contínuo ao longo de todo o processo. Reconhecemos também a contribuição das profissionais Andrezza de Cássia Soares Torres, Dara Cristina Fernandes Gonçalves, Raissa Fernandes Guedes, Tábata Fernanda Gomes e Talita Fernanda de Moraes Lima, fundamentais na leitura e seleção dos artigos que compõem essa edição.

Integrando a programação da *Semana da Educação 2025*, que tem como tema “*Aprender Hoje, Transformar Amanhã*”, essa edição reforça o compromisso da Faculdade Famart com uma formação que ultrapassa os limites da sala de aula. Os artigos reunidos aqui trazem olhares ativos, análises críticas e contribuições relevantes para quem acredita na educação como meio de transformação. Que as ideias compartilhadas nessas páginas inspirem reflexões e ações que prossigam além da leitura.

Bruno Cesar Pereira Pinto estreia a edição apresentando o uso do geoprocessamento na nutrição, destacando sua aplicação na análise de padrões alimentares e saúde. A técnica permite representações espaciais que contribuem para decisões em políticas nutricionais, embora ainda pouco explorada na área.

Wesley Holanda Albuquerque analisa os efeitos dos incentivos fiscais na economia brasileira, considerando seus reflexos sociais e econômicos. Através de revisão bibliográfica, conclui que esses incentivos são instrumentos relevantes, mas devem estar alinhados aos princípios constitucionais e ao desenvolvimento sustentável.

Rosimere Cordeiro Dias investiga as dificuldades de aprendizagem no pós-pandemia em alunos do 6º ano, evidenciando impactos do ensino remoto e da desmotivação. Com abordagem mista, aponta carência de apoio pedagógico e psicológico, propondo intervenções como reforço escolar e integração escola-família.

Michelle de Paula Machado Venuto aborda o TDAH na vida adulta, com foco em sintomas persistentes e suas consequências em áreas como trabalho e relações. A revisão aponta dificuldades no diagnóstico e destaca a importância de estratégias de educação e saúde para o tratamento.

Marisa Marques Melo discute a gestão democrática na escola e sua importância para a inclusão educacional. A partir de revisão bibliográfica, ressalta o papel do diretor na promoção de práticas participativas, visando uma gestão alinhada aos princípios democráticos e pedagógicos.

Brisa Bié da Silva, em coautoria com outros autores, propõe uma reflexão sobre como Gênero e Pedagogia são abordados no Sistema Socioeducativo. Com base em revisão bibliográfica, o grupo aponta desafios na reintegração de jovens em conflito com a lei e destaca a necessidade de práticas pedagógicas mais inclusivas.

Marcio Henrique Salgado Meireles Linhares investiga os impactos do pós-COVID na saúde mental. A revisão integrativa identificou aumento nos casos de depressão e ansiedade, reforçando a necessidade de medidas de intervenção e suporte psicossocial para lidar com os efeitos prolongados da pandemia.

Aline Krüger Batista analisa o uso da aromaterapia com lavanda no controle da ansiedade em crianças durante consultas odontológicas. A revisão revela efeitos positivos da técnica, com redução da ansiedade e da dor, promovendo maior conforto durante os atendimentos.

Vanessa Regina Sada finaliza esta edição destacando a arteterapia como ferramenta eficaz na terapia ocupacional para transtornos mentais. Utilizando expressões artísticas, a técnica favorece o bem-estar emocional e a comunicação, contribuindo para o tratamento de pacientes com dificuldades psicológicas.

Editor Responsável
Douglas dos Santos Borges

SUMÁRIO

CARTOGRAFIA E NUTRIÇÃO: uma pesquisa bibliográfica sobre trabalhos e potencialidades dos métodos de geoprocessamento aplicados na saúde alimentar.

Bruno Cesar Pereira Pinto
Welliton Glayco da Fonseca
..... PÁG. 08

O IMPACTO ECONÔMICO DOS INCENTIVOS FISCAIS: uma revisão bibliográfica

Wesley Holanda Albuquerque
Welliton Glayco da Fonseca
..... PÁG. 15

DIFICULDADES NA APRENDIZAGEM DOS ALUNOS DE 6ª ANO NO PÓS-PANDEMIA: uma pesquisa mista, bibliográfica e de campo sobre o impacto na aprendizagem discente.

Rosimere Cordeiro Dias
Daniela Moreno de Camargo
..... PÁG. 29

O TRANSTORNO DO DÉFICIT DE ATENÇÃO E HIPERATIVIDADE (TDAH) NO ADULTO: uma revisão de literatura

Michelle de Paula Machado Venuto
Karina Leão de Mello
..... PÁG. 39

GESTÃO DEMOCRÁTICA NO AMBIENTE ESCOLAR: análise bibliográfica sobre a importância do papel do gestor

Marisa Marques Melo
Pauliane Aparecida de Moraes
..... PÁG. 49

O ENTRELACE ENTRE GÊNERO, PEDAGOGIA E O SISTEMA SOCIOEDUCATIVO

Brisa Bié da Silva
Clara Cristina Senra Silva
Júlia dos Santos Pieroni
Lara Oliveira Barbosa

Natacha Graciano Pereira Costa
Francisco André Silva Martins

..... PÁG. 59

OS IMPACTOS DO PÓS-COVID NA SAÚDE MENTAL: Revisão integrativa da literatura

Marcio Henrique Salgado Meireles Linhares
Pauliane Aparecida de Moraes

..... PÁG. 75

AROMATERAPIA NO CONTROLE DA ANSIEDADE EM CONSULTAS ODONTOPEDIÁTRICAS: uma revisão narrativa

Aline Krüger Batista
Mailson Santos de Queiroz

..... PÁG. 89

ARTETERAPIA: uma revisão de literatura sobre uma abordagem transformadora na terapia ocupacional para transtornos mentais

Vanessa Regina Sada
Aracele Maria de Souza

..... PÁG. 99

CARTOGRAFIA E NUTRIÇÃO: uma pesquisa bibliográfica sobre trabalhos e potencialidades dos métodos de geoprocessamento aplicados na saúde alimentar.

Bruno Cesar Pereira Pinto¹
Welliton Glayco da Fonseca²

RESUMO: O geoprocessamento em nutrição humana é utilizado para a análise de consumo alimentar, padrões de alimentação, binômio saúde-doença das deficiências nutricionais, etc. Esta pesquisa bibliográfica tem o objetivo de apresentar a aplicação da análise espacial voltada para a ciência nutricional, no Brasil e no mundo. Foram pesquisadas as bases de dados Biblioteca Virtual de Saúde, Medline, Pubmed, Periódicos Capes e Google Acadêmico utilizando os seguintes termos, geoprocessamento, análise espacial, nutrição e dieta, sem limite de ano de publicação. Apesar de no Brasil, o geoprocessamento em saúde já ser bem utilizado, na nutrição essa técnica ainda é incipiente. A análise espacial em nutrição permite a construção de modelos de explicação de processos nutricionais, baseados em variáveis espaciais tais como distância, vizinhança, recorrência e inter-relacionamento com entidades geográficas, o espaço em análise. Concluindo, o geoprocessamento é uma ferramenta importante à ciência da nutrição quando as informações em análise estão referidas a um lugar geográfico. Ele permite, com a construção de um mapa, uma visualização mais simples e rica do contexto em análise.

Palavras-chave: Cartografia. Geoprocessamento. Nutrição. Dieta.

ABSTRACT: The geoprocessing in human nutrition is used for the analysis of food consumption, dietary patterns, health-care binomial of nutritional deficiencies, etc. This bibliographical research aims to present the application of spatial analysis aimed at nutritional science, in Brazil and in the world. The data bases of the Virtual Health Library, Medline, Pubmed, Capes Newspapers and Google Scholar were searched using the following terms: geoprocessing, spatial analysis, nutrition and diet, without publication year limits. Despite not Brazil, the geoprocessing in health has not been used, in nutrition this technique is still incipient. A spatial analysis in nutrition allows the construction of models for the explanation of nutritional processes, based on spatial variables such as distance, neighborhood, recurrence and interrelation with geographical entities or space in analysis. In conclusion, geoprocessing is an important tool in nutritional science when the information in analysis refers to a geographical location. It allows, with the construction of a map, a simpler and richer visualization of the context in analysis.

Keywords: Cartography. Geoprocessing. Nutrition. Diet.

¹ Pós-graduado em MBA em Topografia e Sensoriamento Remoto pelo IPB – Instituto Pedagógico Brasileiro. E-mail: bruno.cesarpufpe@gmail.com.

² Professor orientador do estudo e do artigo. Professor dos cursos de Graduação e de Pós-Graduação lato sensu da Faculdade Famart, Itaúna–MG. Graduado em Ciências Sociais e Mestre em Administração.

1 INTRODUÇÃO

Dentro da ciência cartográfica, o geoprocessamento representa um conjunto de técnicas e métodos voltadas a coleta, entrada, armazenamento, tratamento e processamento de dados, de informações espaciais. (Zaidan, 2017). Apesar dele ainda ser pouco utilizada na ciência da nutrição, para a área mais ampla de saúde o geoprocessamento, por meio dos Sistemas de Informações Geográficas (SIG), são muito utilizados como uma ferramenta para pesquisas epidemiológicas, permitindo o desenvolvimento de intervenções para a saúde pública. (Hernández-Vásquez et al., 2019)

Muito tem sido considerado sobre a geometria e os espaços geográficos no âmbito urbano e sua correlação com as questões de saúde em geral. Mas, para além do aspecto geral da saúde (E.; Pearce; Kavanagh, 2011) traz a contemporaneidade uma interdisciplinaridade específica entre nutrição e cartografia. Ele relaciona dados espaciais, representados no ambiente construtivo das cidades, e aspectos da nutrição que levam a obesidade.

Para a ciência nutricional existe ainda uma escassez de trabalhos de interdisciplinaridade com a cartografia e o geoprocessamento. Contudo, a existência de base dados com informações de interesse, como a de obesidade entre a população, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, torna possível estudos na área.

Logo, entendendo o alimento como uma entidade geográfica assim como a população que se alimenta também, é natural que o geoprocessamento auxilie a nutrição por meio "dos mapas para organização e transmissão das informações... (referidas a) influência dos hábitos alimentares... e as consequências que este consumo traz a saúde" (Gomes et al., 2011).

Portanto, um problema notado, foi a escassez e dispersividade de trabalhos e pesquisas sobre este tema. Tema este, cartografia e nutrição, de grande importância ao desenvolvimento de políticas públicas, por exemplo. Justificando-se assim a realização de uma revisão de literatura para uma pesquisa bibliográfica cujo objetivo é apresentar a relação e aplicação de geoprocessamento em nutrição em todo o mundo. Assim como os desafios dessa interdisciplinaridade.

2 DESENVOLVIMENTO

Apesar de já ser popularizado o geoprocessamento na área de saúde em geral, para a nutrição em específico a sua utilização ainda é incipiente e rara. Poucos são os estudos utilizando-se da interdisciplinaridade nutrição-cartografia. Portanto, para o desenvolvimento desta pesquisa bibliográfica foram utilizados termos que demonstrassem essa associação, como: geoprocessamento, análise espacial, nutrição e dieta; em português e inglês, assim como sem limite de ano de publicação. Nas bases de dados: Biblioteca Virtual de Saúde, Medline, Pubmed, Periódicos Capes e Google Acadêmico; Realizou-se uma pesquisa bibliográfica.

Foram encontrados estudos como: a relação entre a acessibilidade territorial aos nutricionistas e a diabetes tipo 2 (Siopis; Jones; Allman-Farinelli, 2020), a autocorrelação espacial entre distritos que apresentam crianças com anemia (Hernández-Vásquez et al., 2019), nos EUA mostrou-se o conceito sobre “deserto alimentar”(Sadler, 2016), a identificação de áreas carentes de políticas públicas para o combate a desnutrição em crianças (Pereira, 2001), glossário que relaciona o distúrbio alimentar da obesidade com as unidades construtivas e ambientes alimentares de uma cidade (E.; Pearce; Kavanagh, 2011), relação pegada hídrica de alimentação e contexto territorial (Vale et al., 2021).

Na Austrália foi realizado um estudo por (Siopis; Jones; Allman-Farinelli, 2020) para avaliar a acessibilidade da intervenção dietética fornecida por nutricionistas para pessoas com diabetes tipo 2. Para tanto foi utilizado técnicas de geoprocessamento e conceitos de geoestatística para criar mapas de distribuição (coroplético) dos pacientes, bem como da força de trabalho dietética (nutricionistas) disponível para aconselhar esses doentes. Como resultado, foi demonstrado uma distribuição desigual dos nutricionistas e das pessoas com diabetes tipo 2 em todo o país. Finalmente, os mapas revelaram que estes nutricionistas estavam concentrados em centros urbanos ricos, enquanto as taxas de prevalência de diabetes tipo 2 eram mais altas nas áreas rurais e remotas, bem como em áreas de menor condição socioeconômico.

Agora no Peru, outro estudo realizado por (Hernández-Vásquez et al., 2019) identificou a prevalência de anemia em crianças menores de cinco anos atendidas em serviços públicos de saúde daquele país entre 2012-2016, assim como mapeou aglomerados espaciais de distritos com alta prevalência de anemia. Aqui adotou-se a geoestatística, pelo índice de Moran I global e local, para analisar a autocorrelação espacial

da prevalência de anemia em nível distrital. Como resultado, o mapa mostrou que alta prevalência de anemia nos distritos era rodeada por outros de alta prevalência também. Assim, a conclusão do estudo mostrou os padrões espaciais de anemia devem ser considerados no desenvolvimento e implementação de intervenções de saúde do Peru.

Em Michigan, EUA, foi levantado o conceito de “deserto alimentar” por (Sadler, 2016). Este deserto alimentar está relacionado a disponibilidade de alimentos saudáveis numa vizinhança, isto é fator determinante da dieta e das doenças relacionadas com a dieta principalmente em comunidades economicamente vulneráveis. Segundo o autor, a solução para essa problemática seria a implementação de mercados móveis e iniciativas saudáveis de lojas de esquina. Para a localização desses empreendimentos de alimentos saudáveis foi realizado um processo de mapeamento de três fases. Essas fases incluíram o processo de hierarquia analítica e atribuição de pontos de cinco variáveis-chave (acesso aos alimentos, dificuldades socioeconômicas, densidade populacional, acesso ao trânsito e proximidade aos centros dos bairros), o mapeamento direto de locais adequados e a combinação de mapas ponderados.

Em estudo realizado em dois setores censitários no município de Vargem Grande Paulista, (Pereira, 2001) identificou os bairros de Viela Santo André, Ruth Maria, São Marcos e Jardim Sossego como os mais atingidos pela desnutrição em crianças de menores de cinco anos. A análise espacial neste caso identificou as regiões onde as crianças necessitam de maior atenção do poder público.

Para utilizar um SIG se faz necessário tornar o espaço ou entidade geográfica que se quer representar computacionalmente viável. Isso significa transformar os conceitos da ciência (nutrição) localizável em latitude e longitude. Assim, segundo o INPE “escolher as representações computacionais mais adequadas para capturar a semântica de seu domínio de aplicação.” (Câmara; Davis; Monteiro, 2001). Sabendo disso, um estudo elaborado por (E.; Pearce; Kavanagh, 2011) resultou em um glossário que relaciona o distúrbio alimentar da obesidade com as unidades construtivas e ambientes alimentares de uma cidade. O objetivo é final é fornece aos pesquisadores uma introdução ao SIG em relacionamento com costumes alimentares e de doença.

No estudo desenvolvido por (Vale et al., 2021) foi mapeado a pegada hídrica na dieta de adolescentes no Brasil. O intuito era estimar a relação entre as pegadas hídricas da alimentação de adolescentes com o contexto territorial e de rotina alimentar. Para isso foi

empregada técnicas de análise espacial, assim o geoprocessamento foi realizado por software SIG GeoDa 0.9.9.10 (Spatial Analysis Laboratory, University of Illinois, Urbana - Champaign, Estados Unidos). Nele foi realizada processos de geoestatística de Moran local para avaliação da autocorrelação espacial. Desta maneira, a interdisciplinaridade nutrição-cartografia permitiu apontar uma relação direta entre impacto ambiental da alimentação de adolescentes, com regiões de moradia mais urbanizadas e maior frequência em restaurantes *fast food*. O estudo ainda conclui dizendo que a avaliação dessas “associações é necessário para compressão das questões de saúde pública e nutrição na perspectiva da sustentabilidade para, assim, serem desenvolvidas estratégias para redução da pegada hídrica e de impacto ambiental da alimentação.”

Mesmo ainda sendo consideravelmente utilizada na área da saúde, o geoprocessamento para este fim ainda não é consenso. (McLafferty; Wong, 2018) diz que a adoção (das geociências para as ciências da saúde) tem tanto entusiastas desses métodos quanto críticas incisivas de sua validade e valor. Se assim decorre para grande área da saúde, não é surpresa ser raros os trabalhos de nutrição que abordem a temática espacial para melhor compreender e avaliar os dados coletados. Portanto, demonstrou ser um grande desafio encontrar trabalho e estudos que combinem por meio de técnicas de geoprocessamento a ciência cartográfica e a nutrição.

3 CONCLUSÃO

Como resultado desta revisão de literatura, foi demonstrado que a interdisciplinaridade cartografia-nutrição representada na aplicação de técnicas de geoprocessamento para temáticas da nutrição é uma combinação valiosa para análise e avaliação da saúde de uma população. Assim, mesmo havendo uma escassez de trabalhos na área, demonstrou-se que existem exemplos de sua aplicação e potencial.

Ao observar os trabalhos e pesquisas já realizados, foi notado que existem, principalmente em órgãos públicos, bancos de dados que contém as entidades geográficas de interesse da nutrição. Ao pesquisador apresenta-se então como desafio a coleta desses dados e o geoprocessamento para a produção de novos trabalhos e pesquisas que relacionem a componente espacial com a temática nutricional.

Por fim fica demonstrado que, apesar dos desafios relativos à quantidade de trabalhos e bando de dados disponíveis, é possível combinar as técnicas de

geoprocessamento com dados nutricionais para melhor subsidiar a criação e direcionamento de políticas públicas tanto quanto ajudar na melhor compreensão de mazelas relacionadas à alimentação.

REFERÊNCIAS

- CÂMARA, G.; DAVIS, C.; MONTEIRO, A. M. V. **Introdução à Ciência da Geoinformação**. INPE, 2001. v. 1. 345 p. Disponível em: <http://mtc-m12:sid:inpe:br/col/sid:inpe:br/sergio/2004/04:22:07:43/doc/publicacao.pdf>. Acesso em: 04 set 2024.
- E., T. L.; PEARCE, J. R.; KAVANAGH, A. M. Using Geographic Information Systems (GIS) to assess the role of the built environment in influencing obesity: a glossary. **International Journal of Behavioral Nutrition and Physical Activity**, v. 8, p. 71 – 80, Julho 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1186/1479-5868-8-71>. Acesso em: 04 set 2024.
- GOMES, J. A. et al. **Geoprocessamento Aplicado à Nutrição**. Bage: UNIPAMPA, 2011. Disponível em: <https://unigaialabii.blogspot.com/search?q=nutri%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 04 set 2024.
- HERNÁNDEZ-VÁSQUEZ, A. et al. Is anemia a public health problem among children under five years ago in Peru? Findings from a national healthcare administrative database (2012 and 2016) using Geographic Information Systems. **Revista chilena de nutrición**, Santiago, v. 46, n. 6, p. 718 – 726, Dezembro 2019. ISSN 0717 - 7518. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/brasil/resource/pt/biblio-1058134>. Acesso em: 04 set 2014.
- MCLAFFERTY, S.; WONG, S. Spatial modeling's place in health geography. In: MCLAFFERTY, S.; WONG, S. (Ed.). **Routledge Handbook of Health Geography**. Routledge, 2018. cap. 48. ISBN 9781315104584. Disponível em: <https://www.taylorfrancis.com/chapters/edit/10.4324/9781315104584-48/spatial-modeling-place-health-geography-sara-mclafferty-sandy-wong>. Acesso em: 06 set 2024.
- PEREIRA, L. M. R. **Utilização do geoprocessamento como instrumento no estudo da desnutrição proteico-energética / Using geographic information as an instrument in the study of malnutrition**. 2001. 82 p. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) — Universidade de São Paulo. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/brasil/resource/pt/lil-283149>. Acesso em: 05 set 2004.
- SADLER, R. C. Integrating expert knowledge in a GIS to optimize siting decisions for small-scale healthy food retail interventions. **International Journal of Health Geographics**, BioMed Central, v. 15, n. 1, p. 19 – 32, Junho 2016. ISSN 1476-072X. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC4911689/>.

SIOPIS, G.; JONES, A.; ALLMAN-FARINELLI, M. The dietetic workforce distribution geographic atlas provides insight into the inequitable access for dietetic services for people with type 2 diabetes in Australia. **Nutr Diet**, v. 77, n. 1, p. 121 – 130, Fevereiro 2020.

VALE, D. et al. Pegada hídrica da alimentação de adolescentes do Brasil: relações com o consumo de fast food e o local de moradia. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 12, Setembro 2021. ISSN 2525-3409. Disponível em: [http://dx.doi.org/10:33448/rsd-v10i12:20597](http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v10i12:20597). Acesso em: 06 set 2024.

ZAIDAN, R. T. Geoprocessamento Conceitos e Definições. **Revista de Geografia**, Universidade Federal de Juiz de Fora, Minas Gerais, v. 7, n. 2, p. 196 – 201, Agosto 2017. ISSN 2236 - 837X. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/334651493_GEOPROCESSAMENTO_CONCEITOS_E_DEFINICOES. Acesso em: 04 set 2024.

O IMPACTO ECONÔMICO DOS INCENTIVOS FISCAIS: uma revisão bibliográfica

Wesley Holanda Albuquerque¹
Welliton Glayco da Fonseca²

RESUMO: O objetivo geral desse trabalho é a realizar uma análise aprofundada dos impactos dos incentivos fiscais na economia, examinando seu papel e suas consequências em diversos contextos. Já os objetivos específicos são compreender as peculiaridades dos tributos aplicados no Brasil e entender os reflexos dos incentivos fiscais como instrumento de intervenção econômica. A metodologia apresentada é a revisão bibliográfica fundamentada por meio de autores renomados com viés para se discutir sobre o tema. Constatando que os tributos e os incentivos fiscais desempenham um papel fundamental na economia e na sociedade brasileira. No entanto, é necessário que sua aplicação seja pautada pelos princípios constitucionais e pelos objetivos do Estado, visando sempre promover o desenvolvimento econômico e social de forma equitativa e sustentável.

Palavras-chave: Incentivo Fiscal. Estado. Economia. Tributos.

ABSTRACT: The general objective of this work is to carry out an in-depth analysis of the impacts of tax incentives on the economy, examining their role and consequences in different contexts. The specific objectives are to understand the peculiarities of taxes applied in Brazil and understand the effects of tax incentives as an instrument of economic intervention. The methodology presented is a bibliographic review based on renowned authors with a bias towards discussing the topic. Noting that taxes and tax incentives play a fundamental role in the Brazilian economy and society. However, its application must be guided by constitutional principles and the objectives of the State, always aiming to promote economic and social development in an equitable and sustainable manner.

Keywords: Tax Incentive. State. Economy. Taxes.

¹ Pós-graduado em Direito Tributário pela Faculdade Famart. E-mail: wesleyholandaalbuquerque@gmail.com.

² Professor orientador do estudo e do artigo. Professor dos cursos de Graduação e de Pós-Graduação lato sensu da Faculdade Famart, Itaúna-MG. Graduado em Ciências Sociais e Mestre em Administração.

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, os incentivos fiscais têm desempenhado um papel significativo nas políticas econômicas de muitos países ao redor do mundo. Esses instrumentos, que variam desde reduções de impostos até isenções tributárias, são frequentemente utilizados pelos governos como uma ferramenta para estimular o crescimento econômico, promover investimentos e gerar empregos. No entanto, o debate sobre a eficácia e os impactos reais desses incentivos tem sido objeto de intensa análise e controvérsia.

A análise do impacto econômico dos incentivos fiscais é crucial dada a relevância dessas políticas na formulação de estratégias econômicas pelos governos. Os incentivos fiscais, que abrangem desde reduções de impostos até isenções tributárias, são amplamente empregados para estimular o crescimento econômico, promover investimentos e gerar empregos. No entanto, a eficácia e os impactos reais dessas políticas são frequentemente questionados e controversos.

Portanto, é fundamental conduzir uma análise aprofundada dos efeitos dos incentivos fiscais na economia. Isso permitirá uma compreensão mais completa de como essas políticas afetam diversos setores, empresas e indivíduos. Além disso, uma análise crítica dos incentivos fiscais pode fornecer insights valiosos para aprimorar a formulação de políticas econômicas e maximizar seus benefícios.

Ao examinar as implicações econômicas dos incentivos fiscais, podemos identificar possíveis efeitos colaterais, como distorções de mercado, desigualdades socioeconômicas e impactos no equilíbrio fiscal. Compreender esses aspectos é essencial para avaliar de forma abrangente os prós e contras das políticas de incentivos fiscais e para desenvolver estratégias mais eficazes e sustentáveis no futuro.

A justificativa deste artigo está ancorada na ideia de que para analisar o impacto econômico dos incentivos fiscais reside na necessidade de compreender melhor o papel dessas políticas na economia, avaliar seus efeitos e identificar oportunidades de aprimoramento nas estratégias econômicas dos governos. Essa análise é fundamental para promover um desenvolvimento econômico mais equilibrado e sustentável. Diante do exposto surge o problema dessa pesquisa: Qual é o verdadeiro impacto dos incentivos fiscais na economia e como essa política influencia o crescimento econômico, investimentos e emprego, considerando tanto seus efeitos diretos quanto possíveis consequências indiretas, como distorções de mercado e desigualdades socioeconômicas?

O objetivo geral deste trabalho é a realizar uma análise aprofundada dos impactos dos incentivos fiscais na economia, examinando seu papel e suas consequências em diversos contextos. Já os objetivos específicos são compreender as peculiaridades dos tributos aplicados no Brasil e entender os reflexos dos incentivos fiscais como instrumento de intervenção econômica.

Este artigo busca contribuir para um entendimento mais abrangente do papel dos incentivos fiscais na economia, destacando suas potenciais vantagens e desafios. Ao analisar criticamente essas políticas, esperamos fornecer uma base sólida para o desenvolvimento de estratégias econômicas mais eficazes e sustentáveis no futuro.

A pesquisa realizada trata-se de uma revisão bibliográfica, com caráter exploratório e descritivo, visando a uma análise crítica e abrangente da literatura existente sobre temas como liderança, trabalho em equipe e engajamento. A seleção das fontes bibliográficas foi orientada por critérios específicos, assegurando a relevância e a contemporaneidade das referências consultadas. O escopo desta pesquisa incluirá fontes bibliográficas disponíveis em bases de dados acadêmicas e institucionais. Serão selecionados livros e artigos publicados nos últimos 20 anos, em inglês e português, que abordem diretamente o tema em questão.

A coleta de dados será realizada por meio de buscas eletrônicas utilizando palavras-chave e termos relacionados ao tema. Serão incluídos artigos científicos, teses, dissertações e livros que atendam aos critérios de relevância, atualidade e confiabilidade das fontes. As consultas foram feitas em bases de dados informatizadas, como o Portal SCIELO (Scientific Electronic Library Online), além de livros relevantes. Durante o processo de coleta e análise, foram selecionados apenas artigos e livros alinhados com os objetivos do estudo, sendo excluídos aqueles cujos resumos não demonstravam relação com o tema.

2 DESENVOLVIMENTO

O estabelecimento de medidas de intervenção por indução na economia brasileira remonta a experiências pioneiras, como o Decreto n. 2.543A de 1912, que visava fomentar a cultura da seringueira e do caucho, demonstrando desde então a tendência de utilizar incentivos fiscais como instrumento para alcançar objetivos econômicos (COSTIN, 2020).

Os incentivos fiscais, em sua concepção ampla, são medidas destinadas a estimular determinadas condutas econômicas. Podem assumir diversas formas, desde a isenção total ou parcial de tributos até a redução de alíquotas ou postergação do prazo de recolhimento. Embora tradicionalmente associados à exclusão do crédito tributário, os incentivos fiscais abrangem uma gama mais ampla de medidas desonerativas.

A técnica da "alíquota zero", por exemplo, é ontologicamente distinta da isenção, embora produza resultados financeiros similares. Enquanto a isenção dispensa o pagamento de um tributo devido, a alíquota zero resulta na nulificação do montante devido, não chegando sequer a existir tributo devido (SHOUERI, 2019).

Essa distinção é crucial para entender a aplicabilidade das restrições constitucionais, especialmente no que diz respeito às alterações de alíquotas por parte do Poder Executivo. As premissas teóricas distintas entre isenção e alíquota zero garantem que as restrições constitucionais não se apliquem da mesma forma a ambas as situações (LIMA, 2020).

Portanto, os incentivos fiscais representam uma ferramenta importante de intervenção econômica, buscando promover o desenvolvimento econômico e social. Sua diversidade de formas e aplicações reflete a complexidade das políticas públicas e a necessidade de adaptabilidade às demandas e desafios enfrentados pela economia brasileira ao longo do tempo.

2.1 AS PECULIARIDADES DOS TRIBUTOS APLICADOS O BRASIL

Historicamente pode-se contemplar a existência de tributos desde os tempos imemoriais, as mais primitivas formas de organização social já relatavam alguma espécie de cobrança para os gastos coletivos, como os dízimos cobrados no século XIII a.C. sobre frutos carnes óleo e mel, sendo assim na antiguidade, os tributos não eram cobrados de toda a sociedade, ao contrário, os cidadãos livres não se sujeitava, aos pagamentos de tributos (SHOUERI, 2019:60).

Segundo Shoueri (2019) a relação entre a tributação e a liberdade, que hoje conhecemos, tem sua história marcada por diversas etapas, que se explicam mesmo pela própria evolução da liberdade buscada. Se é verdadeiro que a tributação conforme o estado de Direito é exigência da liberdade, seus contornos variam a mesma medida.

De acordo com Paulsen (2020) a condição demasiada de sujeição em que se viam os contribuintes associada a indignação com as diferenças sociais e com o destino que era

dado aos recursos, despertou movimentos pela preservação da propriedade e da liberdade, de um lado, e pela preservação da propriedade e da liberdade, de um lado, e pela participação nas decisões públicas, de outro, nos marcos relacionados a tributação com o passar dos tempos.

Os homens livres tinham, por certo deveres com a coletividade, mas estes não tinham a natureza de sujeição, na verdade, não havia distinção entre cidadão e a coletividade, pois a tal liberdade só opunha a situação dos povos vencidos, modificado posteriormente pelo modelo de Estado Policia pelo Estado Fiscal , tendo como principal característica é o seu modo de financiamento ser prioritariamente por tributos, ou seja, não é o Estado que gera riqueza, mas o particular é a fonte originaria de riquezas, cabendo-lhes transferir uma parcela por (derivação) ao Estado. (SHOUERI,2019).

De acordo com Balsan (2019, p.17) o conceito de tributo está descrito no art. 3º do Código tributário Nacional:

Art. 3º Tributo é toda prestação pecuniária compulsória em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua senão de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada. (BALSAN,2019:17).

Os tributos são receitas, portanto são utilizados pelo Estado para alcançar seus objetivos, no qual deve ser quitado em moeda, o que exclui a possibilidade de se instituir tributos in natura (como recebimento de mercadorias), ou in labore(trabalho). Portanto a moeda ou cujo valor nela possa exprimir, a regra é que o tributo seja quitado a dinheiro, contudo, o legislador possibilitou que a sua quitação se desse de outras formas, desde que pudesse ser traduzida em moeda, porém vale destacar que as formas que extinguem o crédito tributário devem ser veiculadas por meio de Lei Complementar (BALSAN, 2019).

O tributo é uma obrigação que não admite disposição de vontade, sendo decorrente somente da lei, e para que não constitua sanção de ato ilícito Balsan (2019, p. 25) decomposta em três facetas:

- a) Tributo não é penalidade: dever de pagar o tributo decorre da lei, é um ato legal e não uma punição;
- b) O fato gerador não pode ser um ato ilícito: todos os atos descritos na lei como capazes de gerar a obrigação tributária devem ser atos lícitos;

c) Princípio pecúnia non olet: significa “o dinheiro não tem cheiro”. O tributo não pode ser ato ilícito; porém, se alguém utiliza dinheiro de origem escusa para realizar fato gerador, deve pagar o tributo. (BALSAN, 2019: 25).

Para Carvalho (2019) o vocábulo tributo comporta o âmbito da significação que em vez de partir da significação, que em vez de partir da indicação do conteúdo patrimonial do objeto de que é titular o sujeito passivo, ou do direito subjetivo de que é titular o sujeito ativo, cogita do vínculo como um todo, isto é tributo como equivalente a obrigação tributaria, relação jurídica tributaria, a carga significativa não repousa mais em qualquer dos tópicos do laço obrigacional, mas nele como uma entidade integral.

Ao contrário do tributo cuja razão de existir é propiciar a obtenção de recursos financeiros para o custeio do Estado, a finalidade do Direito Tributário é delimitar o poder de tributar, evitando abusos no exercício das atividades do fisco em prejuízo dos contribuintes. Para que o Estado Social Fiscal possa cumprir adequadamente todos os deveres impostos pela Constituição e pelas leis, ele necessita de recursos financeiros provenientes de diversas fontes (MAZZA, 2018).

2.2 OS REFLEXOS DOS INCENTIVOS FISCAIS COMO INSTRUMENTO DE INTERVENÇÃO ECONÔMICA

Para Balsan (2018), o intervencionismo estatal na economia é um fenômeno complexo que envolve o exercício deliberado de influência e controle por parte do governo sobre as atividades econômicas. Esse fenômeno está intrinsecamente ligado à busca por otimização de resultados econômicos e à realização da ordem jurídica em prol do bem-estar social. Tais ações estatais podem se manifestar de forma direta ou indireta, sendo esta última caracterizada por uma intervenção exterior que orienta as atividades das empresas através de estímulos ou limitações variadas.

Dentro do contexto da intervenção indireta, o Estado desempenha o papel de regulador, buscando influenciar o comportamento dos agentes econômicos por meio de normas e políticas específicas. Nesse sentido, a intervenção por indução emerge como uma ferramenta crucial, na qual o Estado privilegia determinadas atividades, setores ou regiões por meio de incentivos fiscais.

Já Carvalho (2019), os incentivos fiscais, ao reduzirem a carga tributária sobre determinados setores ou regiões, têm o objetivo de estimular o crescimento econômico,

promover investimentos e gerar empregos. Essas políticas podem se materializar sob a forma de isenções de impostos, créditos tributários ou outros benefícios fiscais direcionados.

No entanto, é crucial destacar que os incentivos fiscais devem estar alinhados aos princípios constitucionais e aos valores que regem a sociedade. As finalidades dessas políticas devem ser legitimadas pela Constituição, garantindo que os benefícios concedidos pelo Estado estejam em consonância com os interesses públicos e o bem-estar social.

Além disso, a eficácia dos incentivos fiscais como instrumento de intervenção estatal na economia deve ser cuidadosamente avaliada. Embora possam gerar posições de vantagem no mercado para os agentes econômicos beneficiados, é essencial considerar os possíveis efeitos colaterais, tais como distorções de mercado, desigualdades socioeconômicas e impactos no equilíbrio fiscal (FREIRE,2020).

Portanto, ao analisar o intervencionismo estatal por meio de incentivos fiscais, é fundamental compreender não apenas seus efeitos imediatos sobre a economia, mas também sua conformidade com os princípios constitucionais e sua capacidade de promover um desenvolvimento econômico sustentável e equitativo. Somente assim será possível garantir que as políticas de intervenção estatal alcancem seus objetivos de forma eficaz e justa.

A intervenção estatal na economia encontra sua justificativa nos valores e princípios consagrados pela Constituição, que estabelecem as bases para uma ordem econômica fundada na valorização do trabalho humano, na livre iniciativa e na busca pelo bem-estar social. Esses fundamentos são expressos no artigo 170 da Constituição de 1988, que determina que a ordem econômica tem por finalidade assegurar a todos uma existência digna, em conformidade com os princípios da justiça social (LIMA, 2020).

Nesse contexto, a ação do Estado sobre o domínio econômico não pode se dissociar desses valores e objetivos constitucionais. Pelo contrário, deve pautar-se pelos princípios e diretrizes estabelecidos no texto constitucional, tais como a redução das desigualdades regionais e sociais, a busca pelo pleno emprego e a garantia do desenvolvimento nacional.

É importante ressaltar que, embora os princípios constitucionais sejam abstratos e gerais, eles constituem orientações fundamentais para a atuação estatal na economia. Intervenções estatais que não estejam alinhadas com esses princípios, especialmente

aquelas que violam a igualdade ou a proporcionalidade, não são compatíveis com o Estado Democrático e Social de Direito (MAZZA, 2019).

A desoneração fiscal emerge como um instrumento eficaz de intervenção indutora do Estado, com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico. No entanto, é crucial ressaltar que o uso desse instrumento deve respeitar os limites estabelecidos pela Constituição. A eficiência econômica, por si só, não pode legitimar ações estatais que violem os princípios constitucionais (PAULSEN, 2020).

Portanto, a justificativa para a intervenção estatal na economia, especialmente por meio de incentivos fiscais, encontra-se na promoção do bem-estar social e no alcance dos objetivos estabelecidos pela Constituição. A eficácia dessas políticas está diretamente relacionada à sua conformidade com os valores e princípios constitucionais, garantindo assim uma intervenção estatal justa e equitativa.

2.3 TRANSPARÊNCIA E RESPONSABILIDADE FISCAL

O preceito legal estabelece no cumprimento da gestão fiscal: ação planejada e de transparência, com a prevenção de riscos e correção de desvios que afetem o equilíbrio de contas públicas, garantindo o equilíbrio nas contas, visando o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas com limite e condições para a renúncia da receita e da geração de despesa com pessoal, seguridade, dívida, operação de crédito concessão de garantia, entre outras.

Com relação à transparência, pode-se ressaltar que para o seu alcance, a participação popular na discussão e elaboração dos planos e orçamentos; a disponibilidade de contas dos administradores durante o seu curso, para a consulta e apreciação pelos cidadãos e instituições da sociedade, a emissão de relatórios periódicos de gestão fiscal e execução orçamentária, igualmente a acesso público e ampla divulgação (MARTINHO, 2016).

A tratativa desta lei é estabelecer normas de finanças públicas direcionadas para a responsabilidade fiscal, pressupondo a ação transparente e planejada, a fim de prevenir os riscos com ações para corrigir desvios que possam a afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento e metas e de resultados entre receitas e despesas, como foi demonstrado no tópico anterior, referente as empresas analisadas.

As disposições da referida lei, obrigam a União, aos Estados, aos Distritos Federais e ao Municípios, as respectivas administrações diretas, fundos, autarquias, fundações e empresas estatais dependentes, caso que podem ser enquadradas as empresas que foram explanadas, acima.

De acordo a referida Lei no seu artigo 2º parágrafo 1º serão computados no cálculo da receita corrente líquida os valores pagos e recebidos em decorrência da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, e do fundo previsto do art. 60 do ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

No mesmo artigo citado, no parágrafo 2º faz complementação do anterior, não serão considerados, corrente líquida do Distrito Federal e dos Estados do Amapá e de Roraima, os recursos recebidos da União para o atendimento das despesas de que trata o inciso V do parágrafo do artigo 19.

A parte de diretrizes orçamentárias, faz saber no parágrafo 2º do art. 165 da Constituição e disparará também sobre: equilíbrio entre receitas e despesas, que pode ser evidenciado, no caso das empresas estudadas. Além das normas relativas ao controle de custos e avaliações dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos e demais condições e exigências para transparências de recursos a entidades públicas e privadas.

Além disso, as empresas devem fornecer o demonstrativo das metas anuais, instituídos com memória e metodologia de cálculos que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores, e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da política econômica nacional.

No artigo desta lei, fala-se sobre a execução orçamentária e financeira, visando identificar os beneficiários de pagamento e sentenças judiciais, por meio de sistemas de contabilidade e administração financeira, para fins de observância da ordem cronológica determinada no artigo 100 da Constituição Federal de 1988.

Tratando-se do seu capítulo III art. 11. Constituem requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal a instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos da competência constitucional do ente da federação e no seu parágrafo único relata sobre a vedação da realização de transferência voluntária.

E neste sentido a lei criou um dispositivo com intuito de criar limitação de valores com essa referida despesa que está inserida no seu artigo sobre a repartição dos limites globais, segue abaixo o texto legal:

Art. 20. A repartição dos limites globais do art. 19 não poderá exceder os seguintes percentuais: Ver tópico (43028 documentos)

I - Na esfera federal: Ver tópico (285 documentos)

a) 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento) para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas da União; ver tópico (9 documentos)

b) 6% (seis por cento) para o Judiciário; ver tópico (93 documentos)

c) 40,9% (quarenta inteiros e nove décimos por cento) para o Executivo, destacando-se 3% (três por cento) para as despesas com pessoal decorrentes do que dispõem os incisos XIII e XIV do art. 21 da Constituição e o art. 31 da Emenda Constitucional no 19, repartidos de forma proporcional à média das despesas relativas a cada um destes dispositivos, em percentual da receita corrente líquida, verificadas nos três exercícios financeiros imediatamente anteriores ao da publicação desta Lei Complementar;

d) 0,6% (seis décimos por cento) para o Ministério Público da União;

II - Na esfera estadual:

3% (três por cento) para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Estado; União; ver tópico

II - Na esfera estadual: Ver tópico.

a) 3% (três por cento) para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Estado; ver tópico

b) 6% (seis por cento) para o Judiciário; ver tópico (201 documentos)

c) 49% (quarenta e nove por cento) para o Executivo; ver tópico (640 documentos)

d) 2% (dois por cento) para o Ministério Público dos Estados; ver tópico (123 documentos)

III - na esfera municipal: Ver tópico (15808 documentos)

a) 6% (seis por cento) para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Município, quando houver; ver tópico

b) 54% (cinquenta e quatro por cento) para o Executivo.

A gestão fiscal, quanto a fiscalização é disposta pela normatização do art. 59 da referida lei, que trata da designação da competência referente os órgãos fiscais.

Os órgãos que cabem a prerrogativa fiscal são: o Legislativo, Tribunal de Contas e o Ministério Público, são estes que detém a obrigatoriedade da disciplina de fiscalização sobre a aplicação da Lei de Responsabilidade Fiscal e o Tribunal de Contas é o responsável pela emissão do Ato de Alerta aos demais, quando estes passam a atingir 90%, decorrente da sua limitação. E havendo excelência dos limites, passam a ser proibidos: vantagens e benefícios, elevação de remunerações, criação de cargos, modificações na estrutural da carreira, ou contratação de pessoal (cf. LEIRIA, 2005).

Para qualquer atividade onde seja atribuída infrações contra à Lei de Responsabilidade Fiscal é considerado como improbidade administrativa, além disso, a

concretização de despesas com pessoal que tenha o excesso dos limites previstos por legislação cabível (PAZZAGLINI FILHO 2001).

E quanto aos agentes públicos que praticar violação de qualquer uma das prerrogativas que são estabelecidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal, onde a sua proibição for decorrente de prejuízo econômico ao Erário, sendo confirmado a conduta ilícita, além de ser paga penalmente na situação em que seja configurado a infração penal comum ou especial, atribuída na Legislação nº 10.028/00, além disso, podendo ser enquadrado a sua ação como improbidade administrativa. (PAZZAGLINI FILHO, 2001).

Pode-se observar que esses resultados, referente a esses preceitos, fizeram com que os gestores passassem a ter obrigatoriedades, referente as ações correspondentes ao poder público para que a aplicação eficaz da Lei de Responsabilidade Fiscal tenha o efetivo comprimento, busca-se sempre retornar à arrecadação de tributos novamente para a sociedade, através de prestação de serviços, afim de atender às suas necessidades, mais primordiais.

2.4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

No contexto brasileiro, os tributos têm uma longa história, remontando aos tempos mais antigos, onde formas primitivas de organização social já incluíam alguma forma de cobrança para os gastos coletivos. No entanto, historicamente, os tributos não eram cobrados de toda a sociedade, sendo que os cidadãos livres não estavam sujeitos a esses pagamentos.

A relação entre tributação e liberdade evoluiu ao longo do tempo, refletindo as diferentes concepções de liberdade buscadas pela sociedade. Movimentos surgiram em resposta à condição de sujeição excessiva dos contribuintes e às diferenças sociais, buscando preservar a propriedade e a liberdade, bem como promover a participação nas decisões públicas (SOUSA, 2019).

O conceito de tributo está definido no artigo 3º do Código Tributário Nacional, que estabelece que tributo é toda prestação pecuniária compulsória, cobrada em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, instituída por lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada. Isso significa que o tributo é uma obrigação imposta por lei, que não admite disposição de vontade, sendo necessário o seu pagamento em dinheiro.

A obrigação tributária, conforme Balsan (2018), é composta por três facetas: o tributo não é uma penalidade, ou seja, o dever de pagar o tributo decorre da lei e não é uma punição; o fato gerador não pode ser um ato ilícito, todos os atos que geram a obrigação tributária devem ser lícitos; e o princípio "pecúnia non olet", que significa que, embora o tributo não possa ser um ato ilícito, se alguém utilizar dinheiro de origem suspeita para realizar o fato gerador, ainda assim deve pagar o tributo.

No Brasil, assim como em outros países, o intervencionismo estatal na economia é uma realidade. Este fenômeno envolve o exercício de influência e controle por parte do governo sobre as atividades econômicas, com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico e social.

Os incentivos fiscais são uma das ferramentas mais utilizadas pelo Estado para promover o crescimento econômico. Reduções na carga tributária sobre determinados setores ou regiões são implementadas com o intuito de estimular investimentos, gerar empregos e promover o desenvolvimento regional.

No entanto, é importante ressaltar que os incentivos fiscais devem estar alinhados com os princípios constitucionais e os objetivos do Estado. Devem ser concedidos de acordo com critérios transparentes e justos, de modo a evitar distorções no mercado e garantir que os benefícios alcancem efetivamente aqueles que deles necessitam.

A eficácia dos incentivos fiscais como instrumento de intervenção econômica é um tema de debate. Embora possam gerar resultados positivos, como o aumento dos investimentos e a criação de empregos, também podem causar distorções no mercado e agravar desigualdades sociais e regionais.

Portanto, é essencial que a concessão de incentivos fiscais seja acompanhada de uma análise criteriosa de seus impactos econômicos e sociais. Somente assim será possível garantir que essas políticas contribuam efetivamente para o desenvolvimento econômico e social do país, sem comprometer a equidade e a justiça fiscal.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo buscou explorar as peculiaridades dos tributos aplicados no Brasil e os reflexos dos incentivos fiscais como instrumento de intervenção econômica. Ao longo da análise, foram abordados diversos aspectos relacionados à tributação, desde sua origem histórica até sua definição legal e implicações na sociedade contemporânea.

No que diz respeito aos tributos, observou-se que estes têm uma longa trajetória na história, refletindo diferentes concepções de liberdade e organização social. No contexto brasileiro, a definição legal de tributo estabelece que este é uma prestação pecuniária compulsória, cobrada em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, instituída por lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada. Essa definição ressalta a natureza compulsória e legal dos tributos, que são fundamentais para o financiamento das atividades do Estado e a promoção do bem-estar social.

No que se refere aos incentivos fiscais, evidenciou-se sua importância como instrumento de intervenção econômica por parte do Estado. Esses incentivos, que consistem na redução da carga tributária sobre determinados setores ou regiões, têm o objetivo de estimular o crescimento econômico, promover investimentos e gerar empregos. No entanto, é fundamental que essas políticas sejam implementadas de forma transparente e justa, garantindo que os benefícios alcancem efetivamente aqueles que deles necessitam.

Apesar dos benefícios potenciais dos incentivos fiscais, é importante reconhecer que sua eficácia e seus impactos podem variar significativamente dependendo do contexto e da forma como são implementados. Por isso, é essencial que a concessão de incentivos fiscais seja acompanhada de uma análise criteriosa de seus efeitos econômicos e sociais, garantindo que contribuam efetivamente para o desenvolvimento econômico e social do país, sem comprometer a equidade e a justiça fiscal.

Constando assim, que os tributos e os incentivos fiscais desempenham um papel fundamental na economia e na sociedade brasileira. No entanto, é necessário que sua aplicação seja pautada pelos princípios constitucionais e pelos objetivos do Estado, visando sempre promover o desenvolvimento econômico e social de forma equitativa e sustentável.

REFERÊNCIAS

BALSAN, F.L. **Direito tributário esquematizado**. Tupã: Edição do Autor, 2019.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988.

BERGAMINI, A. **ICMS análise de legislação, manifestações de administração tributárias, jurisprudência administrativa e judicial, e abordagem de temas de gestão tributária**. São Paulo: Thomson Reuters, Brasil, 2020.

CAMPOS, C.A.A. **Estudos de federalismo e guerra fiscal**. Rio de Janeiro: Editora Gramma, 2017.

CARVALHO, P.B. **Curso de direito tributário**. São Paulo: Saraiva, 2019.

COSTIN, C. **Administração Pública**. São Paulo: Editora Atlas, 2020.

FREIRE, E. **Ética na Administração Pública**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2021.

HARADA, K. **ICMS doutrina e prática**. São Paulo: Editora Atlas, 2019.

LIMA, H.L. **Controle externo: teoria e jurisprudência**. São Paulo: Editora Método, 2020.

MAZZA, A. **Manual do direito administrativo**. São Paulo: Editora Saraiva, 2019.

PAULSEN, L. **Curso de Direito tributário completo**. São Paulo, 2020.

PERES FILHO, A.M. **O compliance na administração Pública: combate a corrupção e efetivação do direito a boa administração**. Leme: JH Mi zuno, 2019.

SHOUERI, L.E. **Direito Tributário**. São Paulo: Editora Saraiva, 2019.

SOUSA, E.P. **Contabilidade tributária: aspectos práticos e conceituais**. São Paulo: Editora Atlas, 2019.

DIFICULDADES NA APRENDIZAGEM DOS ALUNOS DE 6ª ANO NO PÓS-PANDEMIA: uma pesquisa mista, bibliográfica e de campo sobre o impacto na aprendizagem discente.

Rosimere Cordeiro Dias¹
Daniela Moreno de Camargo²

RESUMO: Este estudo investigou as dificuldades de aprendizagem dos alunos do 6º ano da Escola Municipal Antônio Piancó Sobrinho, em Itapetim–PE, no contexto da pandemia de COVID-19. O objetivo foi analisar o impacto do ensino remoto e a falta de motivação no rendimento escolar, com foco no período de 2021 até o retorno das aulas presenciais em 2022. A pesquisa, de abordagem mista e de campo, envolveu a aplicação de questionários a alunos e professores. A problematização abordou os desafios educacionais pós-pandemia, com base nas teorias de Vygotsky e Piaget sobre o desenvolvimento cognitivo e a importância da interação social. Os resultados indicaram que 94% dos alunos relataram dificuldades de aprendizagem, 81% associadas ao ensino remoto e 87% à perda de motivação. Além disso, 92% dos alunos enfrentaram dificuldades nas disciplinas de Português e Matemática. A pesquisa identificou a carência de apoio psicológico (83%) e pedagógico (89%), e a análise das ações da escola mostrou que, embora tenha havido esforços, como o uso de plataformas digitais e materiais impressos, as lacunas educacionais não foram totalmente superadas. Com base nesses resultados, foram propostas intervenções como reforço escolar, apoio psicológico, planejamento inclusivo e maior integração entre escola, família e comunidade.

Palavras-chave: Discente. Ensino Remoto. Pós-pandemia. Dificuldades de aprendizagem.

1 INTRODUÇÃO

A pandemia de COVID-19 provocou uma transformação no sistema educacional, gerando desafios profundos para estudantes, professores e gestores. O retorno às aulas presenciais, após o longo período de ensino remoto, trouxe consigo diversas dificuldades de aprendizagem, especialmente para os alunos do 6º ano. De acordo com Silva e Santos (2021), a suspensão das atividades presenciais afetou significativamente o desenvolvimento cognitivo e social dos estudantes, e o retorno às aulas presenciais tem exigido um esforço considerável para retomar a aprendizagem.

¹ Pós-graduada em Neuropsicopedagogia Institucional e Clínica pela Faculdade Famart. E-mail: tarszulm2012_@hotmail.com.

² Professora orientadora do estudo e do artigo. Professora dos cursos de Graduação e de Pós-Graduação lato sensu da Faculdade Famart, Itaúna–MG. Graduada em Artes Cênicas e Mestra em Artes.

Neste contexto, é fundamental compreender as dificuldades específicas enfrentadas pelos alunos, pois, como apontado por Oliveira (2020), a transição de modalidades de ensino trouxe não apenas desafios cognitivos, mas também aspectos emocionais e psicológicos que impactaram o processo de aprendizagem. Este estudo visa investigar como as interrupções causadas pela pandemia afetaram o desempenho acadêmico dos alunos do 6º ano, identificando as dificuldades específicas que emergiram nesse período pós-pandemia.

A pesquisa, de caráter bibliográfico, mista e de campo, integra uma revisão da literatura sobre os impactos da pandemia na educação e uma coleta de dados empíricos por meio de questionários e entrevistas com professores e alunos. Segundo Almeida (2022), a pesquisa mista permite uma análise abrangente, combinando os aspectos teóricos com a realidade vivenciada na escola, oferecendo uma visão mais completa do fenômeno investigado.

Os objetivos deste trabalho são identificar as principais dificuldades de aprendizagem dos alunos do 6º ano no pós-pandemia e sugerir estratégias pedagógicas que possam mitigar essas dificuldades. A justificativa para este estudo está na necessidade de compreender as implicações do ensino remoto e da pandemia no desempenho acadêmico dos estudantes. De acordo com Lima (2021), a reflexão sobre o impacto da pandemia na educação é essencial para que os profissionais da educação possam elaborar práticas pedagógicas mais eficazes, direcionadas às novas realidades enfrentadas pelos alunos.

A problematização central do estudo é: como as lacunas deixadas pela interrupção das aulas presenciais impactaram a aprendizagem dos alunos do 6º ano e o que pode ser feito para mitigar esses efeitos negativos? A pesquisa busca, portanto, contribuir para a formulação de práticas pedagógicas mais adequadas às necessidades dos alunos no contexto pós-pandemia.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 Importância da Interação Social no Desenvolvimento Cognitivo

Durante a pandemia da COVID-19, a experiência educacional enfrentou desafios significativos, especialmente no processo de ensino e aprendizagem. Segundo Vygotsky, a interação social é essencial para o desenvolvimento cognitivo dos alunos (Vygotsky, ano da

publicação). As medidas de distanciamento social adotadas em resposta à crise sanitária alteraram profundamente a dinâmica das salas de aula, impactando a forma como os estudantes interagem entre si e com o conteúdo educacional. A transição abrupta para o ensino remoto exigiu adaptações rápidas tanto dos educadores quanto dos estudantes, destacando a importância de explorar as implicações dessas mudanças nas estratégias de ensino, na motivação dos alunos e nos resultados acadêmicos.

2.2 Normativas para o ensino remoto e híbrido

Concordo com a afirmação de Silva (2021) de que o ensino remoto está se tornando uma alternativa viável e necessária para garantir o acesso à educação em contextos desafiadores. Isso se deve ao fato de que, em situações como a pandemia de COVID-19, o ensino remoto permitiu a continuidade das atividades educacionais mesmo diante de restrições de mobilidade e presença física nas escolas. Além disso, o ensino remoto pode ser uma solução para outras dificuldades, como a falta de infraestrutura em determinadas regiões ou a necessidade de flexibilidade para estudantes que trabalham ou têm outras responsabilidades além dos estudos.

2.3 Plano de Ação da Escola

A Escola, em conformidade com a instrução normativa da Secretaria Municipal de Educação, desenvolveu seu Plano de Ação denominado "Plano de Ação em Tempos de Pandemia", composto por três planos distintos. O primeiro, de número 03/2021 – 05/02/2021, delineou diretrizes e procedimentos relativos ao processo avaliativo, à adequação da jornada de trabalho e aos procedimentos pedagógicos, visando o ciclo de aprendizagem e avaliação no contexto excepcional do ano letivo de 2021, diante da pandemia.

Durante a elaboração desse plano, foi realizado o mapeamento das necessidades educacionais específicas dos estudantes, revelando que uma quantidade significativa de alunos não tinha acesso adequado à tecnologia para participar das aulas online. Diante desse cenário, foram adotadas estratégias para atender ao maior número possível de alunos em todas as modalidades, incluindo:

- Organização de grupos no Whatsapp pelos professores, por turma e disciplina;
- Utilização do aplicativo Google Sala de Aula para

formação de turmas e realização de atividades; • Envio de vídeo aulas, áudios explicativos, vídeos complementares no YouTube, aulas online via Zoom ou Meet, atividades nos livros didáticos e no aplicativo da Secretaria Municipal de Educação (Educa Mais Itapetim); • Disponibilização de apostilas com atividades impressas entregues quinzenalmente para os alunos sem acesso adequado à internet.

Mesmo assim, na entrevista realizada com os alunos, verificaram-se sequelas na aprendizagem no pós-pandemia, em relação ao ensino remoto, pela falta de adaptação a essa nova forma de ensino à distância, bem como a falta de motivação e engajamento no retorno às aulas semi presenciais e presenciais, onde a falta de apoio psicológico e de reforço escolar, principalmente em disciplinas como português e matemática, se tornaram um peso na vida de cada um. O segundo plano seguiu o Decreto Municipal n.º 193/2021, de 02 de agosto de 2021, restabelecendo e disciplinando as atividades presenciais dos servidores do magistério público do município. Esse plano viabilizou a realização das aulas de forma híbrida, com revezamento semanal das turmas.

Observando o terceiro plano de ação, em conformidade com a instrução normativa SME Nº 071/2021, de 17 de setembro de 2021, houve reunião com diretores para monitoramento das aulas no formato híbrido e reorganização das atividades educacionais para minimizar os impactos do isolamento na aprendizagem dos estudantes. Também foi estabelecida a alteração do horário de funcionamento da Rede Municipal de Ensino a partir de 20 de setembro de 2021. Nesse contexto, estratégias como a aplicação do planejamento em sala de aula, a manutenção dos grupos no WhatsApp, o uso do Google Sala de Aula e a disponibilização de apostilas impressas continuaram a ser fundamentais para garantir o acesso e a participação dos alunos nas atividades educacionais, especialmente para aqueles sem acesso adequado à internet ou impossibilitados de comparecer presencialmente. 2.4 Quantitativo de Alunos com Acesso à Internet.

A tabela a seguir apresenta os resultados de uma pesquisa realizada para analisar os impactos da pandemia de COVID-19 no aprendizado dos alunos. Os dados foram coletados por meio de um questionário que abordou diversas questões relacionadas às dificuldades enfrentadas durante a pandemia e no retorno às aulas presenciais. As respostas dos alunos foram categorizadas e quantificadas para fornecer uma visão abrangente dos desafios enfrentados e das necessidades identificadas neste contexto.

Durante a pandemia da COVID-19, a experiência educacional enfrentou desafios significativos, especialmente no processo de ensino e aprendizagem. Segundo Vygotsky, a interação social é essencial para o desenvolvimento cognitivo dos alunos (Vygotsky, ano da publicação). As medidas de distanciamento social adotadas em resposta à crise sanitária alteraram profundamente a dinâmica das salas de aula, impactando a forma como os estudantes interagem entre si e com o conteúdo educacional. A transição abrupta para o ensino remoto exigiu adaptações rápidas tanto dos educadores quanto dos estudantes, destacando a importância de explorar as implicações dessas mudanças nas estratégias de ensino, na motivação dos alunos e nos resultados acadêmicos.

No contexto das normativas para o ensino remoto e híbrido, concordo com a afirmação de Silva (2021) de que o ensino remoto está se tornando uma alternativa viável e necessária para garantir o acesso à educação em contextos desafiadores. Isso se deve ao fato de que, em situações como a pandemia de COVID-19, o ensino remoto permitiu a continuidade das atividades educacionais mesmo diante de restrições de mobilidade e presença física nas escolas. Além disso, o ensino remoto pode ser uma solução para outras dificuldades, como a falta de infraestrutura em determinadas regiões ou a necessidade de flexibilidade para estudantes que trabalham ou têm outras responsabilidades além dos estudos.

Essas considerações teóricas e práticas sobre a interação social, o ensino remoto e as estratégias educacionais durante a pandemia são fundamentais para compreender os desafios enfrentados e as soluções propostas no contexto do desenvolvimento cognitivo e da continuidade do processo educacional dos alunos.

TABELA 1 - Resumo das respostas dos alunos sobre Aprendizagem no pós-pandemia

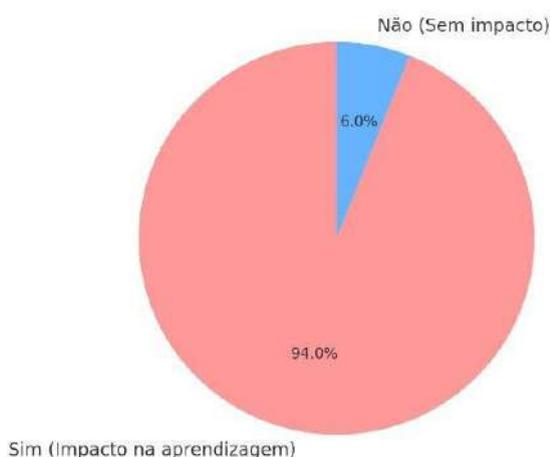
ASPECTO	CATEGORIA	SIM (%)	NÃO (%)
APRENDIZAGEM	Teve impacto?	94	6
DESAFIOS	Aulas on-line	81	19
DESAFIOS	Execução de atividades	19	81
MUDANÇA NO APRENDIZADO	Mudou o estilo de aprendizagem?	85	15

MOTIVAÇÃO	Perda de motivação	87	13
DIFICULDADES	Em disciplinas específicas	92	8
SUORTE	Teve apoio psicológico	17	83
SUORTE	Teve reforço escolar	89	11

Fonte: Dados da pesquisa realizada com alunos de 6^os anos da escola Municipal Antônio Piancó Sobrinho (2024).

A análise dos dados revelou que, de acordo com a tabela de respostas, houve uma significativa dificuldade no aprendizado durante a pandemia e no período subsequente, afetando 94% dos entrevistados, o que evidencia a complexidade do cenário educacional.

Gráfico 1- Impacto da pandemia na aprendizagem dos alunos



Fonte: dados de pesquisa realizada com alunos do 6^o ano da Escola Municipal Antônio Piancó Sobrinho (2024).

Adicionalmente, 81% dos alunos enfrentaram obstáculos nas aulas online, refletindo a necessidade de adaptação a novas modalidades de ensino.

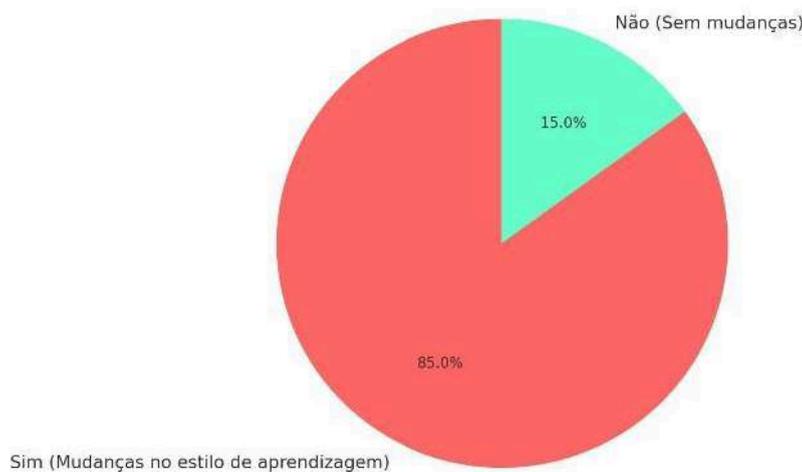
Gráfico 2 – Maiores desafios na aprendizagem durante a pandemia



Fonte: Dados da pesquisa realizada com alunos de 6^os anos da escola Municipal Antônio Piancó Sobrinho (2024).

A mudança no estilo de aprendizagem foi notada por 85% dos estudantes ao retornarem às salas de aula, destacando a importância de ajustes nas abordagens pedagógicas.

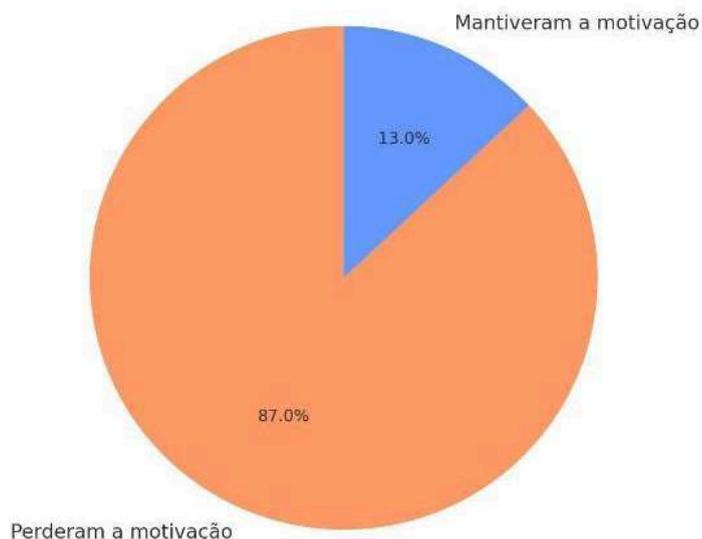
Gráfico 3 – Mudanças no estilo de aprendizagem após a pandemia



Fonte: Dados da pesquisa realizada com alunos de 6^os anos da escola Municipal Antônio Piancó Sobrinho (2024).

A perda de motivação e engajamento, mencionada por 87% dos participantes, ressalta a importância de estratégias que incentivem o envolvimento dos alunos mesmo em tempos desafiadores.

Gráfico 4 – motivação e engajamento dos alunos após a pandemia



Fonte: dados de pesquisa realizada com alunos do 6º ano da Escola Municipal Antônio Piancó Sobrinho (2024).

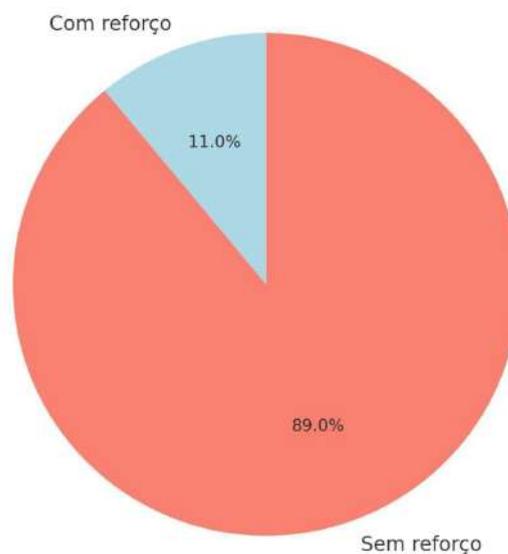
Além disso, a dificuldade em disciplinas específicas afetou 92% dos entrevistados, indicando áreas de maior vulnerabilidade no processo de aprendizagem. A falta de apoio psicológico relatada por 83% dos alunos e a ausência de reforço na aprendizagem mencionada por 89% destacam a necessidade de suporte abrangente para enfrentar os impactos emocionais e acadêmicos dessa fase.

Gráfico 5 – Falta de apoio psicológico (83%)



Fonte: dados de pesquisa realizada com alunos do 6º ano da Escola Municipal Antônio Piancó Sobrinho (2024).

Gráfico 6 – Falta de reforço na aprendizagem (89%)



Fonte: dados de pesquisa realizada com alunos do 6º ano da Escola Municipal Antônio Piancó Sobrinho (2024).

3 CONCLUSÃO

A abordagem de Piaget em relação ao desenvolvimento cognitivo dos alunos durante a pandemia é pertinente, destacando a necessidade de adaptação e construção de novos conhecimentos em contextos desafiadores (Piaget,1996). Segundo suas teorias, as dificuldades enfrentadas pelos estudantes durante a transição para o ensino remoto e o retorno às aulas presenciais podem ser compreendidas à luz das fases do desenvolvimento cognitivo, onde a assimilação e acomodação de informações são fundamentais para a aprendizagem significativa (Piaget,1996). Nesse sentido, a interação social, enfatizada por Vygotsky, assume um papel crucial não apenas no aspecto afetivo, mas também na construção do conhecimento através da colaboração e troca de experiências entre os alunos e com os educadores (Vygotsky, 1978). Essas perspectivas teóricas enriquecem a compreensão das dificuldades enfrentadas pelos alunos da Escola Municipal Antônio Piancó Sobrinho, fornecendo bases sólidas para a formulação de estratégias pedagógicas eficientes que atendam às necessidades individuais e coletivas dos estudantes durante e após a crise da COVID-19. Diante do exposto, é imperativo que sejam tomadas medidas efetivas para superar os desafios identificados. Um novo plano de ação deve ser elaborado,

considerando as lacunas encontradas nas estratégias implementadas até o momento. É fundamental priorizar o acesso equitativo à tecnologia, garantindo que todos os alunos tenham os recursos necessários para participar plenamente das atividades educacionais, tanto presenciais quanto remotas. Além disso, é essencial fortalecer o apoio psicológico e pedagógico aos estudantes, oferecendo programas de orientação e reforço escolar personalizados. A colaboração entre a escola, as famílias e a comunidade também deve ser incentivada, criando um ambiente de suporte abrangente para o desenvolvimento integral dos alunos. Ao adotar uma abordagem holística e adaptativa, é possível enfrentar os desafios pós-pandemia e promover uma educação de qualidade para todos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 14724: Trabalhos Acadêmicos – apresentação. 2. ed. Rio de Janeiro: ABNT, 2005.

BRUNER, J. S. The culture of education. Cambridge: Harvard University Press, 1996.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Pernambuco registra 975 novos casos e 45 óbitos por Covid-19. Recife, 10 jun. 2021. Disponível em: <https://www.diariodepernambuco.com.br/>. Acesso em: 10 jan. 2024.

G1. Pernambuco confirma mais 831 casos e 11 mortes provocadas pela Covid-19. Recife, 5 jan. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/>. Acesso em: 10 jan. 2024.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). Covid-19 causou pelo menos 14,9 milhões de mortes diretas ou indiretas. ONU News, 15 jun. 2021. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2021/06/175902>. Acesso em: 10 jan. 2024.

UOL. Pernambuco inicia 2022 com a confirmação de 206 casos de Covid-19. 2 jan. 2022. Disponível em: <https://www.uol.com.br/>. Acesso em: 10 jan. 2024.

WORLDOMETER. Brasil COVID - Estatísticas do Coronavírus. 2021-2024. Disponível em: <https://www.worldometers.info/coronavirus/country/brazil/>. Acesso em: 10 jan. 2024.

O TRANSTORNO DO DÉFICIT DE ATENÇÃO E HIPERATIVIDADE (TDAH) NO ADULTO: uma revisão de literatura

Michelle de Paula Machado Venuto¹
Karina Leão de Mello²

RESUMO: O Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) é um transtorno do neurodesenvolvimento muito estudado e tratado na infância. Porém, estudos mostram que também podemos encontrar o TDAH em adultos, seja por continuidade do diagnóstico realizado na infância, seja pela detecção ocorrer somente na vida adulta. O TDAH é um transtorno que não apresenta fronteiras e sua ocorrência prevalece em todo o mundo desenvolvido e em desenvolvimento, sendo mais comum em homens do que em mulheres. Quando analisamos artigos que tratam sobre o TDAH em adultos encontramos características comuns ao TDAH na infância como dificuldade de concentração, impulsividade e hiperatividade, que persistem ao longo da vida adulta e que vão impactar negativamente diversas áreas: trabalho, relacionamentos interpessoais e gestão financeira. A abordagem do TDAH no ambiente de trabalho é essencial, considerando que os sintomas de desatenção são frequentemente maior pronunciado nesse contexto, o que pode levar a insucesso ocupacional e insatisfação laboral. É comum ocorrer, junto com o TDAH, transtornos psiquiátricos como o de humor, de ansiedade, por uso de substâncias, o transtorno explosivo intermitente, dentre outros, cujos sintomas podem ser mais evidentes quanto maior é a faixa etária, o que dificulta o diagnóstico e o tratamento efetivo. Para que se possa encontrar um caminho menos árduo para o adulto que tem que lidar com o TDAH e suas comorbidades e para que se tenha êxito no diagnóstico e tratamento do transtorno, deve-se adotar medidas que incluam um novo direcionamento na educação e saúde.

Palavras-chave: TDAH. TDAH – Adultos. Educação – TDAH.

ABSTRACT: Attention Deficit Hyperactivity Disorder (ADHD) is a neurodevelopmental disorder that has been extensively studied and treated in childhood. However, studies show that we can also find ADHD in adults, either due to the continuation of the diagnosis made in childhood, or because detection only occurs in adulthood. ADHD is a disorder that has no borders and its occurrence is prevalent throughout the developed and developing world, being more common in men than in women. When we analyze articles that deal with ADHD in adults, we find characteristics common to ADHD in childhood, such as difficulty concentrating, impulsivity and hyperactivity, which persist throughout adulthood and which will negatively impact several areas: work, interpersonal relationships and financial management. Addressing ADHD in the workplace is essential, considering that symptoms of inattention are often more

¹ Pós-graduada em Psicopedagogia Institucional e Clínica pela Faculdade Famart. E-mail: michellevenuto@gmail.com.

² Professora orientadora do estudo e do artigo. Professora dos cursos de Graduação e de Pós-Graduação lato sensu da Faculdade Famart, Itaúna–MG. Graduada em Ciências, Matemática e Pedagogia. Mestra em Educação.

pronounced in this context, which can lead to occupational failure and job dissatisfaction. It is common to occur, along with ADHD, psychiatric disorders such as mood, anxiety, substance use, intermittent explosive disorder, among others, whose symptoms may be more evident in the older the age group, which makes diagnosis difficult and effective treatment. To find a less arduous path for adults who have to deal with ADHD and its comorbidities and to be successful in diagnosing and treating the disorder, measures must be adopted that include a new direction in education and health.

Keywords: ADHD. ADHD – Adults. Education – ADHD.

1 INTRODUÇÃO

O Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) é um transtorno do neurodesenvolvimento muito estudado e tratado na infância. Porém, estudos mostram que também podemos encontrar o TDAH em adultos, seja por continuidade do diagnóstico realizado na infância, seja pela detecção ocorrer somente na vida adulta.

O presente trabalho buscou pesquisar sobre os impactos do não diagnóstico ou do diagnóstico tardio em adultos, pensando que a aprendizagem não ocorre somente na fase da infância, mas também em outros ambientes como no ensino superior e no trabalho, local em que podemos identificar o crescimento das ações realizadas pelas organizações nesse sentido com a criação de Universidades Corporativas.

Diante do exposto, como o indivíduo com TDAH na vida adulta pode obter sucesso pessoal e profissional com tantos obstáculos apresentados pelo TDAH em adultos?

Para chegar a um cenário, que possibilite obter dados consistentes para responder aos questionamentos, definiu-se por uma revisão de literatura. Utilizou-se o portal de periódicos da CAPES (<https://www.pediodicos.capes.gov.br>), onde os termos pesquisados na busca avançada foram TDAH, TDAH + adultos e TDAH + educação.

Tivemos um número considerável de resultados, porém a quantidade reduzida de artigos que atendessem aos requisitos da pesquisa tornou possível uma avaliação por meio da leitura dos resumos e então foram selecionados 13 artigos para realizar a revisão de literatura. Foi observado que, além de pesquisas com pouca relevância quando se fala em impactos do TDAH em adultos, a maioria das pesquisas eram da área de saúde, demonstrando o pouco interesse sobre a temática por parte de estudiosos da área de educação.

Após realizar a leitura do material selecionado pode-se observar que o TDAH em adultos apresenta sintomas com certas particularidades, tais como desorganização,

impaciência, hiperatividade, dificuldades emocionais e profissionais, dificuldade em relacionamentos sociais e afetivos, além de problemas relacionados aos projetos, sejam projetos que envolvam suas atividades no trabalho ou projetos de vida.

Os estudos demonstram que apesar do baixo desempenho apresentado em várias áreas da vida, indivíduos com TDAH têm inteligência média e superior, o que demonstra o quão impactante é o transtorno nessa fase da vida.

O presente trabalho se justifica, pois chegamos à conclusão que estudar sobre o TDAH na vida adulta é de grande urgência, visto que existe um déficit na pesquisa sobre a temática e uma grande necessidade de chegar a um padrão de diagnóstico e tratamento do TDAH na população adulta.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 O TDAH EM ADULTOS

Na literatura utilizada para o desenvolvimento desse artigo, o Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) é tratado como um transtorno do neurodesenvolvimento caracterizado por um padrão persistente de desatenção e/ou hiperatividade-impulsividade que interfere no funcionamento ou desenvolvimento do indivíduo.

Segundo Neto, Lins e Guimarães (2023) a existência desse transtorno em adultos foi reconhecida de maneira oficial no ano de 1980, pela Associação de Psiquiatria, quando foi publicado o Diagnostic and Statistical Manual (DSM-III), que incluiu na descrição do transtorno a persistência dos sintomas na vida adulta.

Ainda segundo o autor, o TDAH é um transtorno que não apresenta fronteiras e sua ocorrência prevalece em todo o mundo desenvolvido e em desenvolvimento, sendo mais comum em homens do que em mulheres. Na atualidade, o transtorno tem sido mais diagnosticado pelos médicos, o que pode levar a uma falsa impressão de aumento nos casos, mas o que se observa é uma maior preocupação em detectar casos já existentes.

Para Rosa et al. (2024), a história do TDAH é uma jornada que atravessa décadas de observação, pesquisa e compreensão em constante evolução, já que o TDAH em adultos é uma condição complexa que se manifesta por meio de sintomas como desatenção, hiperatividade e impulsividade, os quais podem ter impactos em diversos aspectos da vida. Os sintomas do TDAH, segundo a autora, refletem uma dificuldade subjacente no

desenvolvimento do autocontrole, que está relacionado a questões neurobiológicas e é influenciada por fatores genéticos e ambientais.

A autora ainda ressalta que o subdiagnóstico do TDAH em adultos traz uma preocupação significativa, pois o transtorno pode resultar em uma qualidade de vida inferior para os indivíduos afetados. A falta de abordagens abrangentes que levem em consideração todas as características do transtorno pode levar a diagnósticos errados e em terapias inadequadas.

Quando analisamos artigos que tratam sobre o TDAH em adultos encontramos características comuns ao TDAH na infância como dificuldade de concentração, impulsividade e hiperatividade, que persistem ao longo da vida adulta e que vão impactar negativamente diversas áreas: trabalho, relacionamentos interpessoais e gestão financeira. A abordagem do TDAH no ambiente de trabalho é essencial, considerando que os sintomas de desatenção são frequentemente maior pronunciado nesse contexto, o que pode levar a insucesso ocupacional e insatisfação laboral.

Quando se analisa estudos sobre a temática, pode-se perceber a importância de a pedagogia atuar como mediadora do processo, pois é importante verificar o impacto do TDAH na vida adulta, com destaque para necessidade de um diagnóstico precoce, tratamento adequado e suporte contínuo para indivíduos afetados por essa condição no ambiente profissional, algo que não é visto neste ambiente.

Moraes, Vielmo e Kikuchi (2024), demonstram que o TDAH é influenciado por uma combinação de fatores temperamentais, ambientais, genéticos e fisiológicos. Os autores trazem ainda que pesquisas realizadas sobre o tema tentam compreender a origem do transtorno e revelam a influência de múltiplos genes, como o do transportador de dopamina e o receptor de dopamina 4, e que têm sido consistentemente associados ao TDAH. Essas associações sugerem um mecanismo complexo, com diferentes variantes genéticas que interagem entre si e, juntamente com fatores ambientais de risco, culminam no desenvolvimento do distúrbio.

Durante as pesquisas, diversos autores trouxeram que no adulto a apresentação clínica costuma ser um pouco distinta daquela da infância, já que a impulsividade e a hiperatividade são menos nítidas na infância e o mais evidente é a desatenção. Já no adulto é a impulsividade que traz maior preponderância.

Moraes, Vielmo e Kikuchi (2024), ainda destacam que a falta do diagnóstico de TDAH na infância não pode impedir ou atrapalhar que o adulto receba atenção clínica e diagnóstico de TDAH na vida adulta, visto que, como aponta Sampaio et al. (2024) para muitos adultos, que não possuem o diagnóstico, frequentemente existe a sensação de passar pela vida se sentindo “diferentes”, “incapazes” ou “preguiçosos” e se culpando por seu baixo desempenho, o que vem a trazer impactos profundos na autoestima e nos sentimentos de autovalor.

Rocha et al. (2024), ressalta que por não receberem o suporte adequado, os adultos não-diagnosticados desenvolvem estratégias compensatórias, sendo que o sucesso (parcial ou não) dessas estratégias vai depender muito do nível intelectual, do nível de exigência que a pessoa é submetida ao longo da vida e do suporte familiar. Porém, essas estratégias muitas vezes se revelam insuficientes em situações de maior demanda, evidenciando a necessidade de um suporte mais adequado na vida adulta.

Macedo e Rocha (2024), trazem a questão do diagnóstico do transtorno, visto que o mesmo não é claro e que muitos médicos e até mesmo pedagogos e psicopedagogos não dão a devida credibilidade às queixas. Os adultos que buscam investigação de TDAH se perguntam sobre a validade da investigação tardia, indagando se pode haver benefícios para suas vidas. Mas, o que precisa ficar claro é que o impacto que os sintomas do TDAH trazem na vida adulta são tão significativos que, somente o diagnóstico nessa faixa etária pode melhorar a qualidade de vida dessa população.

2.2 CARACTERÍSTICAS DO TDAH EM ADULTOS

O TDAH em adulto, conforme detectado pela leitura dos artigos selecionados para esse trabalho, atinge de 2% a 5% da população adulta, tendo uma prevalência em homens com uma proporção de 1,6:1.

Os sintomas do TDAH podem ter início na infância, sendo crucial sua presença antes dos 12 anos. No entanto, para Moraes, Vielmo e Kikuchi (2024), determinar um início mais preciso na infância pode ser difícil devido à falta de confiabilidade das lembranças dos adultos.

Os autores também afirmam que os sintomas podem variar dependendo do contexto, sendo menos perceptível quando o indivíduo está sendo supervisionado, recompensado por comportamentos adequados, em um ambiente novo, envolvido em

atividades interessantes, exposto a estímulos conscientes ou interagindo em situações individuais. Pacientes adultos com TDAH podem se queixar de sentimentos de inquietude e angústia, acarretando desregulação emocional, além de esquecimento dos compromissos assumidos, gerando comportamentos inapropriados em atividades sérias, como trabalho e relacionamentos sociais. Existe uma desregulação emocional que agrava os sintomas do TDAH que são a desregulação emocional e resposta emocional negativa.

Moraes, Vielmo e Kikuchi (2024), ainda dizem que é comum ocorrer, junto com o TDAH, transtornos psiquiátricos como o de humor, de ansiedade, por uso de substâncias, o transtorno explosivo intermitente, dentre outros, cujos sintomas podem ser mais evidentes quanto maior é a faixa etária, o que dificulta o diagnóstico e o tratamento efetivo. As comorbidades, na maioria das vezes, são tratadas primeiro e o diagnóstico e tratamento de TDAH não ocorre. Deve-se ter uma maior atenção, por parte do profissional de saúde, em relação à sobreposição de sintomas psiquiátricos e rastreio de TDAH em pacientes adultos com diagnósticos das doenças descritas acima.

Hirsch (2023), diz que o diagnóstico em adultos é muitas vezes complicado por vários fatores e que se estima que até 80% dos adultos com TDAH tenham pelo menos um outro transtorno psiquiátrico coexistente, como ansiedade, depressão ou transtorno bipolar.

Quando falamos em realizar o diagnóstico do TDAH, este deve ser feito clinicamente, onde a combinação de sintomas juntamente com a história pregressa do comportamento, devem ser avaliados. Para isso, devemos utilizar critérios específicos, tais como a persistência de sintomas, o prejuízo funcional e a exclusão de outras condições.

Os instrumentos disponíveis para diagnóstico do TDAH em adultos apresentam limitações. Hirsch (2023), traz que para aprimorar o diagnóstico deve-se utilizar escalas de avaliação específica para adultos, uma delas é a Adult ADHD Self-Report Scale (ASRS – v1.1), desenvolvida em conjunto pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e pesquisadores da Universidade de Harvard. Essa escala serve como ferramenta preliminar na triagem do transtorno. O trabalho de Sampaio et al. (2024), destaca seis áreas principais que sofrem impactos na vida de quem apresenta TDAH: desempenho profissional, relacionamentos interpessoais, gestão da vida financeira, saúde mental, abuso de substâncias e saúde física.

No trabalho de Rocha et al. (2024), destaca-se um estudo sobre as principais queixas e sintomas que foram elencados por adultos diagnosticados com TDAH, que se

mostraram mais prevalentes no transtorno nessa faixa etária. Apontou-se cinco sintomas como sendo os mais comuns: tomar decisões de maneira impulsiva, ter dificuldades em interromper atividades ou comportamentos quando deveriam, ter a tendência de “sonhar acordado” quando deveria estar se concentrando em uma tarefa, ter dificuldades de se planejar ou se preparar para eventos futuros, e não conseguir persistir em atividades que não despertem o interesse. Macedo e Rocha (2024), diz que a tendência do indivíduo com TDAH de se perder em pensamentos ou fantasias pode ser explicado pela disfunção na rede de modo padrão. Este sistema é responsável pelo devaneio e é ativado quando a pessoa não está focada em alguma tarefa específica.

O trabalho de Rocha et al. (2024) também trouxe outras queixas que se mostraram muito comum, como: decidir impulsivamente, começar projetos ou tarefas sem ler ou ouvir as instruções com cuidado, ter dificuldade em fazer as coisas na ordem correta, e dirigir em alta velocidade. Além dos relatos acima, no trabalho de Mattos et al. (2006), também encontramos relatos de alterações no sono, que acabam comprometendo o desempenho em tarefas gerais.

Macedo e Rocha (2024), dizem que um adulto com TDAH provavelmente experimentou grande sofrimento ao longo da vida, variando conforme sua individualidade e trajetória. Esse sofrimento pode aumentar o risco de desenvolver transtornos depressivos com uma prevalência estimada de 38%, transtorno de ansiedade 47% e transtornos por abuso de substâncias 15%. Dessa forma, os transtornos mentais podem dificultar um diagnóstico mais assertivo, já que essas condições podem mascarar ou intensificar os sintomas.

O tratamento do TDAH envolve uma abordagem múltipla, que compreende intervenções psicossociais e farmacológicas. O trabalho de Bessa et al. (2024), traz que os medicamentos estimulantes são frequentemente utilizados no tratamento farmacológico, se mostrando eficazes na redução dos sintomas de desatenção e impulsividade. O tratamento medicamentoso pode melhorar significativamente o foco, a organização e o desempenho em tarefas diárias. O tratamento psicossocial inclui terapia cognitivo-comportamental, onde se busca corrigir os desequilíbrios neuroquímicos subjacentes e desenvolver estratégias de enfrentamento para os sintomas do TDAH.

Bessa et al. (2024), traz mais um tratamento psicossocial, o tratamento de habilidades sociais, como forma de melhorar a capacidade dos indivíduos de interagir de

forma eficaz com os outros e de resolver conflitos interpessoais. Ela pode reduzir a ansiedade social e melhorar as relações interpessoais, sendo de grande importância, dada a necessidade de enfrentamento dos desafios em contextos sociais e profissionais. A participação em grupos de apoio também pode ser benéfica para adultos com TDAH. A interação com outras pessoas que compreendem as dificuldades associadas ao TDAH pode proporcionar um senso de comunidade e reduzir o isolamento social.

Para Sampaio et al. (2024), o TDAH é uma condição controlável em que a detecção e o tratamento precoces podem mudar drasticamente os resultados para os pacientes sendo que a intervenção precoce pode mitigar o baixo desempenho acadêmico e profissional, dificuldades de relacionamento e até mesmo diminuir a probabilidade de desenvolvimento de outras comorbidades.

Para Bessa et al. (2024), a educação sobre o TDAH e o desenvolvimento de habilidades de autoajuda também são importantes para a gestão das condições apresentadas pelo TDAH. Obter orientações precisas sobre o transtorno e quais estratégias existem para lidar com os sintomas podem ajudar os pacientes a entenderem melhor sua condição e a desenvolver técnicas de enfrentamento eficazes. A educação pode aumentar a autoeficácia e reduzir a frustração associada aos sintomas.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O TDAH em adultos, como pode ser observado no que foi exposto nesse artigo, tem um nível elevado de impactos negativos na vida dos indivíduos. Porém, pouco se sabe sobre o transtorno nessa faixa da população, visto a dificuldade de encontrar trabalhos que se dediquem a desenvolver a temática.

Sabe-se que é complexo pensar no TDAH em adultos, devido a forma que ele se apresenta e a dificuldade em se obter ferramentas de diagnósticos adaptados ao público. Porém, torna-se urgente que pesquisadores das áreas de educação e saúde se dediquem a estudar sobre o transtorno. É preciso pensar que no desenvolvimento das atividades diárias podemos observar um grande prejuízo, pois o adulto continua tendo que aprender no decorrer da vida. Todos os dias aprendemos algo novo e, na atualidade, a velocidade com que as coisas mudam se torna mais um obstáculo para o adulto que não sabe nem ao menos o que realmente o limita.

Para que se possa encontrar um caminho menos árduo para o adulto que tem que lidar com o TDAH e suas comorbidades e para que se tenha êxito no diagnóstico e tratamento do transtorno, deve-se adotar medidas que incluam um novo direcionamento na educação e saúde.

REFERÊNCIAS

BESSA, Brena et al. Tratamento de transtorno de déficit de atenção com hiperatividade (TDAH) em adultos. **Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences**, Curitiba, v. 6, n. 8, p. 2678-2698, 2024.

FRANCISCO, Manoela Amaral et al. Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) no adulto: prevalência e impactos. **Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences**, Curitiba, v. 4, n.6, p. 24035-24044, nov./dez. 2021.

HIRSCH, Suzana Liotto. Diagnóstico do TDAH em adultos: diretrizes, implicações clínicas e terapêuticas. **Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences**, Curitiba, v. 6, n.5, p. 20992-21003, set./out. 2023.

MACEDO, Laura Rodrigues; ROCHA, Pablo Almeida. A importância do diagnóstico de TDAH em adultos. **Revista Foco**, v. 17, n. 8, p. 01-11, 2024.

MATTOS, Paulo et al. Painel brasileiro de especialistas sobre diagnóstico do transtorno de déficit de atenção/hiperatividade (TDAH) em adultos. **Revista de Psiquiatria**, Porto Alegre, v. 28, n. 1, p. 50-60, jan./abr. 2006.

MEROLA, Karin Krauspenhar. TDAH e educação à distância facilidades e dificuldades: o relato de uma experiência. **Renote**, Porto Alegre, v. 2, n. 2, 2024.

MORAES, Ana Paula Fagundes; VIELMO, Manuella Kolinsk; KIKUCHI, Thiago Koiti. TDAH em adultos, um diagnóstico ou um início tardio? **Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences**, Curitiba, v. 7, n. 4, p. 01-08, jul./ago. 2024.

NETO, Rosângela Cordeiro de Souza Asséf; LINS, Rosane Abdala; GUIMARÃES, Maria Cristina Soares. Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) em adultos: um panorama da pesquisa científica no Brasil e sua colaboração internacional. **Psicologia Argumento**, Curitiba, v. 41, n. 115, p. 3760-3779, out./dez. 2023.

REIS, Maria das Graças Faustino; CAMARGO, Dulce Maria Pompêo de. Práticas escolares e desempenho acadêmico de alunos com TDAH: práticas escolares e TDAH. **Psicol. Esc. Educ.**, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 89-100, 2008.

ROCHA, Pablo Almeida et al. Desafios no diagnóstico de TDAH em adultos. **Revista Foco**, v. 17, n.6, p.01-13, 2024.

ROSA, Maria Paula Cipriano Alves et al. Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade: o diagnóstico na fase adulta. **Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences**, Curitiba, v. 6, n. 8, p. 3300-3315, 2024.

SAMPAIO, Bianca Rios et al. O impacto do Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) em adultos e a importância do diagnóstico precoce. **Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences**, Curitiba, v. 6, n. 9, p. 961-970, 2024.

SILVA, Michely Aparecida da; LAPORT, Tamires Jordão. TDAH em adultos e suas implicações em âmbito acadêmico. **Mosaico**, Vassouras, v. 12, n. 2, p. 34-40, maio./ago. 2021.

UNICAMP. Faculdade de Ciências Médicas. **TDAH e outros conceitos**. Disponível em: <<https://www.fcm.unicamp.br/fcm/prospeccao-de-estrategias-tecnoassistenciais-na-atencao-basica-projeto-medicalizacao-na-infancia/tdah-e-outros-conceitos#:~:text=Segundo%20a%20DSM%20IV%2DTR,social%2C%20acad%C3%AAmico%20ou%20ocupacional%2C%20manifesto>>. Acesso em: 08 jan. 2025.

GESTÃO DEMOCRÁTICA NO AMBIENTE ESCOLAR: análise bibliográfica sobre a importância do papel do gestor

Marisa Marques Melo¹
Pauliane Aparecida de Moraes²

RESUMO: A administração escolar muitas vezes é amparada em princípios da administração geral, com um viés capitalista, apesar de a escola estar comprometida com a formação de indivíduos e seu objetivo principal não visar lucro. Este artigo propõe analisar as características da gestão democrática no ambiente escolar, por meio do estudo de sua estrutura e das ferramentas participativas de gestão. Muitas instituições agem dentro de um modelo burocrático, dificultando a participação dos membros da comunidade escolar na administração, frequentemente concentrando o poder na figura do diretor. O conceito de democracia na educação surgiu de vários movimentos liderados por profissionais da área em busca de melhorias, resultando na inclusão do princípio de gestão democrática na Constituição Federal. O estudo foi encaminhado por meio de pesquisa bibliográfica, incluindo a análise de livros, artigos científicos e diretrizes legais diante da temática, com o objetivo de destacar e refletir sobre o papel do gestor e sua importância no campo pedagógico para a efetivação de uma gestão democrática. Conclui-se que o diretor deve ser o impulsionador na promoção de uma gestão participativa em sua escola, incentivando a atuação de seus representantes e a participação de todos na elaboração do Projeto Político Pedagógico, para implementar a democracia na escola.

Palavras-chave: Gestão Escolar. Democracia. Participação.

ABSTRACT: School administration is often supported by principles of general administration, with a capitalist bias, despite the school being committed to the training of individuals and its main objective is not to seek profit. This article proposes to analyze the characteristics of democratic management in the school environment, through the study of its structure and participatory management mechanisms. Many institutions operate within a bureaucratic model, making it difficult for members of the school community to participate in administration, often concentrating power in the director. The concept of democracy in education emerged from several movements led by professionals in the field in search of improvements, resulting in the inclusion of the principle of democratic management in the Federal Constitution. The study was carried out through bibliographical research, including the analysis of books, scientific articles and legal guidelines on the topic, with the aim of highlighting its importance in the pedagogical field. It is concluded that the director must be the driving force in promoting participatory management in his school, encouraging the work of his representatives and the participation of everyone in the preparation of the Pedagogical Political Project, to implement democracy in the school.

Keywords: School Management. Democracy. Participation.

¹ Pós-graduada em Psicopedagogia e Educação Especial pela Faculdade Famart. E-mail: marisammlo@gmail.com.

² Professora orientadora do estudo e do artigo. Professora dos cursos de Graduação e de Pós-Graduação lato sensu da Faculdade Famart, Itaúna-MG. Graduada em Psicologia e Mestra em Educação.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo propõe uma análise da estrutura da gestão escolar democrática, conforme delineada nos princípios da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), especificamente no artigo 3º, inciso VIII. Partindo do pressuposto de que a educação é um processo social que requer parceria entre escola, comunidade, pais, alunos, professores, gestores e funcionários, visando garantir uma melhor qualidade educacional, fundamental para essa democratização, através do acesso igualitário aos estudantes, oportunidades justas, ensino dinâmico adequado à realidade social, entre outros aspectos discutidos (LÜCK, 2009).

O objetivo principal deste trabalho é analisar os requisitos necessários a serem adotados para estruturar uma gestão democrática, refletir sobre a postura do diretor escolar diante desse desafio e identificar ferramentas para envolver a comunidade na gestão participativa da instituição.

Partindo do pressuposto de que é fundamental que pais, professores, gestores, funcionários e alunos tenham voz e participem atuando na administração escolar, uma vez que a escola busca a formação integral do aluno e não deve concentrar a gestão apenas na figura do diretor, esta pesquisa apresenta elementos essenciais no processo administrativo, levando em consideração a seguinte problemática: quais os desafios para uma gestão escolar democrática? E qual o papel do gestor democrático?

Em muitas unidades escolares, é comum tomar decisões e realizar ações amparadas em objetivos específicos ou provisórios, desconsiderando a perspectiva coletiva. Cada setor muitas vezes atua de forma independente, sem comunicação entre si, o que pode resultar em interferências, onde cada parte interpreta as necessidades de acordo com seus próprios pontos de vista. Isso só mudará quando todos na escola compreenderem a importância de um trabalho coletivo, alinhado aos objetivos educacionais propostos pelo Projeto Político Pedagógico (LÜCK, 2006).

De acordo com Lima (2001) (citado por Piletti & Rossato, 2010), às escolas costumavam ser guiadas por um modelo organizacional burocrático e estrutura rígida, buscando alcançar objetivos ilusórios e desconsiderando as características e singularidades de cada contexto nas relações humanas.

Além disso, este trabalho propõe elaborar o perfil de um diretor escolar democrático, distinguir a administração escolar da administração geral, analisar as

diretrizes legais sobre a administração escolar vigente no Brasil, buscando embasar teoricamente sobre a gestão democrática no âmbito educacional.

A pesquisa foi liderada por meio de estudo e revisão bibliográfica, incluindo a análise de artigos científicos, livros e diretrizes legais pertinentes à temática, com o objetivo de compreender a importância dessa norma escolar como uma área específica da Pedagogia.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 ASPECTOS DA ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR

Atualmente, a prática da administração é fundamental em todos os setores e organizações para alcançar seus objetivos institucionais. Essas responsabilidades são desempenhadas por administradores, que coordenam o trabalho em áreas específicas, promovendo uma abordagem organizada e integrada em cada empresa (CHIAVENATO, 2003).

Nesse sentido, administração é entendida como "o processo de planejar, organizar, dirigir e controlar o uso de recursos para alcançar objetivos organizacionais" (CHIAVENATO, 2003, p.11).

Historicamente, devido à complexidade dos encargos em uma organização, surgiu a necessidade de controlar e coordenar as atividades desempenhadas pelos colaboradores através de órgãos administrativos. Dentro dessa perspectiva, a administração é inerentemente ligada ao conceito de organização, o que retrata uma abordagem capitalista, uma vez que visa à lucratividade da empresa. A escola, assim como qualquer outra organização, é considerada uma administração corporativa, liderada por um diretor (PARO, 2000).

No Brasil, há uma concepção de que a administração escolar segue os mesmos princípios da administração geral, pautados no contexto capitalista, pressupondo exploração e dominação de uma classe social singular. Todavia, muitos teóricos argumentam que a escola trata diariamente com o elemento humano, o que a diferencia da administração geral, e que possui objetivos e propostas próprios que devem ser considerados. Além disso, a causalidade do comportamento humano na escola contrasta com a expectativa das máquinas nas empresas (PARO, 2000).

Segundo Lück (2006), a administração tem um enfoque puramente racional e linear, caracterizada por uma organização segmentada e hierárquica, na qual as ordens são lançadas de cima para baixo, desde a aplicação de recursos até a contratação de pessoal, dentro de uma perspectiva utilitarista e técnica, visando sempre alcançar os objetivos organizacionais. No entanto, esse conceito não se dispõe à administração escolar, que tem a função de formar pessoas e demanda uma abordagem mais humanizada.

Existem dois panoramas para o estudo da administração escolar. O primeiro adota uma visão racional e técnica da escola como organização, ressaltando a necessidade de planejamento, organização e controle das atividades para alcançar eficiência e eficácia. Esse enfoque apresenta características organizacionais como hierarquia de cargos e funções, normas e decisões centralizadas no administrador, com pouca ou nenhuma participação das pessoas que integram a organização - um modelo comum em muitas escolas. Por outro lado, o segundo panorama adota uma perspectiva crítica, ressaltando a escola como um ambiente que integra pessoas e evidenciando a importância das interações sociais e da intencionalidade das ações. Nesse contexto, a organização escolar é vista como uma construção social entre pais, alunos, professores e gestores, não devendo ser excessivamente prática e objetiva, mas sim avançando para uma gestão democrática (LIBÂNEO, 2001).

2.2 Gestão Educacional e sua concepção

A utilização do termo "gestão" é relativamente recente no Brasil, sendo referenciada pela primeira vez na Constituição Federal em seu artigo 206, que estabelece os princípios da educação brasileira. No item VI deste artigo, é garantida a "gestão democrática do ensino público na forma de lei" (BRASIL, 1988).

O termo "administração escolar" foi substituído por "gestão educacional", sendo "gestão" entendida como um conceito mais amplo e inclusivo, relacionado à participação e à possibilidade de integração de diversos elementos que compõem a escola. Por sua vez, "educacional" é entendido como uma concepção que vai além do ambiente escolar (FERREIRA, 2014).

Dessa maneira, o termo "gestão", decorrente do latim "gero, gessi", que significa "levar sobre", "executar" ou "chamar a si", pode sugerir um conceito de gestão democrática, pois refere-se à ideia de duas ou mais pessoas se reunindo e dialogando em

busca de soluções. Portanto, este seria um novo modo de administrar, essencialmente democrático, pois resulta em ações coletivas e diálogo (FERREIRA, 2014). Dentro desse contexto, Oliveira e Menezes (2018) afirmam que a gestão escolar é um conceito que vem sendo construído historicamente e adquirindo novos significados. Anteriormente, era configurada como uma função administrativa da escola, mas hoje em dia é mais amplo, incluindo diversos aspectos como o pedagógico, financeiro, humano, social e administrativo.

Libâneo (2001) destaca que a gestão escolar reflete sobre diversas questões:

As concepções de gestão escolar refletem, portanto, posições políticas e concepções de homem e sociedade. O modo como uma escola se organiza e se estrutura tem um caráter pedagógico, ou seja, depende de objetivos mais amplos sobre a relação da escola com a conservação ou a transformação social. A concepção funcionalista, por exemplo, valoriza o poder e a autoridade, exercidas unilateralmente. Enfatizando relações de subordinação, determinações rígidas de funções, supervalorizando a racionalização do trabalho, tende a retirar ou, ao menos, diminuir nas pessoas a faculdade de pensar e decidir sobre seu trabalho. (LIBÂNEO, 2001, p. 3-4).

2.3 Gestão Escolar Democrática

Para Silva (2009), o vínculo entre democracia e educação no Brasil teve início com a democratização da escola pública, destacada no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova na década de 1930. Um dos princípios desse contexto era o acesso de toda a população à educação. Durante o período do Estado Novo, de 1937 a 1945, o acesso à educação para todos era vista como um meio de aumentar a mão de obra qualificada, refletindo os interesses capitalistas. Antes da Ditadura Militar, o combate ao analfabetismo procurava democratizar a cultura, e já nos anos 80, os professores passaram a exigir melhorias no ensino e a democratização institucional. Em alguns estados brasileiros, como Santa Catarina, começaram a surgir eleições para diretores, seguindo o princípio democrático. A partir desse movimento, novos grupos ordenados passaram a defender a democratização na gestão das escolas públicas.

A Constituição Federal de 1988 institui princípios que regem a educação nacional em seu artigo 206, incluindo o "pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas" e a "gestão democrática do ensino público, na forma da lei" (BRASIL, 1988). Esses princípios partem do pressuposto de que todos os membros da escola devem participar com suas ideias e propostas, e devem estar envolvidos na gestão (SILVA, 2009). Nesse contexto,

Oliveira e Menezes (2018) destacam que a gestão democrática tem como base a inclusão e a participação efetiva da comunidade escolar e dos professores, com o objetivo de melhorar a qualidade de ensino para os alunos.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB Brasil (1996) define em seu artigo 14 como deve ser a atuação da gestão democrática das escolas:

“Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes” (BRASIL, 1996).

Segundo Ferreira (2014), algumas determinações são fundamentais para estabelecer uma gestão democrática na instituição, tais como a eleição direta do gestor escolar, o respeito às diversidades, a integração dos conselhos escolares à comunidade, a participação efetiva dos pais dos alunos nas questões relacionadas ao desenvolvimento pedagógico da escola e a construção coletiva do Projeto Político Pedagógico. No entanto, Bitencourt e Flores (2018) destacam o grande desafio que as escolas enfrentam ao tentar instituir a gestão democrática, apontando falta de conhecimento, o caráter recente do tema, as constantes mudanças na equipe gestora, entre outros aspectos, como barreiras a serem superadas.

Outro aspecto fundamental que caracteriza uma gestão democrática é a descentralização da administração, que promove uma mudança de padrão e mobiliza os integrantes da comunidade escolar a atuarem ativamente no processo administrativo. Esse princípio se manifesta quando há abertura para a participação de todos os envolvidos (pais, alunos, professores, funcionários, gestores) na construção do Projeto Político Pedagógico, visando uma compreensão da educação pautada no diálogo e na responsabilidade coletiva, conforme apontado por Lück (2006).

O Projeto Político Pedagógico (PPP) é uma importante ferramenta que promove a participação democrática, quando construído em conjunto por todos os elementos da comunidade escolar, através de uma reflexão crítica e analítica da realidade da escola. Trata-se de um documento que estabelece a identidade da instituição, garantindo-lhe

autonomia e orientando suas ações nos aspectos pedagógico, financeiro, administrativo e jurídico, como ressaltado por Piletti e Rossato (2010).

Além disso, Lück (2009) destaca que, os órgãos colegiados organizados pela comunidade escolar desempenham um papel importante na gestão escolar democrática. Esses espaços proporcionam oportunidades para melhorar o ambiente escolar, atender às necessidades dos alunos e participar das decisões institucionais. Exemplos desses órgãos incluem a Associação de Pais e Mestres (APM), Conselhos de Escolas e Grêmio Estudantil. Bitencourt e Flores (2018) destacam a importância do diálogo para o funcionamento eficaz desses órgãos colegiados, pois é por meio do diálogo que as demandas da escola e de seus integrantes são atendidas.

É fundamental que a participação da comunidade não se restrinja apenas aos processos administrativos determinados pelos órgãos colegiados, mas também inclua a participação dos pais nas questões relacionadas ao ensino, conforme ressalta Silva (2009).

2.4 O Papel do Diretor na Gestão Democrática

Por vezes o diretor escolar é pressionado por duas direções distintas: por um lado, dos professores, alunos, funcionários e pais, que constantemente exigem melhorias para a escola; por outro lado, do Estado, ao qual o diretor deve responder, cumprindo as normas, regulamentos e legislações estabelecidas. Como um oriundo educador, o diretor precisa reconhecer as necessidades reais de sua escola, definir estratégias para aprimorar seu trabalho em conjunto com os demais integrantes da comunidade escolar e, quando necessário, ser o primeiro na busca de soluções junto aos órgãos superiores. O papel de "gerente" escolar, reconhecido pelo Estado, pode tornar-se uma carga, pois ele é o principal responsável pelo cumprimento das obrigações legais da instituição (PARO, 2000).

Libâneo (2001) descreve o papel do diretor escolar como aquele que coordena, gerencia e organiza todos os eventos e atividades no âmbito escolar, com o auxílio de outros integrantes, como coordenador pedagógico, vice-diretor e secretários administrativos, sempre em conformidade com as leis e normas educativas vigentes e as decisões da escola e da comunidade. Nessa perspectiva, Bitencourt e Flores (2018) defendem que o gestor deve enfrentar as diferentes ideias presentes na escola e estar preparado para possíveis contradições e divergências que possam surgir, pois o desejo participativo da comunidade tem um caráter educativo.

A visão do diretor como uma figura autoritária e centralizadora de todo o poder e autonomia na escola faz com que problemas e situações difíceis de serem resolvidos ou fora de seu controle sejam equivocadamente atribuídos exclusivamente à sua vontade. Isso dificulta a ligação do diretor a uma figura democrática, que promove a participação e está empenhada com o interesse comum, o que por sua vez dificulta a gestão democrática e o relacionamento entre o diretor e os demais componentes da escola (PARO, 2000).

Lück (2009) elenca categorias de competências fundamentais para o diretor promover uma gestão democrática, incluindo liderar e garantir a participação democrática na instituição, integrar diferentes ações sob um cenário educacional unificado, promover a participação entre todos os envolvidos na escola, demonstrar interesse pela atuação dos professores e funcionários, estar atento aos acontecimentos da comunidade escolar e integrar ações educativas à comunidade para possibilitar uma gestão compartilhada e construir a identidade da escola.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A gestão escolar não pode simplesmente seguir as normas da administração geral, orientada pelo lucro, pois a escola está constantemente comprometida na formação de indivíduos únicos e imprevisíveis, e sua administração deve considerar toda essa dimensão humana.

A concepção de gestão educacional surgiu para alcançar uma administração mais inclusiva, envolvendo parcerias na escola, sejam elas internas ou externas, e garantindo a participação de todos em uma gestão baseada no diálogo coletivo.

Esse pressuposto foi confirmado mediante uma reflexão sobre os dispositivos que promovam a participação, como os órgãos colegiados e a elaboração do Projeto Político Pedagógico (PPP), os quais confirmam a ideia de que professores, alunos, pais, comunidade e funcionários, juntamente com a equipe gestora, são essenciais para o bom andamento da gestão democrática. Assim, os objetivos traçados foram alcançados ao analisar a base escolar na gestão democrática e compreender o papel do diretor e da comunidade.

Durante os estágios supervisionados, nota-se que muitas escolas ainda não possuem uma base de gestão democrática, seja por falta de envolvimento da comunidade e da sociedade, seja pelo monopólio do poder na figura do diretor, o que acaba restringindo a

gestão e não assegurando o cumprimento do que está previsto em lei, como em vários aspectos educacionais.

Portanto, apesar de algumas instituições ainda adotarem um modelo de gestão burocrática, é fundamental que as escolas assumam ações para promover uma gestão democrática. Essa mudança começa pelo diretor, que precisa adotar uma postura idealista para compreender as realidades de sua comunidade escolar, envolvendo todos no trabalho administrativo e pedagógico da instituição. Isso inclui a elaboração de um Projeto Político Pedagógico coletivo, o estímulo ao exercício dos órgãos colegiados ao longo do ano, a colaboração com pais e professores e o acompanhamento do processo de aprendizagem dos alunos. Somente assim, será possível aprimorar progressivamente a qualidade da educação brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BITENCOURT, A. J. A.; FLORES, M. L. R. Desafios para a efetivação de uma experiência de gestão democrática no cotidiano escolar. In: SILVA, M. B. G.; FLORES, M. L. R. (org.). Formação a distância para gestores da educação básica: olhares sobre uma experiência no Rio Grande do Sul. 2 ed. Porto Alegre: Evagraf, 2018, p. 213-227.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, 1998.

BRASIL. Lei n.º 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996.

CHIAVENATO, I. Introdução à teoria geral da Administração. 7 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003. 630 p.

FERREIRA, E. B. Gestão Escolar. In SOUZA, João Valdir Alves de; GUERRA, Rosângela (Org.) Dicionário Crítico da Educação. Belo Horizonte: Dimensão, 2014, p. 134-136.

LIBÂNEO, J C. O sistema de organização e gestão da escola. In: _____. Organização e Gestão da Escola - teoria e prática. 4ª ed. Goiânia: Alternativa, 2001. p. 117-134.

LÜCK, H. Dimensões da Gestão Escolar e suas competências. Curitiba: Positivo, 2009. 143 p.

_____. Gestão Educacional: uma questão paradigmática. Petrópolis: Vozes, 2006. 120 p.

OLIVEIRA, I. C.; MENEZES, I. V. Revisão de Literatura: O Conceito de Gestão Escolar. Cadernos de Pesquisa, v.48, n.169, p.876-900, jul./set. 2018.

PARO, V. H. Administração Escolar: introdução crítica. 9 ed. São Paulo, Cortez, 2000. 176 p. PILETTI, N.; ROSSATO, G. Educação Básica: da organização legal ao cotidiano escolar. São Paulo: Ática, 2010. 224 p.

SILVA, N. R. G. Gestão Escolar Democrática: uma contextualização do tema. Práxis Educacional, Vitória da Conquista, v. 5, n. 6, p. 91-106, jan/jun 2009.

O ENTRELACE ENTRE GÊNERO, PEDAGOGIA E O SISTEMA SOCIOEDUCATIVO

Brisa Bié da Silva¹
Clara Cristina Senra Silva²
Júlia dos Santos Pieroni³
Lara Oliveira Barbosa⁴
Natacha Graciano Pereira Costa⁵
Francisco André Silva Martins⁶

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo trazer à baila a síntese dos resultados de uma pesquisa, em nível de graduação e de cunho monográfico, desenvolvida no âmbito do curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais. Tratou-se de uma pesquisa de caráter bibliográfico que se debruçou sobre artigos acadêmicos disponibilizados em uma plataforma específica de divulgação. Partindo dos trabalhos angariados, o intuito foi de analisar, em que medida, os pesquisadores abordaram a relação entre Gênero e Pedagogia no Sistema Socioeducativo, bem como a maneira estabelecida para tal abordagem. O Sistema Socioeducativo brasileiro, encontra-se voltado à reintegração de jovens em conflito com a lei, sendo significativos os desafios enfrentados. Nesse contexto, a compilação desses dados se mostrou fundamental como possível contribuição para a ampliação de abordagens pedagógicas mais inclusivas e eficazes. Em que pese a significância dos dados levantados, ao fim e ao cabo, se percebe a necessidade de avanços quanto às questões relacionadas ao Gênero e à Pedagogia no funcionamento vigente no Sistema Socioeducativo.

Palavras-chave: Gênero. Pedagogia. Sistema Socioeducativo. Educação.

ABSTRACT: This article aims to present the results of a monographic undergraduate research study developed within the scope of the Pedagogy course at the Faculty of Education of the State University of Minas Gerais. This was a bibliographical research that focused on academic articles made available on a specific dissemination platform. Based on the works collected, the aim was to analyze the extent to which researchers addressed the relationship between Gender and Pedagogy in the Socio-Educational System, as well as the established manner for such an approach. The Brazilian Socio-Educational System is focused on the reintegration of young people in conflict with the law, and the challenges faced are significant. In this context, the compilation of these data proved to be fundamental as a possible contribution to the expansion of more inclusive and effective

¹ Graduada em Pedagogia. Faculdade de Educação – Universidade do Estado de Minas Gerais (FaE-UEMG).

² Graduada em Pedagogia. Faculdade de Educação – Universidade do Estado de Minas Gerais (FaE-UEMG).

³ Graduada em Pedagogia. Faculdade de Educação – Universidade do Estado de Minas Gerais (FaE-UEMG).

⁴ Graduada em Pedagogia. Faculdade de Educação – Universidade do Estado de Minas Gerais (FaE-UEMG).

⁵ Graduada em Pedagogia. Faculdade de Educação – Universidade do Estado de Minas Gerais (FaE-UEMG).

⁶ Doutor e Mestre em Educação (FaE-UFGM). Pós Doutor em Educação (UFOP). Professor Efetivo da Faculdade de Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais (FaE-UEMG). Cursos de Pedagogia e História. Coordenador do Grupo de Pesquisa Observatório das Juventudes. Coordenador do Projeto de Extensão “Cola Comigo!” trocando ideias com as juventudes. E-mail: francisco.martins@uemg.br.

pedagogical approaches. Despite the significance of the data collected, ultimately, there is a need for progress in issues related to Gender and Pedagogy in the current functioning of the Socio-Educational System.

Keywords: Gender. Pedagogy. Socio-educational system. Education.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo sintetiza as reflexões empreendidas mediante dados angariados e analisados em uma pesquisa monográfica, em nível de graduação, no curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais (FaE-UEMG). Inicialmente a pesquisa teria como foco de seus estudos as questões de Gênero e o exercício da Pedagogia por parte de mulheres atuantes no Sistema Socioeducativo, isso com o objetivo de compreender os desafios e as possibilidades para o exercício profissional das referidas mulheres. No contexto anteriormente apontado seriam utilizadas entrevistas semiestruturadas com pedagogas que desempenhassem tais funções no sistema. Em função de barreiras burocráticas decorrentes do funcionamento do próprio sistema, o caminho metodológico inicial se tornou de execução inviável mediante o tempo disponível. A proposta passou a ser estudar as relações entre Gênero e Pedagogia no Sistema Socioeducativo mediante os resultados disponibilizados em artigos científicos publicados em uma plataforma específica.

O Sistema Socioeducativo do Brasil, que visa a reintegração de jovens em conflito com a lei, lida com obstáculos consideráveis, tais como a superpopulação, a fragilidade das condições educacionais e a falta de visibilidade das especificidades de gênero. A educação, estabelecida como um direito básico na Constituição de 1988 e no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), deve ser percebida como uma ferramenta de mudança social. Contudo, a experiência de adolescentes privados de liberdade expõe uma variedade de barreiras que impedem o acesso a uma educação de qualidade (Martins & Araújo, 2024). Essas barreiras se tornam ainda mais marcantes quando se leva em conta a questão de gênero, já que meninos e meninas lidam com distintas realidades e obstáculos dentro dos estabelecimentos de internação, espelhando as disparidades estruturais existentes na sociedade.

Ademais, as metodologias de ensino nas instituições de internação, muitas vezes, desconsideram a variedade de vivências e identidades de gênero dos adolescentes, tal fato se sustenta com os dados fornecidos pelo Estado sobre sua própria estrutura

organizacional. No estado de Minas Gerais disponibiliza apenas uma unidade feminina de internação provisória e duas unidades de semiliberdade para o cumprimento das medidas socioeducativas. Esse não reconhecimento das especificidades das questões de gênero não só prejudica a efetividade da educação proporcionada, como também perpetua a marginalização e a exclusão social. Assim, é essencial uma avaliação criteriosa, partindo das questões estruturais e de funcionamento, visando contribuir para uma reformulação que considere as particularidades das questões de gênero e o exercício integral da cidadania, bem como a garantia dos direitos humanos não apenas para humanos considerados direitos (Araújo et al., 2024). Uma análise mais aprofundada sobre a presença feminina nas equipes pedagógicas dessas unidades revela que, muitas vezes, as mulheres são maioria nas funções educacionais, mas enfrentam limitações institucionais que restringem sua atuação. Dados concretos sobre o número de pedagogas atuando no sistema socioeducativo ainda são escassos, o que reforça a necessidade de pesquisas mais direcionadas para entender melhor essa dinâmica.

A decisão de discutir o referido contexto se justifica pela necessidade de tratar as disparidades de gênero em contextos socioeducativos, onde a educação deveria ser um instrumento de emancipação. As circunstâncias de restrição de liberdade, muitas vezes, perpetuam a exclusão e a infração dos direitos dos jovens, tornando mais difícil o seu crescimento e a elaboração de planos de vida. A educação, quando negligenciada ou mal compreendida, não desempenha seu papel de transformação. O estudo das relações de gênero contribui para uma melhor compreensão do modo como essas desigualdades se apresentam.

Uma pesquisa de caráter científico, de acordo com a área de desenvolvimento, vai demandar procedimentos metodológicos específicos, condizentes com o trabalho a ser desenvolvido. Uma pesquisa de caráter bibliográfico, como o foco em artigos científicos, não se mostra diferente ao demandar um movimento inicial de apropriação do arcabouço teórico referente ao debate proposto. Sendo assim, os passos iniciais foram dados com a busca de sustentação teórica alcançada por meio do acesso, leitura e debate de um arcabouço de obras com o foco nas questões referentes ao Gênero e à Pedagogia, posteriormente houve a ampliação do espectro de busca com o acesso ao debate que envolve o Sistema Socioeducativo. Tal procedimento serviu para embasar o diálogo a ser estabelecido com os artigos angariados e o devido cuidado na análise desses trabalhos.

Nesse contexto, a pesquisa assumiu o contorno do que pode ser nomeado como sendo uma Metapesquisa (Mainardes, 2021), ou seja, uma pesquisa que se debruça sobre a produção de outras pesquisas e das produções delas decorrentes, como os artigos. Tal procedimento reverbera na possibilidade de identificar tendências e fragilidades de determinados campos, bem como contribuir para o aumento dos níveis de rigor quanto às pesquisas vindouras. Jefferson Mainardes (2021), argumenta que “a metapesquisa é uma metodologia distinta dos estudos de revisão: revisão de literatura, revisão sistemática, metanálise, estado da arte e estado do conhecimento. A metapesquisa é interdisciplinar e está preocupada em avaliar pesquisas, como o objetivo de melhorar o empreendimento científico” (p. 26).

Para o levantamento dos artigos optou-se pelo uso da plataforma Google Acadêmico⁷. Tal opção se fundamentou no fato de a referida plataforma ter se mostrado a mais popular entre os estudantes do referido curso de graduação. De posse da plataforma que serviria como lócus de pesquisa e levantamento de dados, passou-se ao levantamento propriamente dito. Cientes que a dinâmica das bases de dados é ininterrupta e que os dados mudam diuturnamente, mediante a rapidez da disponibilização de novos arquivos e trabalhos, demarcou-se uma data específica para angariar os dados, o dia 11 de junho de 2024.

Em debate antecedente à data da pesquisa, foram determinados os termos que seriam utilizados para um maior alcance de dados e, conseqüentemente, ampliação do espectro de análise. Os termos utilizados foram: 1) Sistema Socioeducativo; 2) Gênero; 3) Pedagogas e 4) Atuação. Tais termos foram reorganizados de maneiras distintas, pois tal ação possibilitou a evidência de produções científicas que não apareciam quando se usavam todas as palavras em apenas um arranjo. Os modos de organização se deram com os seguintes conjuntos de palavras: 1º) Atuação - Pedagogas - Sistema Socioeducativo (33 arquivos); 2º) Pedagogas - Gênero - Sistema Socioeducativo (55 arquivos) e o 3º) Pedagogas - Sistema Socioeducativo (33 arquivos). Assim, foram catalogados 121 trabalhos acadêmicos, somando-se o total encontrado em cada um dos três arranjos.

Diante do compêndio de trabalhos, foi feita a triagem daqueles que se adequaram aos objetivos da pesquisa, bem como ao critério estabelecido de analisar somente artigos. Tal critério para delimitação quanto ao tipo de trabalho a ser analisado se fundamenta no

⁷ <https://scholar.google.com.br>

que Martins & Amaral (2023) defendem, ou seja, “que os resultados de pesquisas publicadas por meio de artigos têm maior circulação e acesso ao grande público” (p. 5), uma vez que, esses se tornam uma forma mais dinâmica e acessível de disponibilização de dados produzidos por pesquisas de cunho acadêmico. O alcance final foi de 15 artigos que se adequaram ao escopo da pesquisa e que ao serem analisados culminaram nas discussões empreendidas no presente texto.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 Elementos para Discussão Sobre Pedagogia, Gênero e Sistema Socioeducativo

Diante da complexidade envolvida em uma pesquisa que ambiciona relacionar elementos da Pedagogia, tangenciando as questões de Gênero e o Sistema Socioeducativo, faz-se necessário a estruturação de arcabouço teórico condizente, capaz de proporcionar a sustentação do debate proposto. Nesse sentido, partiremos das discussões que envolvem a Pedagogia e seu vínculo intrínseco com a educação, com o intuito de estabelecer uma tessitura que consiga, fidedignamente, retratar sua importância nas instituições sociais.

Nos parece prudente estabelecer prontamente o que entendemos por Pedagogia no contexto debatido no presente trabalho. Para muito além do seu sentido literal, advindo da antiguidade, como sendo a condução da criança, na sociedade hodierna estamos tratando de Pedagogia sob a perspectiva dos problemas e métodos que implicam pensar as formas de potencializar o processo educativo (Ghiraldelli Júnior, 1995). Na atualidade, refletir sobre tais processos ultrapassa pensar a educação exclusivamente do ponto de vista socializador, como coerção social das gerações mais velhas sobre as novas gerações. A dinâmica social, pelas tensões e conflitos que dela decorrem, contribuíram para uma ampliação exponencial do que se compreende como educação, assim como ampliaram também as expectativas quanto a seus efeitos na realidade social. Seria ingenuidade pensar que as questões de ordem pedagógica passariam incólumes e não seriam afetadas em igual teor.

A compreensão ampliada do que possa ser considerado como ação de educar e formar os sujeitos sociais reverbera no reconhecimento de outros lugares educativos para além da escola. Locais produtores de saberes como hospitais, sindicatos, movimentos

sociais, passam a demandar ações de profissionais qualificados, o que amplia o campo de atuação dos/as profissionais de Pedagogia. Nesse mesmo bojo, instituições como o Sistema Socioeducativo e o próprio Sistema Prisional, dadas as mudanças quanto a sua responsabilidade, de instituições exclusivamente destinadas a penalizar os indivíduos, passa a cumprir também com a função de ressocializar quem havia cometido alguma falta na sociedade, culminando com a necessidade de um profissional de Pedagogia componha sua estrutura.

Todavia, não nos pode escapar do horizonte de análise que a Pedagogia historicamente foi vista pelo imaginário social de forma rasteira, e ainda o é em alguma medida, como uma função de menor prestígio, que seria desenvolvida majoritariamente por mulheres que iriam cuidar de crianças, a tia do jardim (Freire, 1997). Esse processo, por mais que possa soar para algumas pessoas como algo afetivo, tem um efeito rebote demasiado negativo, que culmina na representação da docência como sacerdócio, como dom, como doação e para tal uma pessoa abnegada não precisa receber o devido reconhecimento, ela faz por amor ao ofício. Paulo Freire (1997), em sua obra “Professora sim, tia não”, explicita os efeitos deletérios desse discurso para a profissão e com maior efeito pejorativo sobre as mulheres.

O contexto abordado, que não se restringe à Pedagogia, explicita marcadores que nos permitem inferir que a sociedade tende a vincular determinadas profissões como sendo de exercício masculino ou feminino. Simone de Beauvoir (2008), muito bem aborda tais questões em sua obra “O Segundo Sexo”. A autora sustenta que a sociedade na forma como se organiza prescreve papéis específicos aos gêneros, particularizando a divisão do trabalho e restringindo as oportunidades de mulheres em determinadas profissões e campos. Dito isso, nos perguntamos quais são as conexões entre a desvalorização da Pedagogia, sobretudo nos campos de atuação tidos como femininos, e as questões de gênero? Nos parece irrefutável a tese de que tais profissões são afetadas, nos cabe refletir em que medida, bem como quais os processos empreendidos para que isso ocorra.

Cientes da concretude da realidade anteriormente abordada, passamos então a refletir sobre conexões possíveis sobre as questões de gênero e o exercício da Pedagogia no Sistema Socioeducativo. No Brasil o Sistema Socioeducativo é parte componente de um sistema de maior amplitude que podemos nomear como Sistema Penal. Esse se divide no que pode-se compreender como dois subsistemas: 1) Sistema Socioeducativo, destinado a

jovens e adolescentes em conflito com a lei; 2) Sistema Prisional, destinado a toda e qualquer pessoa que cometa um crime sendo maior de 18 anos. Ambos os sistemas foram idealizados para lidar com indivíduos que infringiram a ordem por meio do não cumprimento das leis.

Em tese, os sistemas teriam propostas e objetivos diferentes. O Sistema Prisional teria a premissa de penalizar aquele indivíduo que, no usufruto de sua liberdade e consciente de sua condição como sendo responsável pelos seus atos e passível de punição tenha incorrido em quebra da ordem ao infringir a lei (Código Penal, Art 1º). Em contrapartida, o Sistema Socioeducativo, por lidar com indivíduos ainda inimputáveis, que não alcançaram a maioridade, teria como objetivo principal promover a sua ressocialização (ECA, Art. 112). Embora legalmente tais sistemas apresentem características específicas, há que se destacar muitas similaridades no âmbito da prática cotidiana. Luiz Eduardo Soares (2004), ao abordar a realidade do Sistema Socioeducativo brasileiro e o tratamento dado aos adolescentes e jovens, ressalta que trata-se de uma caricatura, uma vez que instituições destinadas à ressocialização não efetivam sua função.

Diante de um imaginário social que é diretamente afetado por uma mídia televisiva que diariamente espetaculariza a violência em programas pretensamente jornalísticos, nacionalmente veiculados, que reforçam o estigma de que os jovens privados de liberdade são “sementes do mal” que devem ser extirpados da sociedade, os olhares estabelecidos sobre tais sujeitos sequer lhes reconhece como humanos (Martins & Araújo, 2024). E se não são sequer humanos na sua existência porque precisam de educação no Sistema Socioeducativo? Acreditamos que esse processo de desumanização dos adolescentes e jovens contribuem significativamente para o agravamento da negação de seus direitos. Há que se destacar que tais sujeitos, mesmo privados de sua liberdade, não perdem seus direitos mínimos, dentre eles, o direito à educação.

Estamos convictos que essas imagens estereotipadas incidem na depreciação das atividades dos profissionais de Pedagogia, pois fazem com que percam seu significado educativo e passem a representar a imagem de privilégios ou atenuação e anuência de tais profissionais com os erros cometidos pelos jovens. A pesquisadora Daiane Marquis (2023), traz em sua pesquisa dados que apontam a existência de conflito cotidianos entre profissionais do Sistema Socioeducativo que atuam como guardas e outros que atuam como educadores, via de regra, tidos como profissionais de menor prestígio por

representarem com sua atuação docente a garantia de privilégios para os jovens vistos como bandidos.

Em um contexto inóspito para atuação de profissionais da educação, acreditamos que nos casos de profissionais pedagogas os efeitos sejam sentidos com ainda maior potência, muito em função do apontamento anteriormente feito quanto ao agravamento da desvalorização da no caso de uma mulher, que em um ambiente marcado pela lógica beligerante que segmenta guardas e “bandidos” em uma distância abissal, as relações tendem a ser pela aspereza e qualquer mínimo sinal no sentido de garantir o que é de direito dos jovens e adolescentes pode ser visto como fragilidade, despreparo, inaptidão para lidar da devida forma com quem não merece qualquer confiança ou oportunidade de se redimir.

No que tange às contradições e conflitos apontados, nos parece que a busca por melhor compreender as relações entre a Pedagogia, as questões de Gênero e o Sistema Socioeducativo assumem uma maior relevância como contribuição para refletirmos sobre a sociedade na qual estamos inseridos e os modos de combatermos as violências e violações de direitos de quaisquer sujeitos.

2.2 Diálogo com os artigos

A análise dos artigos científicos permitiu identificar tendências, lacunas e desafios na relação entre Gênero, Pedagogia e o Sistema Socioeducativo. Embora a temática de gênero esteja presente em muitas pesquisas, na maioria das vezes, ela aparece de forma secundária, sem um aprofundamento específico sobre a atuação das pedagogas e as dinâmicas de gênero dentro desse contexto. Dentre a totalidade de textos elencados, privilegiamos alguns dos quais são abordados neste artigo.

Entre os trabalhos examinados, o artigo de Uziel e Hernández (2018), “Provocações feministas no sistema socioeducativo: pensando na educação para/com homens jovens”, destaca a ausência de uma abordagem sistemática de gênero dentro das práticas pedagógicas socioeducativas. As autoras argumentam que a reprodução de desigualdades dentro desses espaços compromete a efetividade de uma educação verdadeiramente inclusiva. Somado a isso, tem-se a problemática evidenciada por Martins e Araújo (2024), que, ao analisarem as dinâmicas internas das unidades socioeducativas, apontam para uma hierarquização de papéis. A centralidade das funções de segurança, em

detrimento do trabalho pedagógico, restringe a autonomia das educadoras e reforça a marginalização do saber pedagógico nesses espaços.

No mesmo sentido, Marquis (2023) ressalta os desafios enfrentados pelas pedagogas no cotidiano institucional, evidenciando tensões entre agentes de segurança e profissionais da educação. A autora indica que essa tensão se intensifica devido à predominância de uma cultura institucional punitivista, que frequentemente deslegitima práticas educativas mais humanizadas.

Por outro lado, o artigo de Santos e Santos (2019), “Entre as frestas da grade e o barulho do cadeado: a educação como horizonte de garantia de direitos”, enfatiza o papel das pedagogas na construção de um ambiente que transcenda a mera contenção dos jovens. A pesquisa qualitativa realizada em uma unidade de internação no Distrito Federal revela que a ressignificação da educação nesses espaços passa pelo reconhecimento do valor formativo da atuação pedagógica. Ainda nesse contexto, o estudo de Silva e Araújo (2019), “Educação Formal nos Centros Socioeducativos do Estado do Ceará”, reforça a necessidade de uma abordagem educacional que vá além da escolarização tradicional, incorporando práticas pedagógicas sensíveis às trajetórias dos jovens em conflito com a lei.

A ausência de um olhar aprofundado sobre a atuação das pedagogas e as dinâmicas de gênero nesses espaços se repete ao longo dos estudos analisados. Trabalhos como o de Costa, Cossetin e Fernandes (2021), “Políticas educacionais na socioeducação: a educação escolar na internação provisória”, indicam a fragilidade estrutural das políticas educacionais voltadas para adolescentes privados de liberdade. O déficit de unidades de atendimento escolar e a ausência de diretrizes específicas para a atuação das pedagogas reforçam a necessidade de um olhar mais atento a essas questões.

Nesse mesmo viés, o artigo de Lopes, Mercês e Sales (2020), “Mobilizando o desejo de aprender: leituras de mundo em contextos de educação em situação de privação de liberdade”, propõe uma reflexão sobre o papel da leitura e da escrita como instrumentos de ressignificação da identidade dos jovens nesses espaços. A pesquisa enfatiza a necessidade de práticas pedagógicas que valorizem as vivências dos adolescentes, em contraposição a modelos tradicionais de ensino que desconsideram sua realidade social.

Outro estudo relevante, Mattos e Melo (2020), “Experiências de autoria na socioeducação: literatura em liberdade”, investiga um projeto de oficinas de escrita criativa em uma unidade feminina de internação. A experiência relatada pelas autoras evidencia a

importância de metodologias que promovam a expressão subjetiva das adolescentes, permitindo que construam novas narrativas sobre si mesmas e sobre seu lugar no mundo.

Ao longo da análise, percebe-se que os estudos sobre o Sistema Socioeducativo frequentemente abordam o impacto das práticas pedagógicas sobre os jovens, mas negligenciam as condições de trabalho das pedagogas. A pesquisa de Onofre e Nunes (2020), “Jovens em situação de privação de liberdade: repensando os processos educativos no centro de atendimento socioeducativo de Cuiabá/MT”, ilustra essa lacuna. Embora o estudo analise a percepção dos jovens sobre a educação nesses espaços, ele não explora os desafios enfrentados pelas pedagogas para implementar práticas educativas transformadoras.

Desta forma, é evidenciado a constatação inicial e também emergida das pesquisas: a escassez de estudos que abordem especificamente a atuação das pedagogas dentro do Sistema Socioeducativo. Embora haja uma vasta produção acadêmica sobre a educação nesse contexto, a grande maioria dos trabalhos não distingue as experiências de profissionais mulheres e homens, desconsiderando as especificidades de gênero no exercício da pedagogia. A invisibilização das pedagogas e suas práticas pedagógicas não apenas desvaloriza o campo educacional como um todo, mas também marginaliza a perspectiva feminina, reforçando uma estrutura de poder que privilegia os profissionais masculinos e os setores da segurança, em detrimento das educadoras.

Em vista das considerações acima expostas, as pesquisas indicam de forma inequívoca que o debate sobre gênero dentro do Sistema Socioeducativo ainda se encontra em sua fase inicial e carece de um aprofundamento substancial. A limitada atenção dispensada a essa temática na produção acadêmica reflete, em grande parte, um desinteresse estrutural em questionar e reconfigurar as desigualdades de gênero que perpassam esse ambiente, perpetuando uma visão unidimensional da realidade educacional.

2.3 Inquietações, certezas e incertezas

Durante o percurso de muitas leituras, reflexões e escrita, passamos por vários momentos em que nos sentimos inquietos (as), sem um norte ou uma bússola. Contudo, se antes nos sentimos decepcionadas por uma mudança abrupta de roteiro, no decorrer da

busca bibliográfica percebemos que a não possibilidade de ir a campo nos abriu caminhos para outras indagações tão pertinentes quanto às primeiras.

Compreendemos então que alguns levantamentos deveriam ser feitos quanto às possíveis razões para a insuficiência de estudos que correlacionam a profissional mulher no exercício da pedagogia com o espaço socioeducativo. Entendemos então, que, a existência de alguns inconvenientes como, os percalços pelos quais os acadêmicos e estudiosos precisam lidar na escrita da área socioeducativa em geral, assim como a pouca relevância dada pela sociedade a estes estudos, e a junção das questões de gênero à essas temáticas intensificava ainda mais tal insuficiência.

Durante muitas conversas e reuniões discutimos sobre como tais grupos, às margens de uma sociedade patriarcal, classista, desigual, homofóbica, meritocrática, cotidianamente já sofrem pela invisibilidade de seus direitos, e sendo assim, uma vez que tal ocorrência se torna habitual nas vivências em sociedade, o que impede à academia, talvez inconscientemente, de perpetuar tais dinâmicas, sobretudo, quando os artigos e estudos acadêmicos relacionados a tais questões não recebem tantos gracejos, visibilidade e condecorações como outras temáticas? Um dos aspectos emergentes dessas dinâmicas, se torna visível na nitidez e notabilidade dada a classificação de revistas, que ocupam posições inferiores a outras revistas com produção acadêmicas consideradas de maior relevância.

Somando-se a isso, com a coleta dos quinze estudos que encontramos no google acadêmico, observamos que o gênero aparece recorrentemente como pauta de discussão em sua maioria, sendo apresentado em diversos cenários e horizontes, embora raramente tenha sido visto como tópico primordial destas pesquisas. Tal dinâmica, recorrente não apenas nas pesquisas da área da educação, mas em aspectos gerais, nos parece sinalizar que pode haver um movimento que incide na irrelevância e renúncia dada pela academia, atualmente, nas problemáticas de gênero. Apesar da existência de conversas, debates e reflexões acerca de uma sociedade machista e patriarcal, que mantém sua rotina, o quantitativo de trabalhos exíguos disponíveis neste levantamento pode sugerir que não se nota um interesse notório da estrutura social, com prevalência masculina, de alterar a roda mantenedora de seus privilégios.

Tal perspectiva de irrelevância e renúncia dada pela academia, em relação às problemáticas de gênero, e com enfoque especial na área socioeducativa, chegamos a

conjecturar como se dá às relações entre as profissionais mulheres de pedagogia com os demais setores presentes no espaço socioeducativo, destacando os guardas de segurança, pensando no viés da disputa de espaço e poder que estão presentes na rotina deste trabalho. Acreditamos que as percepções sociais acerca da divisão de trabalho, e separação do que é serviço de homem e serviço de mulher, são capazes de alterar e/ou influenciar as dinâmicas dos espaços socioeducativos, desqualificando a profissão, e resumindo as práticas pedagógicas à natureza da mulher e maternidade.

Por fim, chegando ao fechamento desse capítulo, nos deparamos com mais questionamentos do que respostas, o que nos parece ser algo mais virtuoso que problemático. Com tantas hipóteses, questionamentos e cenários que pensávamos existir, nos deparamos com uma realidade complexa que inviabiliza uma verdade cabal das condições de trabalho das pedagogas nos espaços socioeducativos. Problemáticas que pela sua diversidade apontam a urgência de que esse debate seja aprofundado por meio de outras pesquisas, essas que são diversas, e que precisam ser aprofundadas em outros artigos futuros, contribuindo para a consolidação desse campo da educação.

Um caminho que nos parece ser exitoso seria ampliar os incentivos a bolsas de pesquisa, bolsas de iniciação científica, que conseqüentemente iria reverberar no acervo acadêmico acerca do tema, de maneira a demandar do Estado uma maior atenção ao fato. Por meio da mobilização do Estado, esperasse que haja uma maior abertura dos acessos a esses espaços, que tem como premissa a ressocialização e humanização, possibilitando o exercício dos direitos e melhores oportunidades para os funcionários e jovens inseridos nas instituições.

3 CONCLUSÃO

O fim, via de regra, traz consigo o arquétipo de algo acabado, a representação de nada mais haver após esse ponto, o alcance de um patamar de encerramento e aos nossos olhos, em se tratando de um artigo de cunho acadêmico, decorrente de uma pesquisa específica, tal imagem não se mostra adequada ao que nos propusemos a trazer para o debate. A ciência, seja ela de qual vertente emerja, cobra de quem a pratica a humildade de lidar com limitações e possibilidades de avanço vindouras. Não se trata de uma figura de retórica, reconhecer que uma verdade de exatidão irrefutável seja impossível em um trabalho, nos parece servir menos como desqualificação e mais como expressão de

maturidade acadêmica. Por isso, mesmo que não apresentemos uma conclusão cabal, não nos furtamos a explicitar nossas convicções, propriamente sustentadas em análise e argumentação, ao fim dessa empreitada.

Uma pesquisa de cunho bibliográfico, desenvolvida com o uso de uma base de disponibilização de dados e artigos acadêmicos traz consigo o problema da dinamicidade da referida base. A humanidade está inserida em processo dinâmico de produção de dados e informações, o que é virtuoso, entretanto, advém desse mesmo contexto um sentimento de desalento, de impotência, e que com o avanço da inteligência artificial, remete ao mito de Sísifo (Blackburn, 1997) exercido na sociedade atual. Entretanto, mesmo diante da complexa realidade apontada, nos propusemos a uma pesquisa e a desenvolvemos com o devido compromisso acadêmico e rigor metodológico.

Esperamos ter produzido elementos que possam ser agregados a outras pesquisas com o fito de ampliar o espectro de compreensão quanto às questões que envolvem a Pedagogia, as questões de Gênero e o Sistema Socioeducativo. Inicialmente, se não cabe afirmar uma escassez de produções quanto às temáticas em âmbito geral, nos parece que o fato de tão poucos trabalhos surgirem em uma pesquisa no computador, sinaliza, minimamente, que o acesso a tais informações é precário, diminuto ou enviesado, por algum motivo. Isso nos aparenta possíveis problemas na base de pesquisa, ou mesmo, impedimentos e obstáculos decorrentes de algoritmos quando da feitura da pesquisa.

Em contexto no qual as pessoas estão recorrendo à rede mundial de computadores como *locus* privilegiado para se informar, a disponibilização de informações qualificadas é uma necessidade urgente. Uma certeza temos, a não circulação de informações qualificadas sobre uma temática na internet favorece a ampliação da circulação de informações incorretas, ou mesmo, inverídicas. Tal recurso, de divulgação de notícias falsas, tem servido para atacar determinados sujeitos eleitos como inimigos por forças conservadoras, dentre esses sujeitos encontramos as mulheres, as classes pobres e periféricas, os negros, pessoas LGBTQIAPN+, dentre outros que possam destoar do que se pensa como “normal”.

Por mais que possa soar como lugar comum, no caso da presente pesquisa, essa sinaliza, minimamente, a manutenção de estrutura social perene que perpetua determinadas questões e sujeitos estereotipados, como sendo menos valorizados. Em se tratando dos espaços socioeducativos, para além de suas contradições, o imaginário social reverbera na invisibilidade de tais lugares quanto às políticas públicas. Tangencialmente à essa

conjuntura, a integração das questões de gênero e da atuação pedagógica reforçam o menosprezo quanto a esse debate na sociedade, prevalecendo a simplificação das práticas pedagógicas à natureza da mulher e da maternidade.

Ao fim e ao cabo, um horizonte aparentemente exitoso para intervir em tal realidade seriam ampliação investimento em produção de conhecimento de qualidade, pesquisas que proporcionem o avanço do debate por meio de incentivos, bolsas de pesquisa, bolsas de iniciação científica, que poderiam servir para dinamização e acesso à realidade acerca do tema, compelindo o Estado a direcionar maior atenção. Um processo árduo e demorado, mas que mesmo em pequenas doses, pode servir como qualificação desses espaços, possibilitando o efetivo exercício dos direitos e melhores oportunidades para todos que estejam inseridos nas instituições.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Regina Magna Bonifácio de; MARTINS, Francisco André Silva; DIAS DUARTE, Regina. A educação para jovens e adultos privados de liberdade em Minas Gerais : Educação como direito humano. **SCIAS. Direitos Humanos e Educação**, [S. l.], v. 7, n. 2, p. 105–124, 2024. DOI: 10.36704/sdhe.v7i2.8968. Disponível em: <https://revista.uemg.br/index.php/sciasdireitoshumanoseducacao/article/view/8968>. Acesso em: 31 jan. 2025.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo: fatos e mitos**. São Paulo: Nova Fronteira, 2008. Vol. 1.

BLACKBURN, Simon. **Dicionário Oxford de Filosofia**. Rio de Janeiro: Jorga Zahar Editor, 1997.

BRASIL. Decreto - Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. **Código Penal**. Brasília, 1940. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm. Acesso em: 07 ago. 2024.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Lei nº 8.069, 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**. Diário Oficial da União. ano 1990.

COSTA, Débora Pereira da; COSSETIN, Márcia; FERNANDES, Maria Nilvane. Políticas educacionais na socioeducação: a educação escolar na internação provisória. **Interfaces da Educação**, Paranaíba, v.12, n.35, 843-866, 2021.

FREIRE, Paulo. **Professora sim, tia não**. São Paulo: Olho D'água, 1997.

GHIRALDELLI JÚNIOR, Paulo. **O que é Pedagogia**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1995.

LOPES, Adriana Maria Gomes; MERCÊS, Darlaine Pereira Bomfim das; BARRETO, M. G. B; Sales, Márcea Andrade. Mobilizando o desejo de aprender: leituras de mundo em contextos de educação em situação de privação de liberdade. *In: **II Jornada de estudos sobre eja em contexto de privação e restrição de liberdade***, n.2, 2020, online. Anais. UFT, 215-226, 2020.

MAINARDES, Jefferson. A Metapesquisa no campo educacional: aspectos teórico-conceituais e metodológicos. *In: MAINARDES, Jefferson (Org.). **Metapesquisa no campo da Política Educacional***. Curitiba: Editora CRV, 2021.

MARQUIS, Daiane Evelyn Ponciano. **A política pública de atendimento socioeducativo em Minas Gerais sob a perspectiva do ciclo de políticas**. 2023. 116 f. Dissertação (Mestrado em Educação e Formação Humana) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado de Minas Gerais.

MARTINS, Francisco André Silva; AMARAL, Felipe Bueno. **EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA: Potencialidades e Obstáculos**. SciELO Preprints, 2023. DOI: 10.1590/SciELOPreprints.6305. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/6305>. Acesso em: 31 jan. 2025.

MARTINS, Francisco André Silva; ARAÚJO, Regina. Magna Bonifácio de. “SEMENTE DO MAL”: PENSAR A EDUCAÇÃO DE JOVENS EM CONFLITO COM A LEI E PRIVADOS DE LIBERDADE, ESTIGMAS E ESTEREÓTIPOS. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 19, n. 00, p. e024125, 2024. DOI:10.21723/riaee.v19i00.18937. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/18937>. Acesso em: 31 jan. 2025.

MATTOS, Jéssica Mantuano Gonçalves Ramos; MELO, Vanessa Maria de. Experiências de autoria na socioeducação: literatura em liberdade. *In: **II Jornada de estudos sobre eja em contexto de privação e restrição de liberdade***, n.2, 2020, online. Anais. UFT, 227-237, 2020.

MIRANDA, Kátia Aparecida da Silva Nunes; ONOFRE, Elenice Maria Cammarosano; LOPES, Clóris Violeta Alves. Jovens em situação de privação de liberdade: repensando os processos educativos no centro de atendimento socioeducativo de Cuiabá/MT. *In: **II Jornada de estudos sobre eja em contexto de privação e restrição de liberdade***, n.2, 2020, online. Anais. UFT, 176-188, 2020.

SANTOS, Catarina de Almeida; SANTOS, Ingrid Louize Nascimento dos. Entre as frestas da grade e o barulho do cadeado: a educação como horizonte de garantia de direitos. **Revista Textura - ULBRA**, Brasília, v.21, n.47, 155-173, jul/set.2019.

SILVA, Maria Andréa Luz da; ARAÚJO, Maria Evelyana Alves de. Educação formal nos centros socioeducativos do estado do Ceará. *In: Inovação e Tecnologia Social*, Ceará, v.1, n.1, 2019.

SOARES, Luiz Eduardo. Juventude e violência no Brasil contemporâneo. *In. NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo (Orgs.). Juventude e Sociedade*. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

UZIEL, A. P.; HERNÁNDEZ, J. G. **A educação no sistema socioeducativo do Rio de Janeiro: gênero e configuração das escolas**. Momento: Diálogos com a Educação, 2018.

OS IMPACTOS DO PÓS-COVID NA SAÚDE MENTAL: Revisão integrativa da literatura

Marcio Henrique Salgado Meireles Linhares¹

Pauliane Aparecida de Moraes²

RESUMO: O pós-COVID-19 é marcado pelas consequências e sequelas associadas a saúde psicossocial em especial à saúde mental. Objetivou-se avaliar os problemas de saúde mental do pós-covid-19. Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, realizada nas principais bases de dados, a saber: SciELO, Lilacs e PUBMED utilizando os seguintes descritores: “COVID-19” AND “Saúde mental” AND “Transtornos de Ansiedade”, como critério de inclusão, artigos em português, disponíveis na íntegra de forma gratuita cujos resultados cumpriam com os objetivos deste estudo. Como critérios de exclusão foram adotados artigos redigidos em outras línguas e não disponíveis de forma gratuita. Os resultados apontam que houve um aumento expressivo nos sintomas depressivos e de ansiedade após a pandemia da COVID-19. Portanto, vale salientar a necessidade de medidas de intervenção que venham auxiliar no manejo dos problemas de saúde mental pós-COVID-19.

Palavras-chave: COVID-19. Saúde mental. Transtornos de Ansiedade.

ABSTRACT: Post-COVID-19 is marked by the consequences and sequelae associated with psychosocial health in particular mental health. It aimed to evaluate the mental health problems of the post-COVID-19. This is a literature review of the literature, conducted in the main databases, namely: SciELO, Lilacs and PUBMED using the following descriptors: "COVID-19" AND "Mental health" AND "Anxiety disorders", as inclusion criteria, articles in Portuguese, available in full for free whose results met the objectives of this study. The exclusion criteria were articles written in other languages and not available for free. The results show that there was a significant increase in depressive and anxiety symptoms after the pandemic of COVID-19. Therefore, it is worth noting the need for intervention measures that will help in the management of mental health problems after COVID-19.

Keywords: COVID-19. Mental health. Anxiety disorders.

1 INTRODUÇÃO

¹ Pós-graduado em Psiquiatria e Saúde Mental pelo IPB – Instituto Pedagógico Brasileiro. E-mail: farmarcio@hotmail.com.

² Professora orientadora do estudo e do artigo. Professora dos cursos de Graduação e de Pós-Graduação lato sensu da Faculdade Famart, Itaúna–MG. Graduada em Psicologia e Mestra em Educação.

A SARS-CoV-2 obteve o primeiro caso ocorreu em 26 de fevereiro no Brasil, COVID-19, nome dado ao vírus. No mundo, até 30 de maio de 2020, houve 5.817.385 casos confirmados e 362.705 óbitos. No mesmo período o Brasil apresentou 438.238 casos confirmados e 26.754 óbitos, tornando-se o segundo país com mais casos confirmados, conforme dados disponibilizados pela Organização Mundial da Saúde (OMS) (PEREIRA et al., 2020).

As pandemias podem ser classificadas como epidemias que se disseminam em um processo rápido e descontrolado por diversos países, podendo alcançar e causar uma contaminação em massa. Diante disso, com o surgimento da atual pandemia da COVID-19, atingiu diversas pessoas e as deixou em estado grave, deixou sequelas emocionais em grande parte daqueles que trabalharam na linha de frente. (DUARTE et al., 2020).

A emergência desta nova doença proporcionou um impacto na saúde mental no Brasil e no mundo (SANTOS et al., 2020). Dessa forma, ter saúde, em forma integral, diz respeito, também, a cuidado com a saúde mental. Diante do exposto, classifica-se não apenas como ausência de transtornos mentais ou deficiências, mas também como um estado de bem-estar, qualidade de vida e o ambiente em que o indivíduo está inserido, podendo lidar com as tensões normais do dia a dia e trabalhando de forma produtiva (SILVA et al., 2020).

Uma das principais consequências da pandemia COVID-19 foram possivelmente o aumento do isolamento social e da solidão, que estão profundamente associados a ansiedade, depressão, automutilação e tentativas de suicídio ao longo da vida. Sendo assim, torna-se importante apoiar às pessoas afetadas são mecanismos utilizados na proteção contra problemas emocionais autodestrutivos (KILGORE et al, 2020).

Diante do exposto, o pós-pandemia proporcionou alguns impactos na saúde mental, impondo novas regras e hábitos sociais para a população mundial. Desse modo, é notório que o afastamento social adotado no Brasil como uma medida de prevenção da disseminação da COVID-19, pode ter ocasionado consequências psicossociais.

Diante deste cenário, o presente estudo, objetiva-se analisar as evidências científicas sobre os impactos da saúde mental no pós-COVID. Obtiveram-se como específicos descrever os principais transtornos mentais, bem como suas causas e identificar medidas de prevenção ou alívio desses transtornos mentais quando presentes. Sendo assim,

elaborou-se a seguinte questão norteadora: quais são os transtornos mentais desenvolvidos pela população no contexto pós-pandemia?

Trata-se de uma revisão integrativa da literatura. A busca bibliográfica foi desenvolvida na Biblioteca Virtual de Saúde (BVS-BIREME), através das bases de dados: Scientific Electronic Library Online (Scielo), latino-americana e do Caribe em Ciências da Saúde (Lilacs), Base de Dados de Enfermagem (BDENF) e Sistema Online de Busca e Análise de Literatura Médica (MEDLINE) utilizando os seguintes descritores, definidos a partir do DeCS, combinados com operadores booleano AND, a saber: “COVID-19” AND “Saúde mental” AND “Transtornos de Ansiedade”.

Para a primeira etapa, definiu-se o problema, seguida pela elaboração da pergunta norteadora, quais são os transtornos mentais desenvolvidos pela população no contexto pós-pandemia? De modo que esta fase determina os termos necessários a ser conduzido a busca de estudos e material bibliográficos nos bancos de dados.

Por diante, foram incluídos artigos redigidos em português, inglês ou espanhol, que abordassem a temática referente à presente pesquisa e publicados 2020 a 2023; disponíveis na íntegra de forma gratuita e cujos resultados cumpriram com os objetivos deste estudo.

Ademais, como critérios de exclusão foram adotados artigos redigidos em outras línguas que não sejam as descritas anteriormente; publicações anteriores a dezembro de 2018; textos não disponíveis de forma gratuita na íntegra; teses, monografias, estudos de revisões bibliográficas, textos repetidos e cujo resultados não tratam acerca do Maranhão. Foi utilizado um fluxograma para evidenciar as etapas do trabalho (Figura 1).

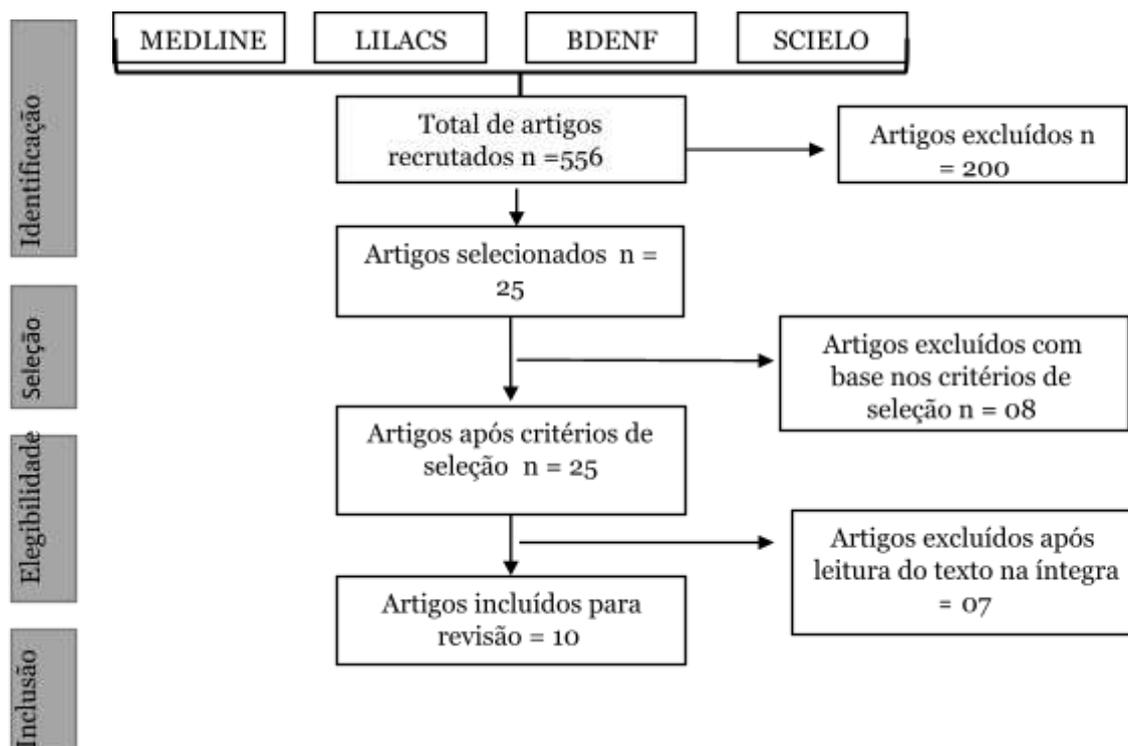
Os dados coletados da amostra foram transcritos para um instrumento validado, que foi adaptado para atender ao objetivo deste estudo (Ursi; Galvão, 2006). Esse instrumento possui variáveis de interesse da pesquisa, cujos itens são: título, autor, ano de publicação, país, objetivo e resultados.

2 DESENVOLVIMENTO

Foi realizado um estudo de revisão da literatura nas bases de dados descritas anteriormente, analisaram-se uma amostra de 10 artigos selecionados de acordo com os critérios de inclusão e exclusão previamente estabelecidos.

Inicialmente, a busca ocorreu através da combinação dos seguintes descritores: “COVID-19” AND “Saúde mental” AND “Transtornos de Ansiedade” com o operador booleano AND, resultando em 2.956 artigos encontrados, dos quais, 556 estudos foram descartados por suas temáticas não cumprirem com os objetivos deste estudo, textos repetidos e artigos de revisão integrativa. Por diante, ao acrescentar “Saúde Mental”, como descritor, resultou em 25 publicações, destas, 08 foram excluídas em virtude de repetição e por não adentrarem no período previamente estabelecido para compor a amostra. Assim, 25 artigos foram analisados e após leitura exaustiva de seus resultados e resumos disponíveis na íntegra, 10 estudos foram selecionados para compor a amostra final. Conforme fluxograma abaixo:

Figura 1. Fluxograma de seleção dos artigos. São Luís–MA, Brasil, 2023.



Autor (2023)

A amostra foi composta, unanimemente, por estudos redigidos em português, em sua maioria estudos quantitativos e/ou qualitativos, pouco de observou estudos

transversais, descritivos e apenas um de natureza experimental. Assim, os artigos foram organizados em tabela conforme descrita a seguir:

Tabela 1. Apresentação da amostra conforme título, autor, ano, objetivo e resultado.
São Luís–MA, Brasil, 2023.

Nº	Título	Autor	Objetivo	Resultados
01	Multidisciplinary research priorities for the COVID-19 pandemic.	Holmes et al., 2020	Explorar os efeitos psicológicos, sociais e neurocientíficos da Covid-19.	Alto impacto do consumo repetido da mídia e mensagens de saúde em torno da Covid-19, proporcionando consequências negativas.
02	Risk and Protective Factors for Prospective Changes in Adolescent Mental Health during the COVID-19 Pandemic.	Magson et al., 2020	Investigar o impacto da pandemia Covid-19 na saúde mental de adolescentes, e os fatores percebidos como causa de maior sofrimento	Aumento significativo nos sintomas depressivos e ansiedade nos dois momentos, junto com dificuldades de aprendizagem online e aumento do conflito com os pais.
03	Who is lonely in lockdown? This cross-cohort analysis suggests students may be at risk	Sharma, 2020	Avaliar o impacto da pandemia Covid-19 na solidão, e quais são os grupos vulneráveis	Adultos, jovens, estudantes, mulheres, pessoas com menor/ausência de renda ou escolaridade, residentes sozinhos ou de áreas urbanas, apresentaram maior risco.
04	Loneliness: A signature mental health concern in the era of COVID-19	Killgore et al, 2020	Avaliar o impacto do isolamento social sobre a solidão e a saúde mental	A solidão foi relatada por 43% dos participantes e foi fortemente associada a maiores níveis de depressão e ideações suicidas.
05	COVID-19: the perfect vector for a mental health epidemic	Hisham et al., 2020	Discutir os efeitos negativos na saúde mental de indivíduos e comunidades resultante do distanciamento social, isolamento e infecção.	A Covid-19 pode exacerbar as condições existentes em pacientes com distúrbios em saúde mental, desmascarando os sintomas já existentes naqueles sem um diagnóstico sobre a saúde mental atual.
06	COVID-19 e os impactos na saúde mental: uma amostra do Rio Grande do Sul, Brasil.	Duarte et al., 2020	Verificar os fatores associados a indicadores de sintomas de transtornos mentais, durante o período inicial da política de distanciamento social	Os fatores que podem prejudicar a saúde mental no período de pandemia são: problemas financeiros, fazer parte do grupo de risco e estar exposto as

			durante a pandemia da COVID-19	informações midiáticas sobre mortos e infectados.
07	Alarming levels of psychiatric symptoms and the role of loneliness during the COVID-19 epidemic: A case study of Hong Kong	Tso e Park, 2020	Examinar o impacto de solidão na saúde mental durante a Covid-19	65,6% relataram níveis clínicos de depressão, ansiedade e/ou estresse. Além disso, 22,5% apresentaram risco de distúrbio psíquico.
08	Epidemic of COVID-19 in China and associated Psychological Problems	Ahmed et al., 2020	Avaliar o estado de saúde mental dos chineses.	Maior taxa de ansiedade, depressão, abuso de álcool e menor taxa de bem-estar mental na população. Jovens de 21-40 anos estão em posição vulnerável em termos de saúde mental e abuso de álcool.
09	Psychiatry in time of COVID-19 pandemic	Lazzari et al., 2020	Revisar as implicações psiquiátricas da pandemia Covid-19 na população em geral.	Prevê-se um surto de distúrbios psíquicos ligado ao impacto emocional da Covid-19 e um aumento no número de pessoas com necessidade de intervenção psiquiátrica devido a ansiedade, enfrentamento da morte, problemas financeiros, perda de emprego, desvios extremos de rotina e isolamento social.
10	The psychological impact of quarantine and how to reduce it: rapid review of the evidence	Brooks, 2020	Revisar os impactos psicológicos da quarentena.	Efeitos psicológicos negativos, confusão e raiva. Sintomas de estresse pós-traumático pela quarentena prolongada, medos da infecção, frustração, tédio, informações inadequadas, perdas financeiras e estigmas sociais.

Autor (2023)

Uma das principais consequências decorrente da pandemia COVID-19 são provavelmente o aumento do isolamento social e da solidão, que estão associados a ansiedade, raiva, estresse, automutilação e tentativas de suicídio, e tais complicações mentais possuem reações normais para o contexto que estava sendo vivenciado. No entanto, torna-se importante um processo de intervenção relacionado à saúde mental, para

que seja possível prevenir um certo progresso para cenários de psiquiatria. Desse modo, a carência psicológica da população faz parte de uma intervenção de saúde pública (DONIDA, 2021).

Para Alves (2010), o conceito de saúde mental é amplo e complexo, não só pela inexistência de transtornos/ problemas/ manifestações de sofrimento mental, mas também entendido como produto de múltiplas interações como sociedade, economia, biologia, psicologia e cultura. Todos vivenciam algum desconforto com impacto na saúde mental, relacionado às circunstâncias da vida, e para que seja caracterizado como um problema de saúde mental, deve-se observar sua intensidade e frequência para verificar se ameaça a sensação de bem-estar do indivíduo. Nesse sentido, alguns eventos foram identificados como colaboradores principais das manifestações de sofrimento mental advindos da pandemia COVID-19, sendo o estresse, a depressão, o medo, a ansiedade e a insônia, que teve como início a partir do surgimento do novo Corona vírus.

Uma pesquisa realizada pelo site Young Minds³ demonstrou que cerca de 66% dos jovens adultos do Reino Unido evitavam ver notícias a respeito da COVID-19, porque alegava que esse tipo de informação influenciava de forma negativa a saúde mental. Estima-se que, 1/3 da população exposta a uma pandemia, pode vir a sofrer alguma manifestação psicopatológica, caso não seja realizada nenhuma intervenção de cuidado específico para as reações e sintomas manifestados (HISHAM et al., 2020).

Holmes et al., (2020) vai enfatizar em seus estudos que com a pandemia da COVID-19 buscou-se obter medidas de isolamento social, resultando em um grau significativo de solidão, que proporcionava o aumento de ansiedade durante e após a pandemia. No entanto, no decorrer da pandemia um dos focos para crises de ansiedade fora o consumo exacerbado de conteúdos midiáticos de mensagens sobre a covid que traziam consequências negativas, as chamadas “fake news”. As reações adversas de medos e preocupações da população, são apontadas pelo excesso de informações e especulações da mídia e redes sociais. É importante destacar que trazer informações fidedignas e transparentes é fundamental para a adequada saúde mental da população (SHEN, 2020).

Corroborando com os estudos de Magson et al., (2020) observou-se um aumento expressivo de ansiedade e depressão em adolescentes, onde se apresentava dificuldades de aprendizagem e o aumento do conflito com os pais devido ao tempo em que ficaram

³ www.youngminds.org.uk

isolados. A solidão no período pandêmico possui associação com uma ampla gama de problemas de saúde mental, questões interpessoais, uso de substâncias e condições de saúde física, incluindo declínio cognitivo, morbidade e mortalidades significativamente elevadas.

À vista disso, para Kilgore et al., (2020) é válido demonstrar a importância de medidas de intervenção para diminuir ou prevenir a solidão após pandemia da COVID-19, e assim evitar os problemas de saúde mental. É em tempos de crise, principalmente mundial como uma pandemia, que a conexão observada entre saúde física e mental se evidencia tão relevante para reflexões e ações de enfrentamento que possam levar a maior proteção da humanidade.

Do ponto de vista psicológico, a população em estado de confinamento sente-se constrangida e passa a expressar fixação mental no estado da doença, bem como, sintomas psicossomáticos relacionados à insônia, ansiedade, sentimentos de solidão e depressão. Neste cenário, todos os autores já mencionando nesse trabalho, concordaram ao descreverem que a quarentena se tornou uma experiência desagradável para a população, apesar dos benefícios para a saúde pública em relação às formas de contaminação (LAZZARI et al., 2020).

Para Ahmed et al., (2020) os resultados do isolamento social, demonstrou maior taxa de ansiedade, depressão, e menor bem-estar mental do que a proporção usual no pós-COVID. Os resultados também revelaram que os jovens de 2¹ a 40 anos estão em posição mais vulnerável em termos de suas condições de saúde mental e uso de álcool. Diante disso, a pandemia e o pós-pandemia fornece um cenário de problemas psicológicos negativos e problemas associados ao COVID-19.

As pessoas em quarentena descreveram efeitos psicológicos negativos, como sintomas de estresse pós-traumático, pavor e raiva. Assim, algumas preocupações, como tempo de inatividade, frustração, tédio, perda financeira, estigma social e recepção inadequada de materiais e informações, foram apontadas como fatores contribuintes para o desgaste físico e emocional. A quarentena levanta outros temores, como o pavor de infectar outras pessoas, especialmente membros da família e o medo dos sintomas óbvios da doença (HISHAM et al., 2020).

As consequências da pandemia agravam ainda mais a situação da saúde mental da população, pois afeta pessoas no mundo inteiro, sem distinção de etnia, cultura, gênero ou

nacionalidade, por se tratar de uma infecção sem cura definitiva e cheia de incertezas, e estudos de longo prazo são necessários para avaliar os efeitos na saúde da população-alvo. Em situações de pandemia, os indivíduos sentem-se preocupados e estressados, especialmente as populações mais vulneráveis e os serviços essenciais, como profissionais da saúde, comércio e manutenção, transporte e logística, segurança e defesa, entre outros, que garantem os serviços indispensáveis à comunidade (BARROS, 2020).

O medo, o estresse e as incertezas podem levar a consequências em longo prazo, acarretando problemas relacionados à saúde mental. Torna-se evidente a necessidade de divulgar normas que orientem a implantação dos serviços de saúde mental e a alocação de recursos para garantir que os indivíduos sejam acompanhados por profissionais técnicos e humanizadores qualificados e competentes, contribuindo para a redução dos danos psíquicos que podem advir de períodos de isolamento social no contexto da pandemia de COVID-19 (YANG e LI, 2020).

Segundo estudos de Ying et al., (2020), com o avanço da pandemia da COVID-19, acredita-se que não só a classe dos profissionais da saúde fora afetada pelo impacto psicológico, mas a população geral em maior ou menor grau, como foi observado em outras pandemias vividas pela humanidade. As intervenções em saúde mental voltadas para profissionais da saúde e de suas famílias devem estar disponíveis, pois, estes profissionais precisam estar amparados por meio de recursos que poderão ser utilizados como serviços de atendimento psicológicos.

Essas intervenções devem auxiliar os profissionais da saúde a lidarem com a pressão diante do enfrentamento da pandemia da COVID-19, para que ocorra uma melhor eficácia durante o trabalho exercido, bem como a qualidade dos serviços de segurança dos pacientes. Corroborando com os achados de Zerbini e Ying (2020), os recursos importantes que poderão ser fornecidos aos profissionais da saúde são: apoio social para eles mesmos e para suas famílias, provisionamento de tempo de lazer adequado e melhorias na infraestrutura da instituição. É fundamental garantir-lhes boas condições de trabalho, com equipe suficiente e redução na demanda e na jornada, além de acomodações e locais de descanso apropriados, bem como acesso a EPIs em quantidade e qualidade suficientes.

Conforme estudos de Barros et al., (2020), os problemas de saúde mental que foram ocasionadas pela COVID-19, surgem diante do temor da exposição e do possível contágio com alguém infectado, do confinamento e isolamento, bem como nas mudanças

que as pessoas tiveram em suas rotinas. Torales et al. (2020) observou que o surto está levando a problemas de saúde mental adicionais, como estresse, ansiedade, sintomas depressivos, insônia, negação, raiva e medo em todo o mundo. As preocupações coletivas influenciam os comportamentos diários, a economia, as estratégias de prevenção e a tomada de decisões dos formuladores de políticas, organizações de saúde e centros médicos, o que pode enfraquecer as estratégias de controle da COVID-19 e levar a mais morbidade e necessidades de saúde mental em nível global.

Cumpramos ressaltar que de acordo com pesquisas de Santos et al., (2020) o isolamento decorrente das medidas adotadas para diminuir a transmissibilidade do vírus durante a pandemia, interferiu não só na saúde mental de jovens e adultos, mas também na saúde mental dos mais velhos, sendo estes os mais vulneráveis, necessitando de um cuidado mais atencioso, para que seja possível a manutenção do bem-estar e integração social, tendo como objetivo evitar situações de solidão entre os idosos (TSO et al., 2020).

A noção de vulnerabilidade é a base para identificar os grupos que correm o risco de adoecer, levando em conta os fatores como riscos biológicos, resiliência psicológica, gênero, situação econômica, trabalho, relacionamentos, serviços, políticas e recursos disponíveis contribuem para o conceito de vulnerabilidade. Isso significa que certos grupos podem ser mais suscetíveis a doenças devido à falta de recursos de proteção (SHEN, 2020).

Desastres e epidemias apresentam desafios únicos para os profissionais de saúde, pois eles vivenciavam situações desconhecidas para a sociedade. Muitas vezes, os profissionais são vistos como "super-heróis" que agregam valor e importância social; por outro lado, temem o fracasso, o colapso do sistema de saúde, a doença e o sofrimento mental que possam interferir na autonomia e na tomada de decisões, tanto por estresse (capacidade de enfrentar a dor) e estresse externo (níveis de estresse, comunicação, problemas organizacionais, falta de recursos e preparação) (ORNELL, 2020).

Além dos profissionais de saúde, outro grupo identificado como vulnerável nas publicações analisadas são os pacientes com COVID-19 confirmado ou suspeito, que podem apresentar devido ao isolamento/quarentena, letalidade da infecção, sintomas de infecção, manifestações de sofrimento mental, infecção e efeitos colaterais do tratamento (XIANG, 2020).

Indivíduos com transtornos mentais são particularmente suscetíveis às ramificações mentais da pandemia. Distanciamento e isolamento social podem causar impedimentos e interrupções no tratamento, levando a reajustes. Uma revisão narrativa de Silva et al., (2020) descobriram que as respostas psicológicas à pandemia incluíram reestruturação cognitiva, estigmatização, ansiedade, depressão, perda e isolamento. Os autores também destacaram a importância da identificação precoce de indivíduos que necessitam de assistência psicológica, especialmente aqueles com transtornos mentais pré-existentes.

Li S, et al., (2020) estabeleceu que a percepção de um indivíduo sobre o nível de perigo representado por uma doença é um determinante significativo de seu comportamento. A partir do momento em que elas passavam a ter um maior conhecimento sobre a doença, as pessoas que foram estudadas mostraram uma preocupação maior com a saúde delas e de seus familiares, e uma menor preocupação com lazer e amigos.

Por fim, Alves (2010), ressalta que durante uma pandemia, é comum testemunhar uma onda de estresse, medo, ansiedade e depressão, observando que certos grupos são mais suscetíveis a esses efeitos, dependendo de seu nível de exposição, suscetibilidade ou ramificações sociais de tal situação. Por outro lado, uma pequena população expressou gratidão por ter tempo suficiente para se concentrar em seu bem-estar mental, vendo a desaceleração da sociedade como uma oportunidade de autocuidado e fortalecimento dos laços familiares.

Além disso, conclui-se que estratégias de apoio psicológico e social se faz necessário como parte essencial do planejamento de uma quarentena para a mitigação de possíveis distúrbios psicológicos e que sejam realizados mais estudos que avaliem o impacto longitudinal e as respostas psicossociais entre os diferentes subgrupos populacionais durante a pandemia (DUARTE, 2020).

3 CONCLUSÃO

É notório, portanto, que o pós-pandemia deixou sequelas que auxiliam no adoecimento, e menor bem-estar na saúde mental, desse modo, a pandemia de covid-19 mostrou que torna-se importante o contato social e a interação pessoal. Desse modo, torna-se notório, a percepção das consequências da pandemia COVID-19, aumentando

assim, os índices de ansiedade, depressão, automutilação e tentativas de suicídio ao longo da vida. Portanto, tornam-se necessárias medidas de apoio às pessoas afetadas.

Devido à recente pandemia de COVID-19, há pesquisas limitadas sobre suas consequências psicológicas. Diante disso, esta pesquisa contribui para a literatura existente ao demonstrar as consequências da saúde mental pós-COVID-19, especialmente, ao comparar os níveis pós-pandêmicos. O presente estudo contribui ainda mais ao relatar quais foram os problemas de saúde mental mais recorrentes no pós-pandemia da COVID-19, desse modo, observou-se que serviram para aumentar os problemas de saúde mental durante a pandemia. Especificamente, as preocupações relacionadas à COVID-19, as dificuldades com o aprendizado on-line e o aumento do conflito familiar foram associados a um maior desajuste psicológico.

REFERÊNCIAS

- AHMED, Oli et al. COVID-19 outbreak in Bangladesh and associated psychological problems: An online survey. **Death Studies**, v. 46, n. 5, p. 1080-1089, 2022.
- ALVES AAM, Rodrigues NFR. **Determinantes sociais e econômicos da Saúde Mental**. Rev Port Saúde Pública. 2010;28(2):127-31. doi: [https://doi.org/10.1016/S0870-9025\(10\)70003-1](https://doi.org/10.1016/S0870-9025(10)70003-1).
- BARROS-Delben B, Cruz RM, Trevisan KRR, et al. **Saúde mental em situação de emergência: COVID-19**. RDP. 2020; 10(2):18-28
- BROOKS, Samantha K. et al. The psychological impact of quarantine and how to reduce it: rapid review of the evidence. **The lancet**, v. 395, n. 10227, p. 912-920, 2020.
- DONIDA, Giovana Cristina Chirinéia et al. **Impacto do distanciamento social na saúde mental em tempos de pandemia da COVID-19**. **Brazilian Journal of Health Review**, v. 4, n. 2, p. 9201-9218, 2021.
- DUARTE, Michael de Quadros et al. COVID-19 e os impactos na saúde mental: uma amostra do Rio Grande do Sul, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, p. 3401-3411, 2020.
- DUARTE, Phelipe Magalhães. COVID-19: Origem do novo coronavírus. **Brazilian Journal of Health Review**, v. 3, n. 2, p. 3585-3590, 2020. Acesso 15/11/2022.
- HISHAM, I. N.;GUILLARD, S.; DEBNATH, B.; SIN, J. COVID-19: the perfect vector for a mental health epidemic. **BJPsych Bulletin**, p. 1-7, 2020.
- HOLMES, Emily A. et al. Multidisciplinary research priorities for the COVID-19 pandemic: a call for action for mental health science. **The Lancet Psychiatry**, v. 7, n. 6, p. 547-560, 2020.

KILLGORE, William DS et al. Loneliness: A signature mental health concern in the era of COVID-19. **Psychiatry research**, v. 290, p. 113117, 2020.

LAZZARI, Carlo et al. Psychiatry in time of COVID-19 pandemic. **Psichiatria Danubina**, v. 32, n. 2, p. 229-235, 2020.

LI S, et al. **The impact of COVID-19 epidemic declaration on psychological consequences: a study on active Weibo users**. International journal of environmental research and public health, 2020; 17(6): 2032.

MAGSON, Natasha R. et al. Risk and protective factors for prospective changes in adolescent mental health during the COVID-19 pandemic. **Journal of youth and adolescence**, v. 50, p. 44-57, 2021.

ORNELL F, Schuch JB, Sordi AO, Kessler FHP. **Pandemic fear and COVID-19: mental health burden and strategies**. Rev Bras Psiquiatr. 2020. doi: <https://doi.org/10.1590/1516-4446-2020-0008>

PEREIRA, Mara Dantas et al. **Sofrimento emocional dos Enfermeiros no contexto hospitalar frente à pandemia de COVID-19**. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 8, p. e67985121-e67985121, 2020. Acesso 15/11/2022.

QIU J, Shen B, Zhao M, Wang Z, Xie B, Xu Y. **A nationwide survey of psychological distress among Chinese people in the COVID-19 epidemic: implications and policy recommendations**. Gen Psychiatry. 2020;33(2):e100213. doi: <https://doi.org/10.1136/gpsych-2020-100213>

SANTOS, S. Brandão, G. Araújo, K. Social isolation: a look health elderly mental during the COVID-19 pandemic. **Research, Society and Development**, 9 (7): 1- 15, e392974244. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v9i7.4244>. 2020.

SHARMA, R. K. Who is lonely in lockdown? This cross-cohort analysis suggests students may be at risk. **Public Health**, v. 189, p. 5, 2020.

SILVA, Antônio Augusto Moura da. **Sobre a possibilidade de interrupção da epidemia pelo coronavírus (COVID-19) com base nas melhores evidências científicas disponíveis**. **Revista brasileira de epidemiologia**, v. 23, 2020.

TSO, Ivy F.; PARK, Sohee. Alarming levels of psychiatric symptoms and the role of loneliness during the COVID-19 epidemic: A case study of Hong Kong. **Psychiatry research**, v. 293, p. 113423, 2020.

XIANG YT, Li W, Zhang Q, Jin Y, Rao WW, Zeng LN, et al. **Timely research papers about COVID-19 in China**. **Lancet**. 2020;395(10225):684-5. doi: [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(20\)30375-5](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(20)30375-5)

YANG Y, Li W, Zhang Q, Zhang L, Cheung T, Xiang YT. **Mental health services for older adults in China during the COVID-19 outbreak**. **Lancet Psychiatry**. 2020;7(4):e19. doi: [https://doi.org/10.1016/S2215-0366\(20\)30079-1](https://doi.org/10.1016/S2215-0366(20)30079-1).

YING Y, Ruan L, Kong F, et al. Mental health status among family members of health care workers in Ningbo, China, during the coronavirus disease 2019 (COVID-19) outbreak: a cross-sectional study. BMC Psychiatry. 2020; 20(1).

ZERBINI G, Ebigbo A, Reicherts P, et al. **Psychosocial burden of healthcare professionals in times of COVID-19** – a survey conducted at the University Hospital Augsburg. Ger. Med. Sci. 2020;

AROMATERAPIA NO CONTROLE DA ANSIEDADE EM CONSULTAS ODONTOPEDIÁTRICAS: uma revisão narrativa

Aline Krüger Batista¹
Mailson Santos de Queiroz²

RESUMO: O medo e a ansiedade de ir ao dentista são emoções que frequentemente surgem durante a infância e a adolescência, podendo persistir até a vida adulta. A aromaterapia é uma abordagem não farmacológica que utiliza óleos essenciais extraídos de plantas, árvores e flores para fins terapêuticos. Entre a ampla variedade de óleos essenciais destaca-se o óleo essencial de lavanda devido às suas reconhecidas propriedades calmantes e sedativas. O objetivo foi revisar a literatura existente para buscar maiores esclarecimentos sobre a eficácia do óleo essencial de lavanda na aromaterapia e seu efeito na ansiedade odontológica em crianças. Foram encontrados quatro estudos que evidenciaram que o uso do óleo essencial de lavanda reduziu significativamente a ansiedade em crianças durante procedimentos odontológicos. Conclui-se que além de reduzir a ansiedade, também ajudou a aliviar a dor.

Palavras-chave: Aromaterapia; Odontologia; Criança.

ABSTRACT: Fear and anxiety about going to the dentist are emotions that often arise during childhood and adolescence and can persist into adulthood. Aromatherapy is a non-pharmacological approach that uses essential oils extracted from plants, trees, and flowers for therapeutic purposes. Among the wide variety of essential oils, lavender essential oil stands out due to its well-known calming and sedative properties. The aim was to review the existing literature to gain further insights into the effectiveness of lavender essential oil in aromatherapy and its impact on dental anxiety in children. Four studies were found that demonstrated a significant reduction in anxiety in children during dental procedures with the use of lavender essential oil. It was concluded that, in addition to reducing anxiety, it also helped alleviate pain.

Keywords: Aromatherapy, Dentistry, Child.

1 INTRODUÇÃO

O medo e a ansiedade de ir ao dentista são emoções que frequentemente surgem durante a infância e a adolescência, podendo persistir até a vida adulta (Ghaderi *et al*, 2020). Pacientes ansiosos tendem a apresentar uma maior sensibilidade à dor, o que

¹ Pós-graduada em Aromaterapia pela Faculdade Famart. E-mail: alinekbatista@gmail.com

² Professor orientador do estudo e do artigo. Professor dos cursos de Graduação e de Pós-Graduação lato sensu da Faculdade Famart, Itaúna-MG. Licenciado em Química e Mestre em Engenharia de Materiais.

dificulta o atendimento odontológico. Diversos fatores contribuem para esses sentimentos, como a visualização de agulhas, o som do compressor e cheiros específicos, como o eugenol utilizado em restaurações (Pour *et al*, 2013).

Para controlar essa ansiedade, várias técnicas farmacológicas e não farmacológicas são utilizadas. Entre as opções farmacológicas, destacam-se os sedativos benzodiazepinas, que podem causar efeitos colaterais como náuseas, sonolência, dores de cabeça e, em alguns casos, confusão mental. Já as abordagens não farmacológicas incluem hipnose, técnicas de distração visual, musicoterapia, sedação com óxido nitroso e aromaterapia. Quando essas técnicas não são eficazes, torna-se necessário recorrer à anestesia geral ou sedação (Arslan *et al*, 2020).

A aromaterapia, reconhecida pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como uma abordagem não farmacológica, utiliza óleos essenciais extraídos de plantas, árvores e flores para fins terapêuticos. Evidências sugerem que certos óleos essenciais, ao serem inalados, exercem efeitos farmacológicos e fisiológicos positivos através do olfato. Sabe-se que a ansiedade afeta diversos sistemas, como o sistema nervoso autônomo e os eixos de regulação hipotalâmicos. A aromaterapia atua sobre esses mecanismos pela inalação de moléculas voláteis presentes nos óleos essenciais, que atingem os pulmões e se difundem para a circulação sistêmica, influenciando o sistema nervoso central (Pour *et al*, 2013).

Entre a ampla variedade de óleos essenciais disponíveis, o óleo essencial de lavanda destaca-se como um dos mais comercializados globalmente, devido às suas reconhecidas propriedades calmantes e sedativas (López *et al*, 2017).

Dessa forma, o objetivo deste trabalho foi revisar a literatura existente para buscar maiores esclarecimentos sobre a eficácia do óleo essencial de lavanda na aromaterapia e seu efeito na ansiedade odontológica em crianças.

2 DESENVOLVIMENTO

Foi desenvolvida uma revisão narrativa de literatura sobre o óleo essencial de lavanda na aromaterapia e seu efeito na ansiedade odontológica em crianças. Para direcionar a revisão, delineou-se como questão de pesquisa: "O óleo de lavanda está sendo utilizado em aromaterapia para a ansiedade odontológica em crianças?" A seleção da bibliografia foi realizada por meio de uma busca de artigos na base de dados BVS e Pubmed, utilizando as palavras-chave "Aromatherapy"; "Child"; "Dental anxiety"; "Oils"

com o operador booleano “and”, trabalhos nos idiomas inglês e português. Foram incluídos artigos disponíveis integralmente para consulta e artigos originais. Foram excluídos artigos sem acesso integral ou resumos e artigos de revisão de literatura. A linha de tempo foi selecionada automaticamente devido aos artigos encontrados de 2013-2024. Os artigos foram selecionados a partir de sua potencial relevância informativa sobre a temática. A busca dos artigos foi realizada nos meses de agosto e setembro do ano de 2024. Como resultado foram encontrados 6 artigos e selecionados 4 artigos que traziam a temática estudada.

Figura 1. Quadro de revisão de literatura de aromaterapia com óleo essencial de lavanda com crianças para ansiedade odontológica.

Referência	Objetivo	Metodologia	Resultado
(Tripathy <i>et al</i> , 2023)	Comparar a eficácia dos óleos essenciais de lavanda e patchouli na aromaterapia e seu efeito na ansiedade odontológica em crianças.	60 crianças entre 6 e 12 anos foram alocadas em grupo experimental ou controle que recebeu lavanda e patchouli antes do tratamento odontológico. A ansiedade infantil foi medida usando a escala Chotta Bheem-Chutki. Um oxímetro de pulso foi usado para registrar a frequência cardíaca.	Houve redução significativa no escore de ansiedade e na frequência cardíaca entre os intervalos. Diferenças estatísticas foram observadas no grupo lavanda em comparação ao óleo de patchouli.
(Nirmala <i>et al</i> , 2021)	Avaliar a eficácia da aromaterapia na redução da ansiedade e dor dentária durante o procedimento	150 crianças de 8 a 12 anos. Cinco grupos; Grupo 1: Óleo essencial de lavanda usando nebulizador; Grupo 2: Óleo essencial de lavanda usando	Uma diferença significativa foi observada entre os escores de ansiedade após AL nos grupos 1, 3 e 4 em comparação ao controle. Os escores de

	de Anestesia local.	inalador; Grupo 3: Óleo essencial de laranja usando nebulizador; Grupo 4: Óleo essencial de laranja usando inalador; Grupo 5: Controle (sem aromaterapia). Para todas as crianças, a ansiedade basal foi registrada seguida pela aromaterapia (exceto para crianças no grupo controle). A dor do procedimento foi avaliada usando a escala Faces, Legs, Activity, Cry and Consolability (FLACC) e a Faces Pain Scale-Revised (FPS-R).	dor, conforme relatados no FPS-R, também foram menores nos grupos de aroma 1, 3 e 4.
(Arslan <i>et al</i> , 2020)	Avaliar as correlações entre achados psicológicos e fisiológicos após inalação de óleo de lavanda entre crianças designadas para extração dentária.	126 crianças com idades entre 6 e 12 anos. Foram divididos em grupos controle e lavanda. O grupo lavanda inalou óleo de lavanda 100% por 3 min antes das intervenções. As avaliações psicológicas foram feitas usando a	O grupo lavanda apresentou escores significativamente menores de ansiedade e dor após a extração dentária. Níveis significativamente mais baixos de pressão arterial e uma queda significativa na frequência cardíaca

		<p>escala de imagem facial (FIS), Face, Legs, Activity, Cry, Consolability (FLACC) e a escala de classificação de dor de Wong-Baker (WBS). As alterações fisiológicas foram avaliadas usando avaliações de sinais vitais. Todos os parâmetros foram observados antes das aplicações, após inalação, injeção de anestesia e extração dentária.</p>	<p>foram encontrados após a inalação no grupo lavanda. Um aumento estatisticamente significativo na frequência cardíaca foi observado após injeção de anestesia e extração dentária no grupo controle.</p>
(Ghaderi <i>et al</i> , 2020)	<p>Determinar o efeito da aromaterapia de lavanda no nível de ansiedade durante o tratamento odontológico e na percepção da dor durante a injeção dentária em crianças.</p>	<p>24 crianças de 7 a 9 anos receberam tratamento restaurador com aromaterapia de lavanda na sessão de intervenção e sem aroma na sessão de controle. O cortisol salivar e a frequência cardíaca foram medidos para avaliar o nível de ansiedade da criança e a Face Rating Scale (FRS) foi usada para</p>	<p>O efeito do tratamento no cortisol salivar, na frequência cardíaca e na pontuação FRS foi de $-8,01 \pm 0,92$ nmol/l, $-11,17 \pm 1,28$ (em minutos) e $-2,00 \pm 0,41$, respectivamente.</p>

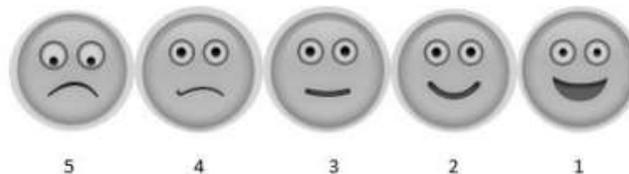
		avaliar a percepção da dor durante a injeção em ambas as visitas.	
--	--	---	--

Fonte: própria autora.

A idade das crianças participantes de todos os projetos variou de 6 a 12 anos. Os testes utilizados para avaliar a ansiedade foram o cortisol salivar (Ghaderi *et al*, 2020), a frequência cardíaca (Ghaderi *et al*, 2020) (Arslan *et al*, 2020) (Tripathy *et al*, 2023) (Nirmala *et al*, 2021), a escala de imagem facial (FIS), (Arslan *et al*, 2020) e escala Chotta Bheem-Chutki (CBC) (Tripathy *et al*, 2023).

A escala FIS (Figura 2) consiste em cinco representações simplificadas de rostos, variando de uma expressão de felicidade até uma de insatisfação. Antes ou após o procedimento dentário, a criança é solicitada a escolher a face que melhor reflete o seu estado emocional naquele momento. A face mais feliz recebe a pontuação de 1, enquanto a menos feliz é avaliada com 5 pontos.

Figura 2: escala de imagem facial



Fonte: Arslan *et al*, 2020.

Já a escala CBC (Figura 3) utiliza dois cartões distintos, um destinado a meninos e outro a meninas. No caso dos meninos, o personagem selecionado foi o Chotta Bheem, enquanto para as meninas foi escolhido o personagem Chutki. Cada cartão apresenta uma sequência de seis imagens que retratam diferentes emoções, variando entre felicidade, tristeza e ações de corrida. As crianças devem selecionar a expressão que melhor reflete o seu estado emocional no momento. A pontuação varia de 1 para um rosto feliz até 6 para um rosto triste e em movimento de corrida.

Figura 3: escala Chotta Bheem-Chutki



Fonte: Sadana et al, 2016.

No estudo de Sadana et al, 2016, setenta e cinco por cento das crianças acharam a escala CBC mais fácil do que a escala FIS evidenciando que ela pode ser usada como uma alternativa mais ilustrativa e de fácil compreensão para avaliação da ansiedade odontológica em crianças pequenas.

As metodologias utilizadas nos estudos selecionados incluíram três ensaios clínicos randomizados que investigaram a ansiedade em procedimentos anestésicos odontológicos (Arslan *et al*, 2020; Nirmala *et al*, 2021; Tripathy *et al*, 2023), e um ensaio clínico randomizado cruzado focado na ansiedade durante exodontias (Ghaderi *et al*, 2020). Os ensaios clínicos randomizados (ECR) são amplamente reconhecidos como uma ferramenta essencial para a avaliação de intervenções na área da saúde. Estes estudos são analíticos, prospectivos e experimentais, e têm como objetivo avaliar o impacto de uma intervenção. A qualidade de um ECR é determinada pela sua capacidade de produzir resultados sem vieses, proporcionando uma aproximação mais real da realidade terapêutica. Por esse motivo, o ECR é considerado o padrão-ouro nos métodos de pesquisa em epidemiologia, sendo a mais robusta fonte de evidência científica para determinar a eficácia de intervenções (Santos, 2011).

No contexto dos ensaios clínicos randomizados cruzados (cross-over), como o realizado por Ghaderi et al. (2020), duas ou mais intervenções podem ser testadas no mesmo participante. A principal vantagem desta metodologia é que o participante atua como seu próprio controle, permitindo a utilização de uma análise pareada, em vez de comparações entre grupos independentes. Essa abordagem aumenta o poder estatístico do estudo, possibilitando a formulação de hipóteses com um número reduzido de participantes (Souza, 2009). No estudo de Ghaderi et al. (2020) essa vantagem foi evidente, uma vez que apenas 24 crianças foram incluídas, enquanto os outros estudos analisaram amostras significativamente maiores: 60 participantes (Tripathy et al., 2023), 150 (Nirmala et al., 2021) e 126 (Arslan et al., 2020).

Em todos os estudos foi usado o óleo de lavanda natural (100% puro *Lavandula angustifolia*) (Arslan et al, 2020) (Ghaderi et al, 2020) (Nirmala et al, 2021) (Tripathy et al, 2023) sendo conhecida por ter propriedades calmantes e de diminuição da ansiedade (Donelli et al, 2019) (Araj-Khodaei et al, 2020). Ele é um dos óleos mais conhecidos por suas propriedades sedativas, devido à alta concentração de compostos do grupo éster, especialmente o acetato de linalila. Suas aplicações são diversas, destacando-se no tratamento de condições como melancolia, ansiedade e depressão, graças à sua ação ansiolítica, estimulante do humor e moderadora da dor e do medo. Além disso, ele estimula o sistema parassimpático, o que contribui para a redução da pressão arterial e, conseqüentemente, alivia a ansiedade. No entanto, quando utilizado em doses elevadas, pode provocar efeitos adversos, como dermatite de contato, bem como efeitos estrogênicos e antiandrogênicos. (Plant et al, 2019) (Downs & Black, 1998). A forma de utilização do óleo nos estudos foi por inalação (Arslan et al, 2020) (Nirmala et al, 2021) e por meio de um umidificador (Nirmala et al, 2021) (Tripathy et al, 2023) (Ghaderi et al, 2020).

Os resultados indicam uma redução significativa da ansiedade em todos os estudos analisados. O grupo que utilizou lavanda apresentou pontuações de ansiedade significativamente mais baixas após a extração dentária, conforme observado por Arslan et al. (2020). No estudo de Nirmala et al. (2021), o grupo que utilizou óleo de lavanda com umidificador mostrou valores significativamente menores na escala de ansiedade ao final do procedimento dentário. Tripathy et al. (2023) também concluíram que o uso de lavanda foi mais eficaz na redução da ansiedade em crianças, quando comparado ao óleo de

patchouli. Além disso, no estudo de Ghaderi et al. (2020), a aromaterapia com lavanda demonstrou reduzir tanto a ansiedade quanto a dor no ambiente odontológico.

3 CONCLUSÃO

Os resultados evidenciam que o uso do óleo essencial de lavanda reduziu significativamente a ansiedade em crianças durante procedimentos odontológicos, em todos os estudos analisados. A lavanda, aplicada via inalação ou umidificador, demonstrou eficácia ao ser comparada com outras intervenções, como o óleo de patchouli. Além de reduzir a ansiedade, também ajudou a aliviar a dor. A aromaterapia com lavanda surge, assim, como uma estratégia não farmacológica promissora para melhorar a experiência odontológica em crianças, embora a dosagem deva ser controlada para evitar efeitos adversos.

REFERÊNCIAS

Araj-khodaie, M. et al. A double-blind, randomized pilot study for comparison of Melissa officinalis L. and Lavandula angustifolia Mill. with Fluoxetine for the treatment of depression. **BMC Complementary Medicine and Therapies**, v. 20, n. 207, 2020.

Arslan I, Aydinoglu S, Karan NB. Can lavender oil inhalation help to overcome dental anxiety and pain in children? A randomized clinical trial. **Eur J Pediatr**, v.179, n.6, p. 985–92, 2020.

Donelli, D. et al. Effects of lavender on anxiety: a systematic review and metaanalysis. **Phytomedicine**, v. 65, p. 153099, 2019.

Downs SH, Black N. The feasibility of creating a checklist for the assessment of the methodological quality both of randomised and non-randomised studies of health care interventions. **J Epidemiol Community Health**, v.52, n.6, p.377–84, 1998.

Ghaderi F, Solhjoui N. The effects of lavender aromatherapy on stress and pain perception in children during dental treatment: A randomized clinical trial. **Complement Ther Clin Pract**. 2020; 40(April):101182.

LÓPEZ, V. et al. Exploring Pharmacological Mechanisms of Lavender (Lavandula angustifolia) Essential Oil on Central Nervous System Targets. **Frontiers in Pharmacology**, v. 8, n. 280, p. 1-8, 2017.

Nirmala K, Kamatham R. Effect of Aromatherapy on Dental Anxiety and Pain in Children Undergoing Local Anesthetic Administrations: A Randomized Clinical Trial. **J Caring Sci**, v. 10, n.3, p.111–20, 2021.

Plant RM, Dinh L, Argo S, Shah M. The Essentials of Essential Oils. **Adv Pediatr**, v.66, p.111–22, 2019.

Sadana G, Grover R, Mehra M, Gupta S, Kaur J, Sadana S. A novel Chotta Bheem-Chutki scale for dental anxiety determination in children. **J Int Soc Prev Community Dent**, v.6, n.3, p.200-5, 2016.

Santos JGRP dos, Barbosa FT, Fraga TS. A qualidade dos ensaios clínicos randomizados publicados no Jornal Vascular Brasileiro. **J vasc bras**, v.10, n.1, p.9–16. 2011.

Souza RF. O que é um estudo clínico randomizado? **Medicina (Ribeirão Preto)**, v.1, p.3-8, 2009.

Tripathy S, Kohli A, Sharma K, Katyayan R, Bhatnagar P, Sahar N. Comparative Evaluation between Lavender Essential Oil and Patchouli Essential Oil in Aromatherapy and Its Effect on Dental Anxiety in Children. **Int J Clin Pediatr Dent**, v.16, n.5, p.681-685, 2023.

ARTETERAPIA: uma revisão de literatura sobre uma abordagem transformadora na terapia ocupacional para transtornos mentais

Vanessa Regina Sada¹
Aracele Maria de Souza²

RESUMO: A arteterapia se apresenta como uma abordagem inovadora e eficaz na terapia ocupacional, especialmente no tratamento de transtornos mentais, em um contexto onde a saúde mental no Brasil enfrenta desafios significativos. Com cerca de 9,3% da população afetada por condições como depressão e ansiedade, a arteterapia utiliza atividades artísticas para promover a autoexpressão e o bem-estar emocional dos indivíduos. Este trabalho, através de uma revisão de literatura, explora a integração da arteterapia na terapia ocupacional, destacando sua capacidade de facilitar a comunicação e a expressão emocional, aspectos frequentemente desafiadores para pacientes com dificuldades psicológicas. A pesquisa foi realizada com base em publicações de 2000 a 2024, utilizando fontes como SciELO e PubMed. Os resultados indicam que a arteterapia não apenas reduz sintomas de ansiedade e estresse, mas também fortalece a autoestima e as habilidades sociais dos pacientes. A prática artística cria um espaço seguro para o autoconhecimento e a exploração emocional, sendo particularmente benéfica em grupos, onde promove empatia e colaboração. Além disso, o estudo enfatiza a necessidade de formação adequada para profissionais de terapia ocupacional, garantindo que possam integrar efetivamente essas práticas em suas intervenções. A arteterapia deve ser vista como parte integral do processo terapêutico, contribuindo para um cuidado mais humanizado e centrado nas necessidades individuais dos pacientes. Em conclusão, a arteterapia representa uma estratégia valiosa na promoção da saúde mental, destacando-se como uma ferramenta essencial nas práticas de terapia ocupacional.

Palavras-chave: Arteterapia. Terapia Ocupacional. Saúde Mental. Intervenção Terapêutica.

ABSTRACT: Art therapy presents itself as an innovative and effective approach to occupational therapy, especially in the treatment of mental disorders, in a context where mental health in Brazil faces significant challenges. With around 9.3% of the population affected by conditions such as depression and anxiety, art therapy uses artistic activities to promote self-expression and the emotional well-being of individuals. This paper, through a literature review, explores the integration of art therapy into occupational therapy, highlighting its ability to facilitate communication and emotional expression, aspects that are often challenging for patients with psychological difficulties. The research was based on publications from 2000 to 2024, using sources such as SciELO and PubMed. The results indicate that art therapy not only reduces symptoms of anxiety and stress, but also strengthens patients' self-esteem and social skills. Art practice creates a safe space for self-knowledge and emotional exploration, and is particularly beneficial in groups, where it promotes empathy and collaboration. In addition, the study emphasizes the need for

¹ Pós-graduada em Arteterapia pelo Instituto Pedagógico Brasileiro. E-mail: vsada@hotmail.com

² Professora orientadora do estudo e do artigo. Professora dos cursos de Graduação e Pós-Graduação lato sensu da Faculdade Famart, Itaúna–MG. Mestre e Doutora em Ciências.

adequate training for occupational therapy professionals, ensuring that they can effectively integrate these practices into their interventions. Art therapy should be seen as an integral part of the therapeutic process, contributing to more humanized care that focuses on patients' individual needs. In conclusion, art therapy represents a valuable strategy for promoting mental health, standing out as an essential tool in occupational therapy practices.

Keywords: Art therapy. Occupational Therapy. Mental Health. Therapeutic Intervention.

1 INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é explorar as interseções entre arteterapia e terapia ocupacional por meio de uma revisão bibliográfica, analisando como essa abordagem pode ser implementada eficazmente no tratamento da saúde mental. A pesquisa busca identificar as melhores práticas na aplicação da arteterapia dentro do contexto ocupacional e avaliar seus impactos nos resultados terapêuticos dos pacientes, através da questão norteadora: "Quais são as contribuições da arteterapia para o tratamento de transtornos mentais na terapia ocupacional?".

A problemática central do presente estudo reside no contexto desafiador da saúde mental no Brasil, onde cerca de 9,3% da população enfrenta condições como depressão e ansiedade. Estudos demonstram que a arteterapia pode resultar em benefícios significativos, como a redução da ansiedade e do estresse, além do fortalecimento da autoestima e da autoexpressão dos pacientes (GUERREIRO et al., 2022). A prática artística oferece um espaço seguro para o autoconhecimento e a exploração emocional, características frequentemente desafiadoras para indivíduos com dificuldades psicológicas, o que torna esta terapia uma interessante intervenção terapêutica.

A construção deste artigo foi baseada em um apanhado bibliográfico, através de artigos e livros. Para seleção dos trabalhos, foram incluídas apenas publicações entre 2000 a 2024, em português, que abordem a arteterapia no contexto da saúde mental e terapia ocupacional. A pesquisa foi realizada em bases de dados como SciELO, Google Acadêmico e Periódicos CAPES, utilizando descritores como "arteterapia", "arteterapia + terapia ocupacional", "arteterapia + transtornos mentais" e "arteterapia + saúde mental". Artigos estrangeiros e anteriores aos anos 2000 não foram considerados neste trabalho. Com os artigos selecionados, foi feita a leitura e extração das informações mais relevantes sobre a temática.

Este trabalho justificativa-se na crescente necessidade de abordagens terapêuticas mais efetivas, que possam integrar práticas artísticas no tratamento de transtornos mentais. A arteterapia não deve ser vista apenas como uma técnica complementar, mas como parte integrante do processo terapêutico, contribuindo para um cuidado mais humanizado e centrado nas necessidades individuais dos pacientes. Além disso, é essencial que os profissionais de terapia ocupacional recebam formação adequada para implementar essas práticas de maneira eficaz, assegurando que possam atender às demandas emocionais e psicológicas dos indivíduos (REVISTA DE ARTETERAPIA DA AATESP, 2012; ELMESCANY, 2012).

Este artigo visa contribuir significativamente para a evolução das abordagens terapêuticas em saúde mental no Brasil, destacando o potencial transformador da arteterapia na promoção do bem-estar emocional e na reabilitação psicossocial dos indivíduos.

A arteterapia é uma prática terapêutica que faz uso da expressão artística para promover o bem-estar emocional e a reabilitação psicossocial dos indivíduos, sendo reconhecida pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como uma estratégia valiosa na melhoria da saúde e transtornos mentais (REVISTA DE ARTETERAPIA DA AATESP, 2012). Estudos demonstram que a Arteterapia pode resultar em benefícios significativos, como redução da ansiedade e do estresse, além do fortalecimento da autoestima e da autoexpressão dos pacientes (GUERREIRO *et al.*, 2022).

Assim, a Arteterapia se destaca como eficaz e importante no tratamento de transtornos mentais, especialmente no contexto da Terapia Ocupacional (TO), uma vez que essa abordagem tem a capacidade de facilitar a comunicação e a expressão emocional (REVISTA DE ARTETERAPIA DA AATESP, 2012; ELMESCANY, 2012), aspectos que muitas vezes são desafiadores para aqueles que enfrentam dificuldades psicológicas. Através de atividades artísticas, os pacientes têm a oportunidade de explorar e externalizar suas emoções (ELMESCANY, 2012), promovendo um espaço seguro para o autoconhecimento e a reflexão (CASTRO; SILVA, 2002). Pesquisas indicam que a prática artística não apenas melhora as habilidades sociais, mas também estimula a neuroplasticidade, contribuindo para o desenvolvimento cognitivo e emocional dos indivíduos (GUERREIRO *et al.*, 2022).

2 DESENVOLVIMENTO

A saúde mental no Brasil enfrenta um cenário desafiador, com um aumento significativo nos casos de transtornos mentais, especialmente ansiedade e depressão. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), cerca de 9,3% da população brasileira é afetada por essas condições, refletindo uma preocupação crescente em relação ao bem-estar psicológico da população (ONOCKO-CAMPOS, 2019). Este contexto é agravado por fatores como estigmas sociais, escassez de recursos e a falta de profissionais qualificados, que dificultam o acesso a tratamentos adequados (USP, 2023).

Os transtornos de ansiedade e depressão são os mais comuns entre os problemas de saúde mental no Brasil (ONOCKO-CAMPOS, 2019). A ansiedade, que pode se manifestar em diversas formas, como transtorno de ansiedade generalizada, fobias e transtorno do pânico, afeta milhões de brasileiros, levando a sintomas como preocupação excessiva, inquietação e dificuldades de concentração (FREITAS *et al.*, 2024). Por outro lado, a depressão é caracterizada por sentimentos persistentes de tristeza, perda de interesse em atividades anteriormente prazerosas e alterações no apetite e sono (ONOCKO-CAMPOS, 2019).

Estudos apontam que esses transtornos não apenas impactam a vida pessoal e social dos indivíduos, mas também têm consequências econômicas significativas devido à redução da produtividade e aumento do absenteísmo no trabalho (FREITAS *et al.*, 2024). A falta de tratamento adequado pode levar a um ciclo vicioso onde os sintomas se agravam, contribuindo para problemas de saúde mental mais graves (MONTEIRO; MOTTA, 2024).

Apesar da alta prevalência de transtornos mentais, o acesso a serviços de saúde mental no Brasil é limitado (ONOCKO-CAMPOS, 2019). Fatores como a falta de profissionais qualificados em saúde mental nas redes públicas, o estigma associado ao tratamento psicológico e a escassez de recursos financeiros para intervenções efetivas dificultam o diagnóstico e tratamento precoce (USP, 2023). Muitas pessoas ainda relutam em buscar ajuda devido ao medo do julgamento social ou à crença de que podem resolver seus problemas sozinhas.

Além disso, as políticas públicas voltadas para a saúde mental têm enfrentado retrocessos nos últimos anos. A implementação do Sistema Único de Saúde (SUS) trouxe avanços significativos na atenção à saúde mental (ONOCKO-CAMPOS, 2019), mas ainda

há lacunas que precisam ser preenchidas para garantir um atendimento integral e humanizado. Diante desse cenário desafiador, abordagens terapêuticas inovadoras como a arteterapia têm ganhado destaque.

2.1 Arteterapia: O que é e como se aplica?

A arteterapia é uma forma de intervenção terapêutica que utiliza atividades artísticas para promover a saúde mental e emocional (REVISTA DE ARTETERAPIA DA AATESP, 2012). Por meio de técnicas como pintura, desenho, escultura, música e escrita criativa, os pacientes podem explorar e expressar suas emoções de maneira segura e criativa. Reconhecida pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como uma ferramenta valiosa no tratamento de transtornos mentais, a arteterapia auxilia os indivíduos a desenvolverem resiliência emocional, autoconhecimento e habilidades sociais, contribuindo para uma abordagem holística de saúde mental (CASTRO; SILVA, 2002).

As aplicações da arteterapia são amplas, desde o tratamento de transtornos emocionais até a reabilitação psicossocial (MONTEIRO; MOTTA, 2024). A caracterização principal da arteterapia está em sua capacidade de transcender a comunicação verbal, permitindo que pacientes que enfrentam dificuldades em articular seus sentimentos encontrem novas formas de expressão (GUERREIRO, Caroline *et al.*, 2022). Esta metodologia é especialmente útil no tratamento de transtornos como depressão, ansiedade, estresse pós-traumático e outros desafios emocionais (REVISTA DE ARTETERAPIA DA AATESP, 2012).

Em ambientes grupais, os pacientes desenvolvem empatia e colaboração, aspectos cruciais para o tratamento eficaz dos transtornos mentais (MONTEIRO; MOTTA, 2024). Além disso, essa abordagem pode ser particularmente benéfica para populações vulneráveis, como crianças e adolescentes (CASTRO; SILVA, 2002), onde as dificuldades emocionais muitas vezes se manifestam de maneira diferente. A personalização das intervenções artísticas pode atender às necessidades específicas desses grupos, promovendo um tratamento mais eficaz.

2.2 Tipos de Arteterapia

A arteterapia abrange diferentes modalidades, cada uma oferecendo caminhos específicos para a expressão emocional e o crescimento pessoal. Entre as principais categorias, destacam-se (CASTRO, 2024):

- **Arteterapia Visual:** Utiliza materiais como tintas, argila e lápis para ajudar os pacientes a expressarem seus sentimentos através de imagens.
- **Musicoterapia:** Envolve a utilização de música para promover relaxamento, expressão emocional e interação social.
- **Dramaterapia:** Baseia-se em técnicas teatrais para explorar experiências emocionais e sociais.
- **Terapia com Dança e Movimento:** Utiliza o corpo como instrumento de expressão, permitindo que os indivíduos liberem emoções através do movimento.
- **Terapia com Escrita Criativa:** Foca no uso da escrita para explorar pensamentos, sentimentos e experiências.

Essas modalidades oferecem espaços únicos e enriquecedores para que os pacientes se conectem com suas emoções, fortaleçam sua autoimagem e desenvolvam habilidades de comunicação e interação social.

2.3 Aplicação da Arteterapia na Terapia Ocupacional

Na área da terapia ocupacional, a arteterapia tem sido amplamente utilizada como uma ferramenta complementar e integrativa (MONTEIRO; MOTTA, 2024). Profissionais da área incorporam atividades artísticas nos planos de tratamento para abordar questões físicas, emocionais e sociais de maneira holística (REVISTA DE ARTETERAPIA DA AATESP, 2012), voltado para um tratamento mais centrado no paciente. Algumas das principais contribuições da arteterapia na terapia ocupacional incluem (ELMESCANY, 2012):

- **Facilitação da Comunicação:** Oferece um meio de expressão para pacientes que têm dificuldades em verbalizar seus sentimentos ou experiências.
- **Criação de um Ambiente Seguro:** Proporciona um espaço de acolhimento onde os indivíduos podem explorar suas emoções sem medo de julgamento.

- **Promoção de Habilidades Sociais:** Incentiva a colaboração e a interação em grupos, fortalecendo relações interpessoais.

Esta integração valoriza a subjetividade e a individualidade do paciente (ELMESCANY, 2012), como suas necessidades emocionais e psicológicas, fortalecendo o vínculo entre terapeuta e paciente.

2.4 Benefícios Clínicos da Arteterapia

Os benefícios clínicos da arteterapia são amplamente reconhecidos e documentados em diversos estudos. Pacientes relataram uma diminuição nos níveis de estresse e uma melhora geral no bem-estar emocional após a participação em sessões de arteterapia, o que é particularmente relevante em um contexto onde a comunicação pode ser difícil (CASTRO, 2024). Além disso, os dados apontam que a prática artística permite que os indivíduos expressem emoções que muitas vezes são difíceis de verbalizar. Isso facilita um espaço seguro para o autoconhecimento e a exploração emocional, contribuindo para o tratamento de traumas e dificuldades emocionais (MONTEIRO; MOTTA, 2024)..

Esta prática não apenas promove a expressão individual, mas também fortalece as habilidades sociais dos participantes, além de influenciar na neuroplasticidade, uma vez que atividades artísticas estimulam conexões neurais, contribuindo para o desenvolvimento cognitivo e emocional (GOMES, 2024). Estudos demonstraram que, ao trabalhar em grupos, os pacientes desenvolvem empatia, comunicação e colaboração (MONTEIRO; MOTTA, 2024). A arteterapia pode ser integrada efetivamente nas práticas de terapia ocupacional, oferecendo um cuidado mais holístico e centrado no paciente, onde profissionais relataram melhorias nos vínculos terapêuticos e na adesão ao tratamento quando incorporaram atividades artísticas.

2.5 Dificuldades de Implementação

A implementação da arteterapia enfrenta diversas dificuldades que podem comprometer sua eficácia e integração nas instituições de saúde mental.

Um dos principais desafios na implementação da arteterapia é a necessidade de formação adequada dos profissionais que a praticam (MONTEIRO; MOTTA, 2024). Para que a arteterapia seja aplicada de maneira eficaz, os terapeutas ocupacionais devem possuir conhecimentos específicos sobre as técnicas artísticas e suas aplicações terapêuticas

(CASTRO, 2024). A formação inadequada pode levar à má utilização das práticas, resultando em intervenções que não atendem às necessidades emocionais e psicológicas dos pacientes (GOMES, 2024). Portanto, é essencial que os cursos de formação incluam conteúdos sobre arteterapia, capacitando os profissionais a integrar essas práticas em suas intervenções.

Outro obstáculo significativo é a falta de recursos nas instituições de saúde mental. A arteterapia requer materiais artísticos e um ambiente propício para a expressão criativa, o que pode não estar disponível em muitos serviços públicos e privados (MONTEIRO; MOTTA, 2024). A escassez de financiamento para programas de saúde mental limita a aquisição de materiais necessários e a criação de espaços adequados para as atividades artísticas (CASTRO, 2024). Sem esses recursos, a implementação da arteterapia se torna inviável, comprometendo seu potencial terapêutico.

O estigma associado às abordagens terapêuticas não convencionais também representa um desafio importante. Muitas vezes, a arteterapia é vista como uma prática menos séria ou eficaz em comparação com métodos tradicionais, como a psicoterapia ou o uso de medicamentos (CASTRO, 2024). Esse preconceito pode levar à resistência por parte de profissionais da saúde, gestores e até mesmo pacientes, dificultando a aceitação e o reconhecimento da arteterapia como uma abordagem válida e eficaz no tratamento de transtornos mentais (MONTEIRO; MOTTA, 2024). Para superar esse estigma, é fundamental promover conscientização sobre os benefícios da arteterapia por meio de pesquisas científicas e relatos positivos de casos clínicos.

3 CONCLUSÃO

A arteterapia se destaca como uma abordagem transformadora na terapia ocupacional para o tratamento de transtornos mentais, oferecendo benefícios significativos na redução dos sintomas emocionais e no desenvolvimento das habilidades sociais dos pacientes, bem como no cuidado mais humanizado e centrado nas necessidades individuais. As evidências indicam que a arteterapia não deve ser vista apenas como uma técnica complementar, mas como uma parte integral do processo terapêutico. Para maximizar seu potencial, é fundamental que os profissionais recebam formação adequada e que haja um esforço contínuo para superar os desafios enfrentados na implementação

dessas práticas nas instituições de saúde mental. Assim, pode-se contribuir significativamente para a evolução das abordagens terapêuticas em saúde mental no Brasil.

REFERÊNCIAS

CASTRO, Carine Jardim de. **EMOÇÕES NA MOCHILA: a arteterapia como potência criativa para a promoção da saúde mental de estudantes do ensino médio.** 2024. 154 f. Tese (Doutorado) - Curso de O Curso de Doutorado Acadêmico em Educação em Ciência, Universidade Federal do Pampa, Uruguaiiana, RS, 2024.

CASTRO, Eliane Dias de; SILVA, Dilma de Melo. HABITANDO OS CAMPOS DA ARTE E DA TERAPIA OCUPACIONAL: PERCURSOS TEÓRICOS E REFLEXÕES. **Revista Terapia Ocupacional Universidade São Paulo**, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 1-8, abr. 2002.

ELMESCANY, Érica de Nazaré Marçal. A arte na promoção da resiliência: um caminho de intervenção terapêutica ocupacional na atenção oncológica. **Revista Nufen**, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 1-7, 2012.

FREITAS, André Alves da Silva *et al.* COMPREENDENDO A PREVALÊNCIA DE ANSIEDADE E DEPRESSÃO NA SOCIEDADE BRASILEIRA. **Periódicos Brasil. Pesquisa Científica**, [S.L.], v. 3, n. 2, p. 647-657, 1 ago. 2024. Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences. <http://dx.doi.org/10.36557/pbpc.v3i2.79>.

GOMES, Célio Regina de Souza. **A cura pela arte: os benefícios terapêuticos da arteterapia para saúde mental da pessoa idosa.** 2024. 20 f. TCC (Graduação) - Curso de Psicologia, Centro Universitário do Planalto Central Aparecido dos Santos - Uniceplac, Gama - DF, 2024.

GUERREIRO, Caroline *et al.* A arte no contexto de promoção à saúde mental no Brasil. **Research, Society And Development**, [S.L.], v. 11, n. 4, p. 1-12, 18 mar. 2022. Research, Society and Development.

MONTEIRO, Camilla Souza; MOTTA, Bruno Feital Barbosa. ARTE, EXPRESSÃO E TERAPIA: uma revisão de literatura na promoção da saúde mental. **Zenodo**, [S.L.], v. 6, n. 10, p. 317-335, 30 jun. 2024. Zenodo. <http://dx.doi.org/10.5281/ZENODO.12800532>.

ONOCKO-CAMPOS, Rosana Teresa. Saúde mental no Brasil: avanços, retrocessos e desafios. **Cadernos de Saúde Pública**, [S.L.], v. 35, n. 11, p. 1-5, 2019. FapUNIFESP (SciELO).

REVISTA DE ARTETERAPIA DA AATESP. São Paulo: Associação de Arteterapia do Estado de São Paulo, v. 3, n. 1, 2012.

USP, Jornal da. **Casos de ansiedade não tratados podem tornar-se problemas de saúde mental mais graves.** 2023. Disponível em: <https://jornal.usp.br/radio-usp/casos-de-ansiedade-nao-tratados-podem-tornar-se-problemas>

-de-saude-mental-mais-graves/#:~:text=Cerca%20de%209%2C3%25%20dos,problema%20de%20sa%C3%BAde%20p%C3%BAblica%20global.. Acesso em: 23 nov. 2024.